

人文研

JINMONKEN

“Prefácio” Leiko Matsubara Morales	2
“A força do cooperativismo após o confinamento na comunidade de imigrantes japoneses de Tomé-Açu (PA)” Amanda Aleixo Diniz	5
“Cronologia do investimento direto japonês no Brasil” Elen Yagi Ticianelli.....	30
“A pré-imigração japonesa no Brasil: o caso de Macaé-RJ (1907-1914)” Fernando Cesar Pereira da Cunha.....	50
“Espetáculo de dança Butō Tabi: estratégias de criação para o estabelecimento de novos sentidos” Hadiji Yukari Nagao.....	73
“Katana: uma breve história da espada japonesa e suas ligações com o Brasil” João Vitor Lopes Cordeiro Perpétuo	94
“Wasurezuni: a vida estética nipo-brasileira no Jardim Namba, São Paulo, Brasil” Juliana Kase	109
“Mulheres Nikkei e o alimento: a relação das gerações familiares com a comida” Lara Nishimura Vian.....	140

サンパウロ人文科学研究所

Centro de Estudos Nipo-Brasileiros

Resultados de trabalhos de Bolsistas do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros: 2020-2022

“Prefácio” Leiko Matsubara Morales	2
“A força do cooperativismo após o confinamento na comunidade de imigrantes japoneses de Tomé-Açu (PA)” Amanda Aleixo Diniz	5
“Cronologia do investimento direto japonês no Brasil” Elen Yagi Ticianelli	30
“A pré-imigração japonesa no Brasil: o caso de Macaé-RJ (1907-1914)” Fernando Cesar Pereira da Cunha.....	50
“Espetáculo de dança Butō Tabi: estratégias de criação para o estabelecimento de novos sentidos” Hadiji Yukari Nagao.....	73
“Katana: uma breve história da espada japonesa e suas ligações com o Brasil” João Vitor Lopes Cordeiro Perpétuo	94
“Wasurezuni: a vida estética nipo-brasileira no Jardim Namba, São Paulo, Brasil” Juliana Kase	109
“Mulheres Nikkei e o alimento: a relação das gerações familiares com a comida” Lara Nishimura Vian.....	140

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS

PREFÁCIO

É com grande satisfação que nesta edição apresentamos trabalhos dos pesquisadores bolsistas do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.

A pandemia da COVID-19 marcou os anos de 2020 a 2022 com mudanças sem precedentes, impactando rotinas de praticamente todos os segmentos da sociedade. No Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CENB) não foi diferente, pois tivemos de traçar novas estratégias para continuar e (re)inventar as atividades de pesquisa para fomentar estudos na temática nipo-brasileira. A prospecção de temas ainda pouco explorados, o levantamento de trabalhos existentes para identificar lacunas e sobretudo apurar uma metodologia que permitisse elencar trabalhos em fontes digitais foram atividades realizadas por jovens pesquisadores bolsistas que chegaram ao CENB.

Paralelamente, diversos seminários online - superando as barreiras geográficas - foram realizados nesses dois anos, com intuito de prospectar intercâmbios com pesquisadores nacionais e de outros países como Peru, Japão e Estados Unidos da América, ampliando as fronteiras de alcance e atuação. Fortalecemos a presença da língua portuguesa nos meios de divulgação para que brasileiros em geral, com ou sem ascendência nipônica, interessados na temática, pudessem participar e aprimorar seus conhecimentos.

Para este número especial, tivemos um total de 13 inscritos para concorrer a bolsas de pesquisa da entidade, dos quais foram selecionados 7 projetos (5 em nível de Mestrado e 2 em nível de Graduação), realizados entre abril de 2021 e junho de 2022.

Cumpramos destacar que esta gestão investiu em novos pesquisadores de nível de graduação e mestrado, com o fito de desenvolver competências para formação continuada para doutores e pós-doutores e fomentar estudos destinados a ampliar a compreensão do que vem a ser a comunidade nipo-brasileira. Sabendo que no Brasil ainda há poucos espaços para discussão dessa temática, acreditamos que prospectar novos talentos seja importante para o futuro de uma instituição como o Jinmonken.

Cabe registrar que nessa programa de bolsas o CENB teve apoio de orientações que vieram dos professores do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo (PPG-LLCJ-USP) e do curso de História da mesma universidade, contemplando pesquisas em História, Arte e Cultura Alimentar.

Em seguida, apresentamos os bolsistas e os respectivos trabalhos:

- Amanda Aleixo Diniz, graduada em Letras Japonês pela Universidade de São Paulo, fez um estudo bibliográfico sobre o cooperativismo dos imigrantes japoneses de Tomé-Açu, no nordeste paraense, apresentando trabalho intitulado A força do cooperativismo após o confinamento na comunidade de imigrantes japoneses de Tomé-Açu (PA);

- Elen Yagi Ticianelli, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo, que estabeleceu uma cronologia do investimento japonês no Brasil, com o objetivo de compreender as movimentações do IDE nipônico no Brasil desde a década de 1950; .

- Fernando Cesar Pereira da Cunha, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo, buscou nos arquivos históricos informações para atestar como foi a pré-imigração japonesa em Macaé, ocorrida antes da chegada oficial dos japoneses em solo brasileiro: A pré-imigração japonesa no Brasil: o caso de Macaé-RJ (1907-1914);

- Hadiji Yukari Nagao, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo, analisou a dançarina nipo-brasileira de butō Emilie Sugai, concluindo que a artista estabeleceu outros sentidos às questões identitárias por meio da dança (“Espetáculo de dança Butō Tabi: estratégias de criação para o estabelecimento de novos sentidos”);

- João Vitor Lopes Cordeiro Perpétuo, aluno de Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, fez sua Iniciação Científica no estudo da espada japonesa, a katana, desde a época em que os japoneses tinham-na como símbolo da cultura guerreira, até chegar à comunidade nipo-brasileira; os resultados desse estudo estão em A Katana: uma breve história da espada japonesa e suas ligações com o Brasil.

- Juliana Kase, curadora e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo, fez uma pesquisa de cunho etnográfico, baseado em entrevistas, cujo resultado pode ser conferido em Wasurezuni: a vida estética nipo-brasileira no Jardim Namba, São Paulo, Brasil.

- Lara Nishimura Vian, aluna de Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, investigou a relação das gerações de mulheres de famílias nipo-descendentes com a alimentação, apresentando suas conclusões em Mulheres Nikkei e o alimento: a relação das gerações familiares com a comida.

A leitura crítica desses artigos contou com a colaboração do Prof. Dr. Miguel Palmeira (da Faculdade de História-FFLCH-USP), da Prof^ª. Dra. Monica Setuyo Okamoto (da UFPR e do PPG-LLCJ-USP) e do Prof. Dr. Silvio Miyazaki (da EACH-USP e orientador do PPG-LLCJ-USP), bem como do pesquisador do CENB, o advogado doutor Masaki Furusugi, da professora mestre Sandra Terumi Suenaga Kawabata da Fundação Japão e da autora destas linhas, igualmente integrante do PPG-LLCJ-USP.

Entendemos que as lacunas identificadas durante a realização dos trabalhos apontam para seu preenchimento e que a articulação de conhecimentos com a base empírica ou a observação de campo são pilares constitutivos de um estudo aprofundado e original, mas também não podemos deixar de registrar a projeção tanto dos pesquisadores em início de carreira, como dos que já mostram resultados concretos, atingindo maturidade acadêmica.

Por fim, registramos nossos sinceros agradecimentos às Fundações Kunito Miyasaka, Katsuzo Yamamoto e Sanyo Agropecuária Ltda, pelo constante apoio e sólida parceria com o Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.

Profª. Dra. Leiko Matsubara Morales
Centro de Estudos Nipo-Brasileiros
Presidente, gestão 2020-2022.

A FORÇA DO COOPERATIVISMO APÓS O CONFINAMENTO NA COMUNIDADE DE IMIGRANTES JAPONESES EM TOMÉ-AÇU (PA)

THE STRENGTH OF COOPERATIVISM AFTER THE CONFINEMENT ON THE JAPANESE IMMIGRANT COMMUNITY IN TOMÉ-AÇU (PA)

Amanda Aleixo Diniz¹

RESUMO: O presente trabalho tem como foco o estudo sobre o movimento cooperativista na comunidade de imigrantes japoneses em Tomé-Açu, no nordeste paraense. A partir de fontes cujas teorias estão pautadas nos conceitos de cooperativismo e autoimagem na cultura japonesa, além daquelas sobre imigração japonesa na Amazônia, procurou-se analisar como as famílias de imigrantes japoneses em Tomé-Açu se estabeleceram na região. Analisou-se o período pré-guerra, mas principalmente pós-guerra, uma vez que a perseguição sofrida anos antes de o Brasil declarar apoio aos Aliados e quando o país de fato afirma sua participação no conflito mundial em 1942 foram marcos fundamentais para reforçar os laços entre os colonos japoneses. Sua cultura solidária trouxe ao nordeste paraense desenvolvimento, pluralidade e muita história.

Palavras-chave: Cooperativismo. Autoimagem. Imigração japonesa. Tomé-Açu. Amazônia.

ABSTRACT: The present work focuses on the study of the cooperative movement in the community of Japanese immigrants in Tomé-Açu, in the northeast of Pará. Starting from sources whose theories are based on the concepts of cooperativism and the self in Japanese culture, in addition to those on Japanese immigration in the Amazon, we sought to analyze how the

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Bacharelado em Letras com dupla habilitação (Português-Japonês) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); amanda.diniz@usp.br.

families of Japanese immigrants in Tomé-Açu settled in the region. The analysis covers the pre-war period, but mainly post-war, since the persecution suffered years before Brazil declared support for the Allies and when the country affirmed its participation in the world conflict in 1942 were key milestones to strengthen ties between Japanese settlers. Its solitary culture has brought development, plurality and a lot of history to the northeast of Pará.

Keywords: Cooperativism. Self. Japanese immigration. Tomé-Açu. Amazon.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se concentra nos estudos sobre o cooperativismo na comunidade de imigrantes japoneses em Tomé-Açu, no Pará, e sobre o seu isolamento forçado no mesmo local, estabelecido entre os anos de 1942 e 1945. A partir de tal, e trazendo também à luz uma melhor definição de “campo de concentração” a fim de adaptar o termo à realidade brasileira, este projeto buscará analisar questões como: de que forma esses imigrantes se estabeleceram na região antes e após a Segunda Grande Guerra, e como isso está relacionado com o cooperativismo, característica fundamental na cultura japonesa?

Para isso, será apresentada, primeiramente, a conceituação mais ampla segundo os estudos de Rios (1987) e Serra (1987) acerca do cooperativismo no Brasil, e o que afirmam Markus & Kitayama (1991; 2010) sobre o coletivismo inerente à cultura e o comportamento japoneses. Em seguida, será discutida a história da imigração japonesa na Amazônia, desde o seu início em 1929 até o pós-guerra, para que se possa esclarecer e analisar a relação entre a ascensão do cooperativismo na região e a organização social desses imigrantes após o término da Segunda Guerra Mundial.

2. CONCEITUAÇÃO

Para melhor compreender a trajetória do cooperativismo agrícola na colônia² de imigrantes japoneses em Tomé-Açu e a sua relação com o coletivismo tão presente na cultura japonesa, é preciso primeiro conhecer o que apontam Rios (1987) e Serra (1987) em suas respectivas obras acerca das principais características da prática cooperativista no Brasil. É interessante observar como tanto no primeiro quanto no último é de comum acordo que o cooperativismo não é um sistema único (ou universal). Segundo Rios (1987), cada experiência é diferente, portanto, cada país, a partir de períodos históricos e regimes econômico-políticos específicos, apresentará seu próprio movimento cooperativista. De qualquer forma, ambos também convergem no que tange ao conceito de cooperativa enquanto estrutura e seus objetivos: visando o bem-estar social de seus associados, uma cooperativa opera exclusivamente para eles, em uma força conjunta. A organização não lucra em cima do associado, mas é, na verdade, um meio para que

2 Partindo-se do conceito de [1] Grupo de pessoas que deixam sua terra para povoar, cultivar e explorar uma terra estrangeira; [7] Agrupamento de migrantes ou emigrantes que se fixaram em determinada região de seu país ou de país estrangeiro (Retirado de: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=Gxm3>).

eles lucrem. Sendo assim, todas as decisões, atividades e operações dentro de uma cooperativa contam com a participação de todos os que fazem parte dela (RIOS, 1987; SERRA, 1987).

Em seguida, também se faz necessário apresentar o que afirmam Markus & Kitayama (1991; 2010) sobre o comportamento japonês fortemente ligado ao coletivismo. Em linhas gerais, os autores defendem que, dentro da cultura japonesa, os indivíduos tendem a ter uma visão interdependente em relação ao meio. Ou seja, as fronteiras da sua autoimagem (ou *self*) são ultrapassadas pelo outro — as pessoas e seus mundos socioculturais não estão separados, mas se conectando e se encontrando continuamente. Isso difere, por exemplo, de culturas como a ocidental, cujos indivíduos possuem uma autoimagem independente, logo, mais individual e mais distante daqueles que também fazem parte do meio. Essa maior conexão entre os sujeitos de uma sociedade na cultura japonesa é fundamental para se estabelecer um diálogo com a sua conduta solidária e coletiva, que se refletem nas comunidades de imigrantes japoneses pelo mundo, e principalmente no Brasil.

3. IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA

Antes de dar início à abordagem da comunidade de imigrantes japoneses em Tomé-Açu, no estado do Pará, é necessário apresentar um panorama geral da imigração japonesa na Amazônia, esclarecendo seus principais aspectos e contexto histórico-social.

A partir de 1920, a região amazônica sofre um período de estagnação econômica causada pelo declínio da extração, produção e exportação de borracha. Entre 1879 a 1912, o território viveu o auge do ciclo da borracha — uma época áurea, marcada pelo extrativismo do látex e a consequente comercialização do produto, que promoveram o notório desenvolvimento econômico da região (principalmente de cidades como Belém e Manaus). No entanto, as seringueiras, de onde se extrai o látex, tornam-se alvos de biopirataria, e logo que as sementes da árvore-da-borracha chegam ao Sudeste Asiático pelas mãos de Henry Alexander Wickham (HOMMA, 2009), o plantio é tão bem-sucedido que acaba “atingindo assim a partir de 1912 uma produção que completamente varreu a brasileira e entulhou os mercados internacionais de borracha com toneladas e toneladas do produto” (KLEIN, 2014, p. 188). Com a crise e o comprometimento da sua economia extrativista, a região amazônica precisava encontrar alternativas que suprissem a necessidade por novos plantios e que colocassem de volta a sua produtividade nos trilhos.

Ao mesmo tempo, a imigração japonesa para o Brasil já havia começado há pelo menos uma década, e o que se encontra é um interesse mútuo: o país “precisava de mão-de-obra para que houvesse o desenvolvimento na Amazônia, e o Japão necessitava emigrar parte da sua população devido ao excesso de camponeses que estavam vivendo em condições precárias” (JUNIOR & SILVA, 2014, p. 240). Dessa forma, o então governador do estado do Pará, Dionísio Bentes, vê nos imigrantes nipônicos uma

oportunidade de colonização do território, introdução de novas técnicas de cultivo e desenvolvimento agrícola na região (TSUNODA, 1988). Em 1925, Bentes recebe do Japão os enviados da *Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha* (Kanebô)³, além de Yasuhei Ashizawa e Hideo Nakano, do Ministério das Relações Exteriores; o último vinha com uma carta do próprio embaixador japonês Hichita Tatsuki. A eles, o governador oferece as terras às margens dos rios Capim, Moju e Acará para que fossem colonizadas pelos imigrantes japoneses (HOMMA, 1998). No entanto, concluiu-se que a bacia do rio Capim não era adequada, logo, as bacias dos outros dois rios passaram a ser estudadas (TSUNODA, 1988). Começava, portanto, um plano para uma imigração organizada:

Fukuhara⁴ regressou ao Japão, levando, como brinde, a concessão gratuita de terras na zona do Acará, e ao chegar, apresentou ao Ministério das Relações Exteriores um “Estudo para um plano de colonização na bacia Amazônica”. Giichi Tanaka, que acumulava, então, os cargos de Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores, convocou, em 1928, cerca de sessenta figuras do mundo financeiro, que designaram uma comissão de doze membros, liderado por Eiichi Shibuzawa, para promover a formação da “Nanbei Takushoku K.K.” (Companhia de Colonização Sul-Americana S.A.). A companhia, com capital de dez milhões de ienes, teria o apoio da Kanebô [...] (TSUNODA, 1988, p. 20).

Com a colaboração do governo japonês, iniciam-se os processos necessários para trazer e recepcionar os imigrantes em Acará, na colônia de Tomé-Açu (Figura 1). A Companhia Nipônica de Plantação do Brasil é então fundada em janeiro de 1929, e atuaria como uma representante local da Nantaku⁵ na região. Encarregada da preparação das terras destinadas aos futuros imigrantes japoneses e da sua recepção, a companhia era, de certa forma, um símbolo de segurança para as 43 famílias que chegaram à colônia em 22 de setembro de 1929 (Figura 2).

3 Indústria de tecidos do Japão (*vide* HOMMA, 1998, p. 118).

4 Hachiro Fukuhara, membro da diretoria da Kanebô, que em 1926 veio ao Brasil para chefiar uma missão técnica cujo objetivo era averiguar a praticabilidade do empreendimento acordado com o governador do Pará (TSUNODA, 1988).

5 A forma simplificada para se referir a Nanbei Takushoku K.K. (Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha), conforme citada anteriormente.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE TOMÉ-AÇU



https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-do-estado-do-Para-indicando-a-localizacao-do-municipio-de-Tome-Acu-em_fig1_337428062

FIGURA 2 – 43 FAMÍLIAS JAPONESAS EM TOMÉ-AÇU



Fonte: IBGE

Embora tivesse havido um planejamento prático de avaliação do território, seleção dos imigrantes e concessão de terras, começar uma nova vida em um país tão distante e, ainda, em uma região tão dessemelhante à sua própria, gerou um significativo choque para os japoneses. Naquela época, a colônia de Tomé-Açu ainda era repleta de mata virgem que os próprios imigrantes teriam de desbravar.

Segundo Cordeiro *et. al.* (2017), o nordeste paraense foi uma das primeiras áreas na Amazônia a ser colonizada. Classificada como uma mesorregião⁶, os autores a caracterizam ainda como um território marcado por altas temperaturas e alta umidade,

6 “Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa” (Retirado de: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1586&event>).

acompanhadas de um volume de chuvas anuais significativo⁷. Os recursos hídricos também são abundantes, sendo essa uma região cercada por rios, lagos e igarapés; os rios, inclusive, “outrora eram as únicas vias de transporte, comunicação e pesca na região” (Ibid., p. 15), um elemento que se mostraria extremamente relevante mais tarde, como será discutido mais adiante. A vegetação, por sua vez, é classificada como “Floresta Equatorial Latifoliada, representada pelos subtipos Floresta Densa (altos e baixos platôs), Densa dos terraços e Floresta densa de planície aluvial (várzea), vegetação secundária e pastagem” (ISSELER et al., 1973 *apud* CORDEIRO et. al., 2017, p. 17).

Todas essas características são muito discrepantes do ambiente japonês, uma vez que o país, embora também úmido, não apresenta florestas similares àquelas do Norte do Brasil, tampouco temperaturas tão altas. Os imigrantes japoneses, vindos principalmente de Hiroshima⁸, tiveram então que trocar as terras nipônicas rodeadas de montanhas, temperaturas amenas e bem demarcadas de acordo com as estações do ano pela mata densa brasileira.

Naturalmente, é possível notar um movimento de união entre os imigrantes, motivado pela mudança drástica de localidade e pela necessidade de adaptação no país de destino. Cardoso (1963) cita a solidariedade associada ao trabalho familiar nas colônias japonesas como instrumentos fundamentais para a sua eventual prosperidade. Toda essa forma de organização social dentro do grupo de imigrantes japoneses pode ser justificada pelo que apontam Markus & Kitayama (1991) acerca do *self*, ou autoimagem: na cultura japonesa, a visão que o indivíduo tem de si é majoritariamente interdependente; ou seja, ele preza pela coletividade, e se vê em uma constante ligação com os demais membros da sociedade. Ao citar Sampson (1988), os autores afirmam que

Vivenciar a interdependência implica em se ver como uma parte de uma relação social abrangente e reconhecer que o comportamento de um indivíduo é determinado, condicionado por e, em grande parte, organizado pelo que o ator percebe serem os pensamentos, sentimentos e ações dos outros nessa relação. A experiência japonesa da autoimagem, portanto, inclui um senso de interdependência e do seu status como um participante em uma unidade social maior⁹ (MARKUS & KITAYAMA, 1991, p. 227).

7 Segundo Martorano (1993), as temperaturas mínimas estão entre 22 e 23 graus Celsius, enquanto as máximas ficam entre 30 e 34 graus Celsius. A umidade se encontra entre 85% e 91%, e o nível de pluviosidade anual pode chegar aos 2500 mm (*apud* CORDEIRO et. al., 2017).

8 Segundo dados da JICA (*Japan International Cooperation Agency*, ou Agência de Cooperação Internacional do Japão) em 海外移住資料館 Japanese Overseas Migration Museum News n. 45, 2017, conforme pode ser visto nos Anexos – AA e AB.

9 “Experiencing interdependence entails seeing oneself as part of an encompassing social relationship and recognizing that one’s behavior is determined, contingent on, and, to a large extent organized by what the actor perceives to be the thoughts, feelings, and actions of others in the relationship. The Japanese experience of the self, therefore, includes a sense of interdependence and of one’s status as a participant in a larger social unit”.

Semelhante a esses conceitos, tem-se também o que Ikari (2014) apresenta como cultura solidária. Também característica fundamental dentro da sociedade japonesa, essa cultura prevê uma convivência de fraternidade, amizade e cooperação, sem que haja exclusão de qualquer forma de algum de seus membros¹⁰. Sendo assim, quando as famílias de imigrantes japoneses chegam ao nordeste paraense, essas noções permanecem e são colocadas em prática, de forma que sua organização social se pauta na agricultura familiar e cooperativista.

Isso os leva à adoção do modelo agrícola do cooperativismo, que no Brasil foi “trazido pelos imigrantes estrangeiros, principalmente europeus e asiáticos, entre o final do século XIX e o início do século XX” (SERRA, 1987, p. 59). Esse modelo prevê um planejamento comunitário, visando a um trabalho executado e administrado em conjunto; a prática cooperativista evita que o agricultor seja explorado por algum superior, já que todos trabalham em prol de todo o grupo (RIOS, 1987). Vale ressaltar que do período da chegada desses imigrantes ao Pará até o final da Segunda Guerra Mundial, essa prática foi adotada informalmente, sem que a pequena cooperativa formada por eles fosse reconhecida oficialmente pelos órgãos governamentais. A organização agrícola do grupo era, portanto, modesta.

Dessa forma, embora a Nantaku os auxiliasse com hospedaria, fornecimento de mantimentos, e lhes dessem informações valiosas sobre as características da região quando aqui chegaram, a relação dos imigrantes com a Companhia era uma troca: os mantimentos oferecidos pela Nantaku a eles se transformavam em dívida. Além disso, os colonos japoneses compravam, por exemplo, arroz dela e, após o cultivarem, vendiam-lhe as sacas (TSUNODA, 1988). Inevitavelmente, essa relação desencadeou alguns atritos, e acredita-se que por isso esses imigrantes “recorreram ao cooperativismo para se organizarem socioeconomicamente. A cooperativa¹¹ passou a ser o centro da comunidade, todos trabalhavam voltados para aumentar a produção em perfeita harmonia, buscando a estabilização econômica” (JUNIOR & SILVA, 2014, p. 241).

É relevante dizer, porém, que as informações sobre a formação de uma cooperativa logo nos primeiros anos de colonização por parte desses imigrantes são escassas, mas é possível entender que ela já existia antes do conflito mundial segundo o que apontam Junior & Silva (2014). Além dos autores, a própria CAMTA¹² afirma em sua página

10 A exceção se aplica apenas àqueles que não respeitam as regras estabelecidas naquele meio. Em japonês, dá-se o nome de “村八分” *murahachibu*, o equivalente a “ostracismo social”.

11 Trata-se do que mais tarde seria a Cooperativa Agrícola do Acará (município onde estava localizada a colônia de Tomé-Açu), conforme afirmam Junior & Silva (2014).

12 Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, que recebeu o registro oficial com esse nome somente em 1949.

online¹³ que a cooperativa “iniciou suas atividades em 1929, fundada por imigrantes japoneses que buscavam colonizar a região de Tomé-Açu, no Estado do Pará, cultivando o cacauzeiro, hortaliças e arroz”.

3.1. ERA VARGAS, SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O CONFINAMENTO

Quando Vargas assumiu a presidência em 1930, já era possível notar que a adaptação dos imigrantes japoneses no Brasil vinha gerando frutos. Eles começaram a ganhar notoriedade no setor agrícola à medida que se desenvolviam nesta prática e conquistavam seu espaço. Ao citar Leão (1989, p. 58), Uehara (2008, p. 187) afirma que, nessa década, “a importância relativa da população *nikkei* na lavoura já era considerável”, e ainda completa apontando que, embora isso tenha sido motivo de satisfação para a comunidade japonesa, a sociedade brasileira não encarou a situação com os mesmos bons olhos.

É importante ressaltar que, mesmo antes da imigração japonesa no Brasil ter início em 1908, havia um forte movimento contra a entrada desses imigrantes por parte das elites brasileiras. Motivados principalmente pelas teorias raciais em voga no século XIX na Europa e pela expansão do Império japonês pela Ásia, eles acreditavam que esse grupo representava um empecilho no que diz respeito a sua suposta capacidade de assimilação e inferioridade racial, e, ainda, um grave perigo, considerando-os possíveis peças no jogo político de expansão territorial do Japão no Ocidente. A doação de um milhão de hectares de terras para a instalação dos imigrantes japoneses no nordeste do Pará é, inclusive, motivo de alvoroço entre essas mesmas elites (TAKEUCHI, 2008). Ao citar Kawada (1995, p. 5) e Homma (2007, p. 18-19), Sá (2010) complementa apontando que a presença japonesa na região amazônica toma força principalmente depois desse movimento migratório que funda a colônia japonesa de Tomé-Açu, no então município do Acará.

Mas é a partir de 1937, quando se instaura o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, que o cenário começa a mudar de forma. Este período do governo Vargas é marcado por diversas contradições; dentre elas, o suporte ao desenvolvimento econômico, o destaque à arte e à cultura, enaltecendo-as, ao mesmo tempo em que intervinha nos sindicatos, censurava a imprensa e, mais tarde, perseguia os estrangeiros (FAUSTO, 1999). O Estado Novo previa, essencialmente, uma política nacionalista e autoritária; sendo assim, estabelece-se uma campanha de nacionalização em prol de uma unidade nacional (SEYFERTH, 1999), para que o Brasil fosse “um só” — em outras palavras, os estrangeiros deveriam se assimilar à cultura brasileira por completo, o que implicava em não manifestar sua cultura de origem de forma alguma, nem mesmo falar a sua própria língua materna. Assim, foi instituída “a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas escolas étnicas, em atividades públicas, como comércio e serviços religiosos [...]

13 Vide <https://www.camta.com.br/index.php/c-a-m-t-a/nossa-historia>.

particularmente em relação à comunidade japonesa, essas determinações levaram ao fechamento de suas escolas e de seus órgãos de imprensa” (TAKEUCHI, 2008, p. 39 *apud* UEHARA, 2008, p. 185).

Não é difícil imaginar, portanto, como esse cerceamento foi se tornando uma ferramenta cada vez mais opressora para os imigrantes no Brasil. A política nacionalista de Vargas, somada ao sentimento antinipônico já presente, foram os grandes fatores que fomentaram essa perseguição e a agravaram com o passar do tempo.

Neste ínterim, as relações entre Brasil e EUA, alinhadas aos planos políticos de Vargas, foram fundamentais para que o primeiro decidisse, em 1942, a entrar no conflito mundial. Afinal, os EUA já estavam em guerra contra o Japão, Alemanha e Itália, e pressionavam o Brasil para que adotasse a mesma postura. Simultaneamente, o governo de Getúlio Vargas visava a uma posição relevante no cenário internacional (PERAZZO, 2009); logo, a aliança com os norte-americanos representava a oportunidade ideal para ter o apoio de grandes potências e conquistar um espaço de notoriedade. Portanto, a partir daquele momento, essa aliança leva ao rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo — o tratamento dispensado aos imigrantes desses países, conhecidos também como “súditos do Eixo”, deixa de ser somente uma questão nacional e passa a ser um dos principais elementos de discussão entre o Brasil e os Aliados (Ibidem).

Com seu posicionamento oficialmente firmado, o Brasil vê nesse contexto a necessidade de demonstrar o seu alinhamento com os Estados Unidos. Segundo Perazzo (2009), naquele momento o governo de Vargas intensifica as perseguições aos imigrantes alemães, italianos e japoneses em nome da segurança nacional, o que acaba levando ao aprisionamento desses grupos pelo território brasileiro¹⁴. Ela afirma, ainda, que a partir do encontro entre os interesses internos e externos do Estado Novo — conforme já discutido — surgem os chamados “campos de concentração”.

No entanto, embora a autora e demais estudiosos utilizem esse termo, acredita-se que ele não seja o mais adequado à realidade brasileira, tampouco àquela em Tomé-Açu; por isso, conforme será discutido em maiores detalhes logo adiante, prefere-se que sejam utilizados termos como “confinamento” e alguns de seus sinônimos que melhor correspondam a esse fato. Isso porque, no Brasil, os imigrantes confinados podiam desfrutar de alguma liberdade, embora houvesse determinadas restrições. Porém, como essa prática se expandiu pelo país, é importante lembrar que houve formas de organização e administração diferentes entre uma e outra região, uma vez que as condições geográficas e estruturais diferem de um lugar para outro.

No caso da colônia de Tomé-Açu, Junior & Silva (2014) afirmam que a adoção de tal medida foi justificada pelo governo federal como forma de proteção aos imigrantes da região contra a represália popular. Segundo eles,

14 Os confinamentos estavam presentes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas (*vide* Perazzo, 2009, p. 98-99).

Com o Brasil e Japão em lados opostos na Segunda Guerra Mundial, os japoneses resistentes na Amazônia foram tratados como inimigos. Não só os japoneses sofreram, alemães e italianos - nacionalidade dos países do Eixo - também foram atingidos. Os bens pertencentes às pessoas destas nacionalidades foram confiscados assim como os documentos, sendo alguns queimados. Estes imigrantes passaram dificuldades, pois os brasileiros se negavam a vender-lhes produtos de primeira necessidade. A situação piorou quando um navio mercante brasileiro foi afundado por um submarino alemão. A hostilidade do povo paraense aumentou. Casas e comércios pertencentes a imigrantes que vieram dos países do Eixo foram invadidas, incendiadas e até derrubadas. Os imigrantes chegaram a ser apedrejados e passaram a correr risco de morte dia após dia (ABE, 1959)¹⁵.

Quando a região é então transformada em um local de confinamento, Perazzo (2009, p. 107) traz, segundo a imprensa¹⁶, as características e circunstâncias em que se encontravam os imigrantes na colônia:

Segundo reportagem publicada no jornal *O Liberal*, edição de 26 de fevereiro de 1995, foram enviadas a Tomé-Açu 480 famílias japonesas, 32 alemãs e um número menor de famílias italianas. O que se convencionou, na época, a chamar de campo de concentração, era uma área de isolamento, de onde os imigrantes não podiam sair sem permissão do governo. Ali eles trabalhavam na lavoura e mantinham o dia-a-dia normal, apesar da correspondência ser censurada na agência dos correios em Belém, e de não poderem fazer reuniões sob pena de prisão e pagamento de multa. Às 21 horas soava o toque de recolher, já que o fornecimento de energia era precário e não havia como manter as ruas iluminadas durante toda a noite.

Muitos imigrantes que saíram da colônia para residir em Belém, inclusive, foram forçados a voltar para a colônia no nordeste do Estado. Além disso, a situação geográfica em que estava Tomé-Açu facilitava a vigilância do local pelo Exército e pela polícia, uma vez que a colônia era rodeada de mata densa e rios (Figura 3), deixando pouco espaço para fugas (FLORES, 1998 *apud* PERAZZO, 2009).

15 Junior & Silva, 2014, p. 241-242.

16 *Arigatô*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1995, p. s/n. Seção de Obras do Pará, Biblioteca Pública Arthur Vianna, Belém (PA).

FIGURA 3 – PORTO EM TOMÉ-AÇU¹⁷



O Globo. 08 de Fevereiro de 2014, Matutina, História, página 43 (<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020140208>)

Outro ponto muito importante que merece destaque durante esse período é o confisco da cooperativa dos imigrantes japoneses da região pelo governo federal. Quando se instalou o confinamento, o órgão tomou posse da então Cooperativa Agrícola do Acará, fundada pelos japoneses em Tomé-Açu.

Esta passou a se chamar Colônia Estadual de Tomé-Açu (CETA). Os imigrantes eram restringidos a fornecer e a receber mercadorias. [...] Com o confisco da cooperativa, os imigrantes japoneses, que estavam conseguindo melhorar um pouco as suas condições, testemunharam a cooperativa ser administrada por funcionários não comprometidos com a empresa, e, assim sendo, esta ficou praticamente estagnada. A CETA era a responsável pela aquisição dos produtos de primeira necessidade dos imigrantes e pela venda dos produtos da cooperativa à população belenense. No transporte para a execução das vendas e compras, não havia cuidado algum com as hortaliças, estragando-as; e, assim, o montante da venda era diminuído, e a condição de vida dos colonos começou a piorar novamente (JUNIOR & SILVA, 2014, p. 242).

De mãos atadas à mercê do governo Vargas e do conflito mundial, os imigrantes seguem confinados até o final da guerra, sendo libertados em agosto de 1945.

17 Na legenda, lê-se: “No meio do nada. Porto de Tomé-Açu na década de 40: campo de concentração instalado na ilha recebia imigrantes de países do Eixo, entre supostos espíões e famílias assustadas com a depredação de suas casas e lojas em Belém”.

3.2. O PÓS-GUERRA E A FORÇA COOPERATIVISTA

Quando os imigrantes foram finalmente libertados do isolamento com a renúncia do Japão e o consequente anúncio de que a guerra havia cessado, esperava-se que houvesse alguma espécie de auxílio por parte do governo do Estado ou do governo Federal nesse momento tão desfavorável e desalentador. No entanto, a realidade enfrentada pelos japoneses em Tomé-Açu era muito diferente do esperado — segundo Junior & Silva (2014), mesmo após o ocorrido a cooperativa ainda estava sob a posse e administração do governo. “Os produtos produzidos pelos colonos eram vendidos por um valor muito baixo, e as mercadorias trazidas para a colônia tinham um valor elevado” (Ibidem, p. 242). Portanto, entende-se que a colônia, nessas circunstâncias, estaria fadada a uma estagnação econômica, o que prejudicaria diretamente o seu desenvolvimento e prosperidade socioeconômicos.

Os autores apontam também para o que esse cenário impulsionou — a busca dos próprios imigrantes pela recuperação da cooperativa e reconstrução da sua economia. Afinal, após inúmeros percalços e três anos de confinamento, ver aquilo que a sua comunidade construiu em conjunto continuar sob a intervenção daqueles que se viraram contra eles em determinado momento deveria causar um forte sentimento de revolta e indignação. Mesmo com o final da guerra, a falta de perspectiva perdurava, visto que a posse da cooperativa pela CETA representava um obstáculo para o desenvolvimento da colônia. Logo, retomar a cooperativa agrícola significava retomar o caminho que esses imigrantes vinham construindo desde que haviam chegado.

Logo, a partir desse período há um movimento notável de união entre os imigrantes japoneses de Tomé-Açu na luta pelo seu futuro. Ainda em 1945, dezessete jovens decidem formar, então, a União dos Lavradores (ou *Nômin Doshikai*), em uma empreitada para fazer o máximo possível pela cooperativa, mesmo que ela não estivesse sob o controle deles. Junior & Silva (2014) citam Abe (1959) para especificar os objetivos dessa União:

Permitir ingresso de novos associados; melhorar o processo de circulação de dinheiro; promover negociação com a CETA; melhorar a finança da cooperativa mediante a separação entre as seções de venda e de compra; estudar a possibilidade de construir um meio de transporte próprio motorizado para a cooperativa (ABE, 1959, p. 16).

Juntos, eles constroem o barco Universal I, que fazia viagens até a capital do que era cultivado e produzido na colônia, uma vez que os colonos não estavam satisfeitos com a forma como a CETA conduzia esse processo (JUNIOR & SILVA, 2014). A construção própria do meio de transporte pelos imigrantes foi não apenas um grande motivo de comemoração, mas também o incentivo de que eles precisavam para avançar na sua missão de reconstrução econômica.

Sendo assim, já à frente da administração do transporte, aos poucos a União dos Lavradores persistiu no objetivo de negociar com a CETA “o fim da intervenção estatal na cooperativa e de readquiri-la a favor dos colonos” (Ibidem, p. 243). Não há informações que afirmem com exatidão quanto tempo isso levou, mas os lavradores conseguiram, após inúmeras tentativas de negociação, a recuperação da cooperativa. Outro fator fundamental para motivá-los foi também o apoio dos colonos — após a conquista da autonomia na compra e venda de produtos por meio de um transporte próprio, “a colônia por inteira apoiava as ações dos lavradores, passando-lhes coragem, credibilidade e confiança” (ABE, 1959 *apud* JUNIOR & SILVA, 2014, p. 243).

Neste contexto, é importante observar a visão de Markus & Kitayama (1991; 2010) sobre a autoimagem na cultura japonesa que pode se relacionar a esse movimento entre os colonos, cuja união impulsionou a sua reintegração social e econômica em Tomé-Açu. Ao citar Le Vine’s (1986), os autores apontam que a cooperação, no âmbito cultural japonês, não sugere que se renuncie a si próprio — sua autoimagem e autonomia — em prol do outro, como acontece nas culturas ocidentais. Ao invés disso, ela implica que cooperar com os demais é a forma mais adequada de se expressar e de fortalecer a sua visão interdependente dentro de determinado meio. No entanto, essa cooperação não acontece de forma desordenada, mas muito bem selecionada; isso reforça as circunstâncias observadas com o grupo de imigrantes japoneses no Pará:

ações responsivas e cooperativas são exercitadas apenas quando há uma garantia razoável das “boas intenções” de outros, ou seja, seu compromisso em continuar a se engajar em interações recíprocas e apoio mútuo. Claramente, autoimagens interdependentes não atendem às necessidades, desejos e objetivos de *todos*. A atenção aos demais não é indiscriminada; é altamente seletiva e será fundamental em relações com membros de um mesmo grupo (MARKUS & KITAYAMA, 1991, p. 229)¹⁸.

O apoio e reciprocidade na relação entre os imigrantes em Tomé-Açu se tornaram ainda mais expressivos nesse período. Após a recuperação da cooperativa, os colonos passaram a deter total responsabilidade e domínio sobre ela; dentre suas atividades, estavam aquelas ligadas à educação, saúde, escoamento de produção, entre outras. Todas elas, porém, estavam sempre a favor de seus cooperados (KATO, 1994 *apud* JUNIOR & SILVA, 2014). Ainda havia a necessidade de registrar a cooperativa formal e legalmente, mas ainda faltavam recursos suficientes.

É então que entre os anos de 1946 e 1947 os colonos voltam a sua atenção para o cultivo de uma especiaria que já era comum na região: a pimenta-do-reino. No contexto

18 “responsive and cooperative actions are exercised only when there is a reasonable assurance of the “good-intentions” of others, namely their commitment to continue to engage in reciprocal interaction and mutual support. Clearly, interdependent selves do not attend to the needs, desires, and goals of all others. Attention to others is not indiscriminate; it is highly selective and will be most characteristic of relationships with ‘in-group’ members”.

internacional, a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial em países como a Malásia, Índia e Indonésia — os maiores produtores de pimenta-do-reino até então — elevou o preço da iguaria em até 2000%, o que a tornava, então, uma cultura muito favorável naquele momento (JUNIOR & SILVA, 2014). Logo, a piperácea passou a ser o centro da produção dos colonos, tornando-se a maior fonte de lucro da colônia. “Já em 1947, a pimenta-do-reino plantada no Pará representava 10% da produção mundial e era a terceira maior produção do mundo. Essa iguaria chegou a ser chamada de ‘diamante negro’ da Amazônia” (Ibidem, p. 245).

Dessa forma, os recursos necessários para a oficialização da cooperativa foram se tornando cada vez mais concretos: os lucros obtidos com a produção se transformavam em investimento nos pimentais; o poder de compra dos imigrantes japoneses cresceu de forma rápida e significativa; o cultivo da piperácea recebeu grande adesão; conquistou-se capital suficiente para legalizar os trabalhos dos associados; por fim, tudo isso se somou à independência já adquirida nos trâmites para compra e venda e transporte próprio. Além disso, legalizar a cooperativa era essencial, pois garantia proteção por parte do Estado e direitos previstos em lei — o que representava segurança para o seu desenvolvimento (Ibidem). Portanto, segundo Junior & Silva (2014, p. 245), “As providências para oficializar a cooperativa foram executadas com arrojo, pois a pimenta-do-reino estava se destacando no mercado cada vez mais, proporcionando todos os recursos necessários para que os colonos colocassem em prática os seus objetivos”. Assim, em 1949 foi fundada a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), um verdadeiro marco para os colonos e o progresso da região.

4. A CULTURA JAPONESA NA FORMAÇÃO DA CAMTA

O cultivo da pimenta-do-reino tem o seu auge entre os anos de 1947 e 1968. Nesse período, em 1954 a produção era tamanha que nenhuma outra no restante do país se comparava a ela (TSUNODA, 1988). No ano seguinte, “a pimenta-do-reino de Tomé-Açu foi lançada no mercado internacional, onde logo alcançou importância, conhecendo grande valorização” (NOGUEIRA, 1984, p. 172). No entanto, por volta do final da década de 60, a superprodução da piperácea na Indonésia, a conseqüente queda no seu valor de compra e a vasta destruição das plantações em Tomé-Açu causadas pela fusariose¹⁹ fizeram com que o ápice da produção de pimenta-do-reino sofresse um declínio. Sendo assim, foi preciso se reinventar e admitir novas possibilidades de cultivo (JUNIOR & SILVA, 2014; HOMMA, 2009), conforme será tratado adiante.

Ainda assim, os impactos socioeconômicos e políticos que a produção da piperácea trouxe para toda a região graças aos imigrantes japoneses são inegáveis (HOMMA, 2009). Uma delas foi a emancipação de Tomé-Açu em 1959 — a colônia se desmembrou de Acará, tornando-se município. Além disso, há também outros reflexos, mas estes estão ligados não apenas ao período áureo da pimenta-do-reino, como também ao papel

¹⁹ Doença causada pelo fungo *Fusarium spp.*, comumente encontrado em plantações.

da CAMTA na região. Sobre isso, Tanaka (2012) traz uma visão importante e uma forma de classificar essa cooperativa: a CAMTA é o que a autora designa como cooperativa agrícola *nikkei* (ou nipo-brasileira)²⁰; ou seja, uma cooperativa agrícola segundo as características já mencionadas e citadas por Rios (1987) e Serra (1987), mas fundadas exclusivamente por imigrantes japoneses e preservadas por seus descendentes. Outras cooperativas do mesmo segmento também se espalharam pelo território brasileiro, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. A pioneira foi a Cooperativa Agrícola de Cotia, no estado de São Paulo, fundada em 1927 por imigrantes japoneses, mas muitas outras vieram em seguida.

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu é, pois, fruto do desenvolvimento de uma agricultura familiar, prática muito comum na cultura japonesa e que reforça o que foi discutido até agora sobre a visão interdependente dos japoneses no meio social. No entanto, o papel da CAMTA se expande de tal forma que toda a região — logo, envolvendo também brasileiros não descendentes de imigrantes japoneses — desfruta das contribuições que o seu progresso traz social e economicamente. Segundo Tanaka (2012), os agricultores *nikkei* e as cooperativas agrícolas *nikkei* contribuíram em grande escala para o desenvolvimento agrícola no Brasil. Ela destaca: a) a difusão do cooperativismo agrícola no Brasil, conforme mencionado também por Serra (1987); b) a introdução de novos produtos de verduras e árvores frutíferas, além de novas técnicas de cultivo; c) o desenvolvimento da região do Cerrado.

Atualmente, o município de Tomé-Açu conta com a população total de cerca de 64.030 pessoas²¹, e é amplamente admirado pelo seu sistema agroflorestal (SAF), cujo objetivo é manter uma produção agrícola, e até mesmo pecuária, enquanto preserva a floresta ao seu redor (CALIXTO, 2019). O SAF foi “desenvolvido pelos cooperados da CAMTA ao longo do tempo em Tomé-Açu [...] e esse sistema faz com que essa cooperativa aumente a sua produção e desenvolva o seu entorno sempre em harmonia com a natureza” (JUNIOR & SILVA, 2014, p. 256). A produção tem como base a fruticultura, que após a queda da próspera pimenta-do-reino se tornou o principal cultivo da CAMTA; mesmo assim, a piperácea e o cacau ainda geram lucro para a região (JUNIOR & SILVA, 2014). Com o sucesso desse sistema, a cidade passou a exportar produtos como doces, geleias e polpa de frutas, além da pimenta e do cacau.

Segundo Tanaka (2012, p. 26), esse é um exemplo de que “as cooperativas agrícolas *nikkei* continuam crescendo e trabalhando ativamente, além de liderarem a atividade cooperativista nas regiões”²². Para melhor ilustrar, a autora apresenta a tabela (Figura 4) do Colóquio de Revitalização das Cooperativas Agrícolas Nikkei da América do Sul, realizado em janeiro de 2011, em São Paulo.

20 No original, 日系農協 (*nikkei nōkyō*).

21 Segundo o último censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020.

22 現在も活発に活動し、成長し続ける日系農協もみられ、地域農業のリーダーとして活躍している。

FIGURA 4 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS BRASILEIRAS (DESTAQUE PARA TOMÉ-AÇU)²³

表2 主なブラジル日系農協の活動内容

農協名	州	組合員数	職員数	設立年	歴史経緯	主な生産物販売	総事業収入(千レアル)	総事業収入における割合			事業内容等
								販売	購買	加工	
インテグラーダ農協	PR	6270	1572	1995	○	ダイズ (565千t) トウモロコシ (483千t) コムギ (251千t)	1,005,681	63%	26%	11%	加工事業は飼料、製糸。小農対策としてオレンジジュース加工工場を計画中。
トメアスー農協	PA	130	120	1949	●	熱帯冷凍果肉 (5,650t) 胡椒 (510t) カカオ (250t)	36,907	56%	-	44%	加工事業は、冷凍果肉。冷凍果肉、カカオ、胡椒を日本、ヨーロッパ等へ輸出。
ジュアゼイロ農協	BA	59	92	1994	○	ブドウ (10,272t) マンゴー (2,075 t)	50,158	83%	17%	-	ブドウ、マンゴーをヨーロッパ、アメリカ、カナダ等へ輸出

A partir dos dados da tabela, vê-se que a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu produz, principalmente, polpas de fruta congeladas, cacau e pimenta-do-reino. Apesar de tais dados serem datados do ano de 2011, há dados mais recentes (Figura 5) comprovando que esses ainda são seus principais produtos, sobretudo para exportação. Em relação a esse mercado, Argentina, Alemanha, Guiana Francesa e Japão compõem o seu foco, especialmente o último.

FIGURA 5 – PRODUTOS PARA EXPORTAÇÃO (2021)²⁴

2-3 農産物・加工品の輸出

	作物・製品	輸出先(国)	量
(1)	果物パルプ	日本、フランス領ギアナ、ドイツ	0.2t
(2)	カカオ豆	日本	0.4t
(3)	胡椒	アルゼンチン、ドイツ、日本	0.5t

2-4 農業生産以外の活動

	トピック	内容
(1)	農業資材・機械	果物パルプ(アセロラ、アサイー、パイナップル、カシュー、クプアス、グアバ、サワーソップ、マンゴー、パッションフルーツ、ドラゴンフルーツ、ムルシー*1、タペレバ*2)

*1: ムルシー樹は、アセロラと同じキントランオ科の植物で、高さ5メートルほどの灌木。指先ほどの大きさの丸い黄色い果物となる。*2: マンゴーの親戚にあたりブラジルに古くからあるフルーツで、アマソンのスパイスとして知られている。

23 A fim de trazer o destaque para a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, a tabela não está apresentada aqui em sua totalidade. A tabela completa consta no Anexo B.

24 Segundo os dados da 中南米日系農業者等との連携交流・ビジネス創出事業 (Projeto de Intercâmbio, Cooperação e Geração de Negócios dos Agricultores Nikkeis da América Latina) em nikkeiagri.jp. A tabela 2-3 ilustra os três principais produtos exportados (polpa de frutas, cacau e pimenta) e os países de destino, conforme já citados; em seguida, a tabela 2-4 especifica as frutas cujas polpas são produzidas e comercializadas (acerola, açaí, abacaxi, caju, cupuaçu, goiaba, graviola, manga, maracujá, pitaia, muruci e taperebá).

Em 2011, sua produção de polpas congeladas era de 5650 toneladas, mas atualmente já chega a 10 mil toneladas por ano. Eventualmente, a produção de cacau se tornou tão expressiva que até mesmo portais de notícias destacam a importância da CAMTA para o cultivo e comércio do produto:

O Pará é o maior produtor de cacau do Brasil e não existem outras cooperativas no país que exportem as amêndoas para o Japão, apenas a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). “O nosso cacau conseguiu Indicação geográfica justamente por ser um cacau fino, diferenciado, isso fica claro quando exportamos para países que possuem critérios rigorosos de exportação”, explica Fabiano Andrade, analista do Sebrae na região²⁵.

A prosperidade da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu foi alcançada, pois, após inúmeros percalços, mas a sua construção e resistência se deu graças à comunidade de imigrantes japoneses que desembarcou no nordeste paraense há 90 anos. A partir de uma organização social interdependente e solidária, esses imigrantes fizeram de Tomé-Açu a terceira maior colônia japonesa do país, trazendo novos conhecimentos e uma nova cultura à Amazônia. Seus esforços somados ao cooperativismo transformaram o desenvolvimento agrícola da região, que continua a prosperar e se manter relevante nos mercados interno e externo. Integrados à sociedade brasileira, os imigrantes japoneses e seus descendentes fizeram da singela Tomé-Açu um símbolo de progresso, interculturalidade e, sobretudo, fizeram-na seu lar.

5. CONCLUSÕES FINAIS

Dentro do escopo de estudo da imigração japonesa ao Brasil, são vastas as pesquisas a respeito das comunidades de imigrantes japoneses que se instalaram nas regiões Sudeste e Sul do país. No entanto, ainda pouco se discute a imigração japonesa na Amazônia, dada principalmente nos estados do Amazonas e do Pará, tão fundamentais não apenas para os estudos histórico-sociais, mas também tantos outros campos do conhecimento. No entanto, a proposta deste trabalho foi apresentar uma faceta da imigração japonesa para o nordeste paraense, na colônia de Tomé-Açu. Procurou-se analisar a trajetória dessa comunidade de imigrantes desde a sua chegada até os dias atuais, pautando-se nas teorias acerca da prática cooperativista e da autoimagem (*self*), uma vez que elas provaram ser conceitos expressivamente presentes na história das famílias japonesas em Tomé-Açu.

O proposto foi, portanto, dialogar com fontes que tratam do cooperativismo e suas raízes, da autoimagem e seus consequentes comportamentos na cultura japonesa e, por

25 Retirado de: <https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/cacau-paraense-recebe-selo-das-olimpiadas-de-tokio,cbfe74638dcea710VgnVCM100000d701210aRCRD#prettyPhoto>.

fim, daquelas que tratam da história da imigração japonesa na Amazônia. Então, a partir de tal metodologia, estabeleceram-se duas análises: a) de que forma esses imigrantes se estabeleceram na região antes e após o conflito mundial; b) como isso está relacionado com o cooperativismo, característica fundamental na cultura japonesa graças à formação da autoimagem dos indivíduos em relação ao meio social dentro dessa cultura.

Sendo assim, pode-se estabelecer algumas conclusões a partir do que foi exposto. Conforme discutido, a imigração japonesa para o nordeste paraense pode ser considerada uma imigração organizada; embora os motivos se assemelhem àqueles que levaram à imigração japonesa nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, a recepção dos imigrantes foi muito diferente na Amazônia. No entanto, pode-se observar que, principalmente após o golpe e instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937, o sentimento de desconfiança e a eventual perseguição a esse grupo é, sobretudo, hostil e violenta; ainda que no início os colonos japoneses em Tomé-Açu tenham sido bem recebidos, um governo autoritário e xenófobo não os poupou de suas medidas opressoras antes e durante a Segunda Guerra Mundial.

O que é muito interessante de se observar, porém, é o forte movimento de união que fortalece a comunidade de imigrantes japoneses no Pará. A partir do conceito de autoimagem aplicado neste estudo, foi possível concluir que o confinamento durante o conflito mundial foi um marco na história desses colonos, uma vez que os impulsionou para a reconstrução do lugar que era deles por direito, mas principalmente por escolha. Da dura adaptação ao local, à cultura e aos costumes até a construção da própria cooperativa agrícola, esses imigrantes se mantiveram unidos durante toda a trajetória, cuja marcante característica se pauta na confiança entre eles, tão inerente à sua visão social interdependente. Isso parece ganhar ainda mais força no período pós-guerra, quando foi preciso, mais do que nunca, unir-se para reconstruir.

Por fim, foi possível notar também, a partir das demais conclusões, que houve a total integração desses imigrantes à sociedade brasileira. As raízes criadas em Tomé-Açu se fortaleceram de tal forma que a comunidade manteve viva suas tradições²⁶, ao mesmo tempo que as associaram à cultura brasileira em todas as suas formas — tangíveis ou não. O cooperativismo iniciado por eles na região é um símbolo de força entre o grupo, mas é também um símbolo de integração, pois trouxe para Tomé-Açu e para o Brasil desenvolvimento, inovação e amplo reconhecimento. Há muitas nuances no transitar entre duas culturas, mas nesse caso pode-se dizer que houve êxito e ainda há na expressão da cultura nipo-brasileira.

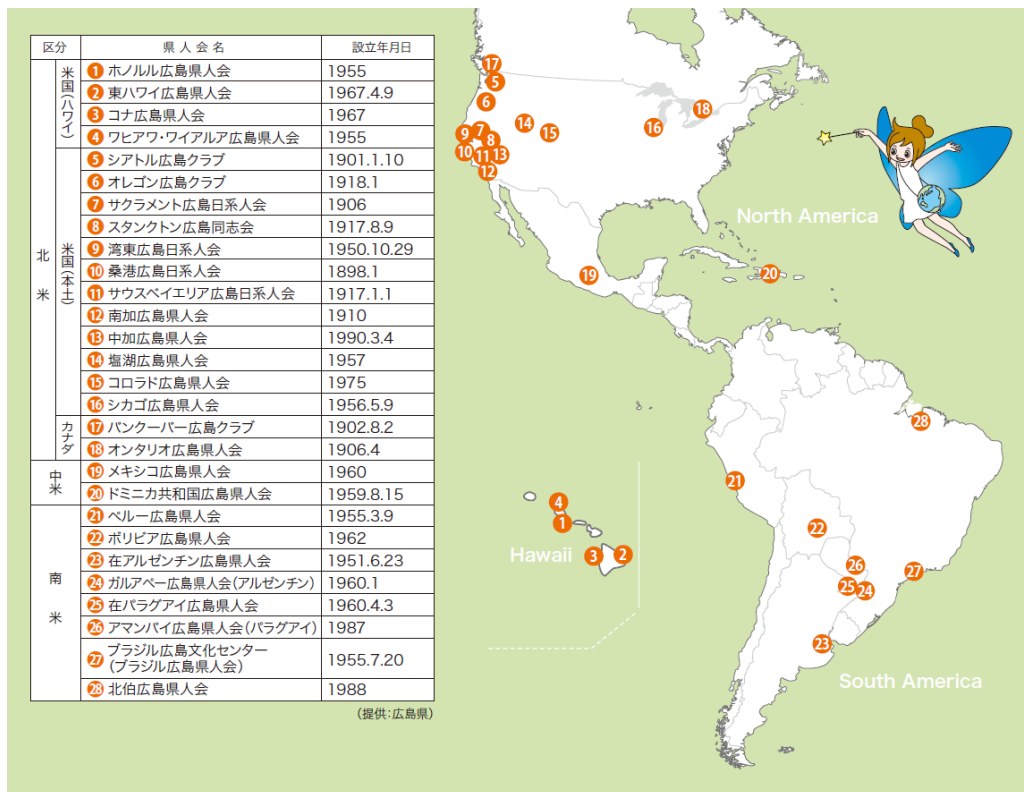
26 Tem-se, por exemplo, a Associação Cultural Nipo-brasileira de Tomé-Açu, que mais tarde se tornou a Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu (ACTA). Graças a ela, eventos tradicionais como o *Bon Odori* são realizados até os dias atuais, contando com elementos tipicamente japoneses que vão desde a comida até as danças e vestimentas (AIHARA, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIHARA, Maria do Socorro Michiko. **Paisagens nipo-brasileiras na cidade de Tomé-Açu-PA**: estudo antropológico das memórias da família Onuma. Orientador: Flávio Leonel Abreu da Silveira. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- CALIXTO, Bruno. **Na Amazônia, entender a paisagem social ajuda a transformar queimadas em agrofloresta**. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/01/na-amazonia-entender-paisagem-transforma-queimadas-em-agrofloresta>. Acesso em 12 de julho de 2021.
- CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. (Org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, p. 19-58, 2017.
- FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 17-20, 1999.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A imigração japonesa na Amazônia, 1915-1945. In: **Amazônia: meio-ambiente e desenvolvimento agrícola**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1998.
- IKARI, Luci Tiho. A cultura solidária na comunidade nipo-brasileira. **Estudos Japoneses**, São Paulo, v.34, p. 71-90, 2014.
- JUNIOR, Armando W. Tafner; SILVA, Fábio Carlos da. Colonização nipônica na Amazônia: A saga dos imigrantes japoneses no Estado do Pará. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.11, n.22, jul./dez. 2014.
- KLEIN, Daniel da Silva. A crise da borracha: a cadeia de aviamento em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. **História, histórias**, Brasília, vol. 2, p. 187-199, 2014.
- MARKUS, H. R.; KITAYAMA, S. Culture and the Self: Implications for Cognition, Emotion, and Motivation (A Cultura e a Autoimagem: Implicações para a Cognição, Emoção e Motivação). **Perspectives on psychological science**, Washington, v.5, n.4, p. 420-430, 2010.
- _____. Cultures and Selves: A Cycle of Mutual Constitution (Culturas e Autoimagens: Um Ciclo de Constituição Mútua). **Psychological Review**, Washington, v.98, n.2, p. 224-253, 1991.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. 1ª.ed. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1984.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da Guerra**: Os Súditos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945). 1ª edição. São Paulo: Imprensa Oficial Humanitas, 2009.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

- SÁ, Michele Eduarda Brasil de. **A imigração japonesa no Amazonas à luz da teoria das relações internacionais**. 1ª edição. Manaus: EDUA, 2010.
- SERRA, Elpídio. Algumas contradições entre a teoria e a prática cooperativista. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.5, n.1, p. 53-69, 1987.
- SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 199-228, 1999.
- TAKEUCHI, Márcia Yumi. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**, São Paulo, v.28, p. 99-112, 2008.
- TANAKA, Noriko. Burajiru nôkyô no naritachi kara katsudônaiyô no hensen: genjyô to tenbô (O aspecto da cooperativa agrícola no Brasil: da história à condição atual). **Kokusai nôringyô kyôryoku (JAICAF)**, Tóquio, v.35, p. 21-31, 2012.
- TSUNODA, Fusako. **Canção da Amazônia: Uma saga na selva**. Tradução de Jorge Kassuga. 1ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- EHARA, Alexandre Ratsuo. Presença nikkei no Brasil: integração e assimilação. **Estudos Japoneses**, São Paulo, v.28, p. 177-194, 2008.

ANEXO AA – ASSOCIAÇÃO HIROSHIMA KENJINKAI DA REGIÃO NORTE DO BRASIL EM BELÉM-PA (28)



**ANEXO AB – IMIGRAÇÃO JAPONESA NO PRÉ E PÓS-GUERRA
(MAIS DE 100 MIL JAPONÊSES MIGRARAM PARA TODO O
CONTINENTE AMERICANO)**

都道府県別移住者統計

順位	都道府県	移住者数(人)
1	広島県	109,893
2	沖縄県	89,424
3	熊本県	76,802
4	山口県	57,837
5	福岡県	57,684

(JICA横浜海外移住資料館)

**ANEXO B - PRINCIPAIS PRODUTOS DE COOPERATIVAS
AGRÍCOLAS BRASILEIRAS SEGUNDO O COLÓQUIO DE
REVITALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NIKKEI
DA AMÉRICA DO SUL (2011)**

表2 主なブラジル日系農協の活動内容

農協名	州	組合員数	職員数	設立年	歴史経緯	主な生産物販売	総事業収入 (千リアル)	総事業収入における割合			事業内容等
								販売	購買	加工	
インテグラダ農協	PR	6270	1572	1995	○	ダイズ (566千t) トウモロコシ (483千t) コムギ (251千t)	1,005,681	63%	26%	11%	加工事業は飼料、製糸。小農対策としてオレンジジュース加工工場を計画中。
トメアスー農協	PA	130	120	1949	●	熟凍冷凍果実 (5,650t) 胡椒 (510t) カカオ (250t)	36,907	56%	-	44%	加工事業は、冷凍果実。冷凍果実、カカオ、胡椒を日本、ヨーロッパ等へ輸出。
ジュアゼイロ農協	BA	59	92	1994	○	アドウ (10,272t) マンゴー (2,075 t)	50,158	83%	17%	-	アドウ、マンゴーをヨーロッパ、アメリカ、カナダ等へ輸出
モンテカルメロ農協	MG	284	85	1995	○	コーヒー (19千t)	115,950	78%	22%	0%	レインフォールストアライアンス等、世界的認証を取得しコーヒー高価格販売、輸出を実施。
スール・デ・ミナス農協	MG	22	15	1995	○	柿 (1,906 t) アテモヤ (524t) スモモ (675t)	5,190	77%	4%	19%	加工は、柿等のパッキング販売。
コパセントロ農協	MS	127	28	1995	○	ダイズ (18,747t) トウモロコシ (20,906t) コムギ (507t) ワタ (794t)	14,448	86%	14%	0%	飼料販売事業もある。GMOダイズ、トウモロコシ生産が主体。
スル・マトグロッセ農協	MS	584	...	1978	●	ダイズ(188,760 t) トウモロコシ(218,520 t) ワタ (2,589 t)	314,064	72%	13%	15%	加工事業は製糸。その他キャッサバ加工工場建設中。GMOダイズ、トウモロコシ生産が主体。
ヴァルゼアアグレ農協	MS	25	141	1962	●	鶏卵(17,700千ダース) うずら卵 (215千ダース) 飼料 (29,629t)	36,684	62%	38%	-	購買は配合飼料の販売
グアタバラ農協	SP	22	50	1995	○	鶏卵(7,410千ダース) うずら卵 (735千ダース) 飼料 (21,600t)	21,006	49%	51%	-	購買は配合飼料の販売
カッポンニート農協	SP	74	65	1994	○	ダイズ (19,800t) トウモロコシ (76,800t) コムギ (12,600t)	57,767	64%	33%	2%	農産物の販売は、農協でなく個人販売としている。サイロ保管料・手数料。
イビウナサンパウロ農協	SP	32	130	1995	○	葉野菜等 (7,673t) 有機野菜 (376t)	56,939	100%	-	-	野菜は全てパッキング販売。
南伯グランデサンパウロ農協	SP	485	2000	1969	◎	桃 (119,321箱) ネットメロン (20,336箱) 柿 (53,489箱)	11,273	12%	88%	-	ブラジル全国から果樹・野菜を集荷し販売。資材販売が中心。
南伯ピラールドス農協	SP	106	...	1969	◎	アドウ (400千箱) 桃 (300千箱) スモモ (120千箱)	7,220	52%	48%	-	果樹の販売、購買が主体。
レジストロ農協	SP	28	...	2004	●	野菜	-	-	-	-	農協だけでなく地域の農業団体でアグリビジネスセンターを建設したため、農協としての販売は一時中止。同センター内に、農協婦人が使用するよう食品加工施設を設置計画。観光開発に対応した体制作りを目指す。技術指導は継続中。
パウリスタ柿生産者協会/輸出会社	SP	72	1	2000	△	柿:輸出(10,504箱) アテモヤ:輸出(6,784箱) デコボン (10,000箱) アドウ:日本語(12,670箱)	275	100%	-	-	技術指導、研修会の共有が活動の主体。併設の輸出会社で柿、アテモヤ等をヨーロッパへ輸出。デコボン、アドウ販売は国内市場への販売斡旋。
汎イタベチニンガ地域野菜・花卉協会	SP	50	-	2002	△	野菜、桃、スモモ、リンゴ等	-	-	-	-	技術指導、研修会の共有が活動の主体。
サンジョ農協	SC	76	...	1993	○	リンゴ(3万4千t)、 リンゴジュース、 ワイン製造販売	リンゴ団地。リンゴジュース、ワイン等の加工品も製造。

出典：エックス都市研究所「平成22年度食料供給安定化国際農業連携対策事業」2012年、農業問題研究会編『グローバル資本主義と農業』より作成。表の日系農協は、2011年1月実施の南米日系農協活性化セミナー参加農協。

注1)「…」=未調査、「-」=該当なし、○=元コチア系、◎=元南伯中央会傘下、●=コチア及び南伯農協と関連の無い日系農協、△=協会。

注2) 州名記号については、PR=パラナ、PA=パラナ、BA=バイア、MG=ミナスジェライス、MS=南マトグロソ、SP=サンパウロ、SC=サンタカタリーナ。

CRONOLOGIA DO INVESTIMENTO DIRETO JAPONÊS NO BRASIL

A CHRONOLOGY FOR JAPANESE DIRECT INVESTMENT IN BRAZIL

Elen Yagi Ticianelli¹

RESUMO: Este artigo estabelece a cronologia do investimento direto estrangeiro (IDE) japonês no Brasil, nos diferentes períodos históricos, com o objetivo de compreender as movimentações do IDE nipônico no Brasil desde a década de 1950 (portanto, após a Segunda Guerra Mundial), bem como o crescimento da internacionalização de empresas, até o período recente e as perspectivas para o século 21.

Palavras-chave: Investimento direto japonês, relações Brasil-Japão (relações nipo-brasileiras).

ABSTRACT: This article summarizes and analyses the chronology of Japanese foreign direct investment (FDI) in Brazil in its different historical periods, with the purpose of understanding the movements of FDI in Brazil since the 1950s, therefore, after the Second World War, and the growth of the internationalization of companies, until the recent period and its perspectives for the 21st century.

Keywords: Japanese direct investment, foreign direct investment, Brazil direct investment, Brazil-Japan relations.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa, do Departamento de Letras Orientais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Bacharelado em Administração pela Universidade de São Paulo (FEA-USP).

1. INTRODUÇÃO

Segundo o relatório do Banco Central do Brasil (2021):

O investimento direto é a categoria de investimento que possui maior destaque no relacionamento econômico e financeiro do Brasil com o resto do mundo. Conforme o padrão metodológico, configura-se investimento direto quando um investidor de uma economia detém poder de voto igual ou superior a 10% em empresa ou fundo de investimento em outra economia.

Um dos principais papéis do investimento estrangeiro direto (IDE) é o de transplantar – por meio de estratégias vitais, tais como o treinamento de mão de obra, a gestão e o marketing – tecnologia de produção superior, a partir do país industrial avançado para países menos desenvolvidos. O IDE, portanto, deve ser um iniciador e um tutor da industrialização em países menos desenvolvidos (KOJIMA, 1971).

O IDE é, ademais, realizado por determinada empresa multinacional (MNE), pertencente a uma indústria específica do país investidor, e cria essa atividade específica por intermédio de uma subsidiária e de outra *joint venture*² no país anfitrião. O IDE exerce, gradualmente, um efeito espalhado sobre aquela indústria específica no país anfitrião. O efeito é obtido, sobretudo, pelo treinamento da mão de obra – tais como trabalhadores, engenheiros e gerentes – e possibilita o estabelecimento de empresas competitivas pelo capital local, o que, em última análise, melhora a função de produção dessa indústria específica em geral (KOJIMA, 1971).

Quando determinada MNE opta pelo investimento em uma região estrangeira, defronta-se, pelo menos, com duas decisões estrategicamente importantes. Em primeiro lugar, a MNE pode optar por estabelecer uma operação estrangeira do zero, pelo investimento em uma instalação *greenfield*³, ou, ainda, pode envolver-se em uma aquisição, adquirindo participação acionária em uma entidade estrangeira. Em segundo lugar, a MNE pode decidir fazê-lo autonomamente (estabelecer uma subsidiária integral) ou envolver um parceiro local na negociação, estabelecendo uma subsidiária com propriedade compartilhada (DIKOVA; VAN WITTELOOSTUIJN, 2007).

Apesar das delimitações decisórias, verifica-se lacuna na compreensão sobre a gestão das MNEs – trata-se da investigação sobre a maneira como as decisões são tomadas. Isso porque, assim como as principais decisões estratégicas, os IDEs não são

2 *Joint-venture* significa “união com risco”. Trata-se de espécie de acordo entre duas entidades que se juntam com a finalidade de colher ganhos a partir de alguma atividade, mesmo que por tempo limitado, sem que nenhuma delas perca a identidade própria (WOLFFENBÜTTEL, 2006). Exemplificando, a China fornece oportunidades de acesso ao país a empresas que criem *joint-ventures* com companhias chinesas do mesmo setor, com a finalidade de promover a transferência de tecnologia. (WOLFFENBÜTTEL, 2006).

3 Investimento *Greenfield*: Envolve a construção de novas instalações por meio de projetos, que podem envolver *joint-ventures* e expansões (BURGER *et al.*, 2015).

de curto prazo, mas um processo. São investimentos que exigem uma série sequencial de decisões complexas, a ser tomadas pela gestão. Desse modo, os IDEs envolvem, pelo menos nos estágios iniciais, fatores cruciais a considerar. Entre eles, figuram: altos níveis de riscos percebidos; incerteza; processos multifacetados; e normas organizacionais. Frequentemente, ainda, há grandes diferenças na percepção do ambiente e das oportunidades, bem como das capacidades da empresa (AHARONI, 1966).

Estabelecidos os pressupostos iniciais sobre o IDE, cabe analisar o caso específico do Brasil e do Japão. O país leste-asiático cresceu rapidamente após a Segunda Guerra Mundial, em que cabem comparações com outros países. Por aproximadamente duas décadas, entre 1949 e 1971, as economias das nações desenvolvidas como um todo cresceram rapidamente: a reconstrução do pós- Segunda Guerra resultou no crescimento do PIB europeu para 5% ao ano, enquanto o do Japão galopou a 10% ao ano. A economia dos EUA, por sua vez, cresceu 3,8% ao ano. No mesmo período, o crescimento do comércio internacional superou o crescimento da produção mundial. Nos anos 1960, os IDEs cresceram duas vezes mais que o produto nacional bruto (PNB). As multinacionais europeias reconstruíram sua presença global, mas a maior parcela do novo IDE veio dos Estados Unidos, que se tornara o líder tecnológico mundial, uma das nações mais ricas e também o maior mercado individual da economia global (AHARONI, BROCK; 2010).

Analise-se, agora, alguns dados brasileiros. Os resultados de uma pesquisa realizada com “160 subsidiárias de empresas multinacionais estrangeiras com operações no mercado brasileiro” (BITTENCOURT; DE MATTOS; BORINI, 2017, p. 14), revelaram que os fatores pelos quais as empresas escolhem o Brasil para o IDE são: a dimensão e o nível de autossuficiência da empresa do exterior, considerando sua área de trabalho; o grau de movimentação econômica do mercado em que o país está inserido; o risco do país; e os hiatos institucionais e culturais verificados entre os locais de origem do IDE e o Brasil. Especificamente quanto ao estabelecimento de subsidiárias estrangeiras por meio de investimentos *greenfield*, os principais fatores são: maior hiato institucional e cultural; maior avaliação quanto ao risco-país do Brasil; setor mais intensivo em tecnologia; tamanho reduzido da subsidiária; grau de autonomia da filial ser menor; e nível menor de movimentação econômica do setor a investir. (BITTENCOURT; DE MATTOS; BORINI, 2017).

Apesar dessas características gerais, há de se considerar as especificidades do IDE nipônico. Kojima (1971) demonstra que os IDEs japonês e americano são muito diferentes, o que é explicável pelo comportamento das empresas de cada um daqueles países.

Por um lado, nos EUA, os interesses microeconômicos das multinacionais dominam o IDE, e como resultado, acaba por ser ignorado o impacto macroeconômico do investimento direto no exterior nos padrões de vantagem comparativa.

Por outro lado, o padrão do IDE japonês foi caracterizado como “orientado ao comércio” (KOJIMA, 1971), em que os impactos macroeconômicos, como o impacto nos padrões de vantagem comparativa, foram considerados explícita ou implicitamente.

Como resultado, o IDE japonês difere consideravelmente, tanto entre os países receptores, como ao longo de tempo. Ademais, na maioria dos casos, o IDE japonês contribuiu para o desenvolvimento dos países recipientes com mais eficiência do que o IDE estadunidense, na maioria dos casos (KOJIMA, 1971).

O Brasil foi o destino central de IDE japonês na América Latina, seguido, com fluxos comparativamente menores, pelo México e pelo Chile, nos anos 2000 a 2013. Isso porque o Brasil faz parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e detém um dos maiores mercados internos latino-americanos, o que fortalece os benefícios locais brasileiros, bem como um plausível crescimento no longo prazo (TONOOKA, DALLAVA, SILVA, 2014).

2. OBJETIVO

Dada a relativa escassez da produção acadêmica a respeito do IDE japonês no Brasil, bem como de estudos que abranjam todo o período desse IDE específico até os tempos atuais, o presente artigo busca realizar uma revisão de fontes bibliográficas sobre o assunto de IDE japonês no Brasil e, portanto, sobre as empresas multinacionais japonesas no Brasil. O objetivo é o de analisar, primeiramente, as principais fases em ordem cronológica e, em seguida, as perspectivas para o século 21.

3. INVESTIMENTO DIRETO JAPONÊS (IDE) NO BRASIL

Períodos históricos

A coincidência temporal dos “milagres” japoneses e brasileiros exerceu poderoso efeito de estimular as relações econômicas entre os dois países. Entre 1955 e 1970, a taxa média de crescimento do Japão esteve, em termos reais, no patamar de 10,2%. Por sua vez, as taxas de crescimento brasileiras, em termos reais, entre 1979 e 1973, as taxas de foram mais de 11% anualmente; e, para o período entre 1963 e 1981, corresponderam a mais de 8% anualmente (HOLLERMAN, 1988). Em termos gerais, portanto, há crescimento expressivo em ambos os países.

Segundo Horisaka (2008), é possível discernir o IDE japonês realizado no Brasil em estágios históricos, considerando-se aspectos socioeconômicos, possibilitando a divisão em cinco períodos:

- 1908 a 1950 – “Período de Imigração” – Ocorreu da primeira imigração até a década de 1950, descontando-se os anos em que houve a Segunda Guerra Mundial. O pico da imigração japonesa foi entre 1933-1934, momento em que houve o ingresso de, aproximadamente 20.000, imigrantes anualmente. Preocupado com esse aumento, o governo brasileiro restringiu a apenas 2% os imigrantes japoneses em relação aos 50 anos anteriores.

Em 1951, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão assinou o Tratado de Paz de São Francisco (“San Francisco Peace Treaty”) e retornou à comunidade internacional. No ano seguinte, o país restabeleceu as relações diplomáticas com o Brasil; e, em dezembro do mesmo ano, o primeiro grupo de imigrantes deixou o Japão para a região da Amazônia.

- 1951 a 1972 – “Anos de Investimento” – Marcado pelo aumento expressivo de corporações nipônicas, momento em que o governo de Juscelino Kubitschek promoveu a política de substituição de importações até o início da década de 1970, período conhecido como “milagre econômico brasileiro”.
- 1973 a 1982 – “Período Financeiro” – Compreende desde a segunda metade da década de 1970 até a crise da dívida no Brasil, em 1982. No período, as instituições financeiras japonesas se uniram, de forma agressiva, com bancos europeus e norte-americanos e concederam empréstimos ao Brasil.
- 1983 a 1994 – “Período dos *dekasegis*⁴” – As corporações nipônicas perderam o interesse no Brasil, por conta da crise da dívida deste país, e as relações Brasil-Japão estagnaram-se. Brasileiros *nikkei*⁵ emigraram, em massa, para o Japão, em busca de oportunidades de emprego. Estas, ao mesmo tempo, ofereciam altas remunerações e exigiam pouca educação formal.
- 1994 a atualmente – “Ressurgimento de investimentos pelas corporações japonesas no Brasil” – O interesse corporativo nipônico no Brasil foi retomado, em grande medida pela estabilização econômica, obtida pelo Plano Real .

Histórico do investimento japonês no Brasil

Havia poucos investimentos japoneses no Brasil antes da II Guerra Mundial. Estavam relacionados a atividades ligadas à imigração ou à agricultura, com a presença de membros da comunidade *nikkei* (YOKOTA, 1997:36). Seguindo o primeiro estágio de IDE japonês no Brasil, elaborado por Horisaka (2008), são investimentos que

4 A princípio, o termo “*dekasegi*” (na notação Hepburn; em forma aportuguesada, “*decassegui*”) era utilizado para os trabalhadores sazonais, principalmente os oriundos do norte do Japão, que, no inverno, buscavam emprego ao sul do país. Atualmente, o termo é utilizado aos trabalhadores temporários no Japão, com o objetivo trabalhar e ganhar dinheiro – excluem-se casos de expatriados trabalhadores em firma japonesas (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006). No Brasil, o termo tomou contornos mais específicos, com significado atribuído a brasileiros de origem nipônica e suas famílias que emigraram ao Japão em busca de trabalho (BELTRÃO; SUGAHARA, 2006).

5 A definição do termo “*nikkei*” é complexa e diversa. Segundo a pesquisa realizada pela Nippon Foundation (2020), a forma em que a pessoa *nikkei* é definida e seu significado variam bastante na diáspora, sendo seu uso mais presente na América Latina, principalmente no Brasil, no Peru, na Argentina e no Paraguai, considerando-se a ordem decrescente da comunidade diaspórica. No Brasil, uma das acepções possíveis é: “Ser *Nikkei* é compreender e praticar os princípios japoneses enquanto se adapta aos valores do país de origem. *Nikkei* é a pessoa que consegue encontrar o equilíbrio entre os dois mundos.” (THE NIPPON FOUNDATION, 2020).

se iniciaram, de modo oficial, no Brasil, na década de 1950, durante o período pós-guerra. Naquele momento, os investimentos japoneses de grande porte foram efetuados especialmente durante o Plano de Metas⁶, quando empresas japonesas dos setores de siderurgia, de construção naval, têxtil e de máquinas leves se instalaram no Brasil. Entre 1955 e 1957, as grandes firmas comerciais japonesas abriram escritórios no exterior e, no caso do Brasil, foram primeiro para São Paulo e depois se expandiram para outras cidades (TORRES, 1993).

Segundo Tonooka (1998: 103-105), a década de 1950 exibiu uma movimentação bastante limitada do IDE japonês no Brasil, pois o Japão encarava obstáculos no balanço de pagamentos, decorrentes da demanda de reestruturação nacional. Por conta disso, a quantia de IDE japonês foi dirigida para a abertura de bancos e de escritórios das “*tradings companies*”⁷; e alguns grandes projetos foram instituídos com finalidade de produzir bens industriais – no Brasil, a fabricação é atribuída ao aço.

A partir de 1955, algumas “*trading companies*” retornaram ao Brasil e novas chegaram. É possível citar, entre outras, Mitsubishi, Toyo Menka, Nomura, Nichimen, Mitsui, Marubeni, Nissho-Iwai, Itochu e Kanematsu Goshu. O aumento da instalação de empresas japonesas no Brasil foi motivado por medidas governamentais que privilegiavam os investimentos diretos do exterior. O Japão, por sua vez, na mesma época, iniciou o interesse em investimentos no exterior, sendo que o governo japonês também iniciou planos de cooperação, assim como criou seguros para investimentos e houve incremento da disponibilidade financeira às empresas por meio do Export-Import Bank do Japão (YOKOTA, 1997:38;75-76).

Até 1951, os fluxos de capitais japoneses no Brasil estavam associados principalmente às atividades relacionadas à imigração. A fazenda Tozan, do Grupo Mitsubishi, ganhou evidência, com o início da fabricação de produtos alimentícios cujo público-alvo eram japoneses radicados e seus descendentes no Brasil. O movimento foi tão intenso, que houve o estabelecimento do banco Tozan (YOKOTA, 1997:36-37).

Em relação à primeira fase (período entre 1951 a 1963), algumas empresas que merecem destaque, de acordo com Yokota (1997:37-39) e com Tonooka (1998:147)) foram:

6 O governo de Juscelino Kubitschek divulgou seu plano de governo, com o lema de 50 anos de progresso para 5 anos de conquistas, respeitando as instituições democráticas. Foram 30 objetivos a serem atingidos em diferentes âmbitos da economia, que ficou notório como “Plano de Metas” ou “Programa” (SILVA, s.d.). As metas eram audaciosas e boa parte delas obtiveram bons resultados. A evolução das indústrias de base, importantes ao curso da industrialização, foi de quase 100% do quinquênio 1956 - 1961(SILVA, s.d.).

7 “As Empresas Comerciais Exportadoras são comumente conhecidas como “*Trading Companies*”. Segundo o art. 247 da Portaria SECEX 23, de 14 de julho de 2011, considera-se como empresa comercial exportadora, para os efeitos de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, as empresas que obtiverem o Certificado de Registro Especial, concedido pela Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior (SUEXT) em conjunto com a Subsecretaria-Geral da Receita Federal” (SISCOMEX, s.d.).

- Fuji Bank –Primeiro investimento japonês oficialmente registrado no Brasil no pós-guerra, por meio da aquisição de participação minoritária no Banco América do Sul, em que a comunidade nipo-brasileira era acionista majoritária;

- Itochu – os seus investimentos eram destinados à negociação de mercadorias, como o algodão;

- Toyobo e Kanebo –possuíam atribuições industriais de tecelagem e fiação, que atraíram firmas de maquinários têxteis, como a Howa. A Toyobo visualizou a matéria-prima local de algodão e a existência de mão de obra barata como fatores de produção relevantes, para a competitividade da indústria têxtil em solo brasileiro.

- Ajinomoto, Pilot, Yanmar, NGK, Fuji Filme Kubota estabeleceram-se no Brasil buscando beneficiar-se das possibilidades de um propício setor local;

Considerando o segundo estágio de investimento japonês no Brasil de Horisaka (2008), foi a partir da década de 1960 que diversas pequenas e médias companhias japonesas se estabeleceram no Brasil. Isso porque havia relativa escassez de recursos naturais e de mão de obra no Japão (UEHARA, 2006). No mesmo decênio, com o objetivo de seguir o curso de progresso do setor industrial, o Japão manteve sua inclinação de investimento no exterior como maneira de obter matérias-primas fundamentais ao desenvolvimento do próprio setor industrial – tais como bauxita, carvão, chumbo, cobre, cromo, gás, minério de ferro, pasta de papel e papel, petróleo e zinco. Na época, aproximadamente 1/3 do IDE japonês orientou-se, precisamente, para a extração mineral (TONOOKA, 1998:104; TONOOKA, 1994) – o que corrobora a importância da relação Brasil-Japão abordada neste texto.

De fato, tanto o Brasil quanto o Japão estavam interessados em aproveitar as vantagens da complementariedade entre suas economias – ao passo que o Brasil possuía abundantes recursos naturais necessários ao Japão, o Japão poderia fornecer bens de capital e intermediários, além da tecnologia, para as indústrias brasileiras. Essas relações se tornaram ainda mais importantes após a primeira crise do petróleo: foi um período em que o Japão aumentou suas importações de matérias-primas e produtos agrícolas do Brasil, e este buscou máquinas e equipamento japoneses (TORRES, 1993).

Depois de 1962, o IDE japonês no Brasil diminuiu, devido à primeira severa crise interna e externa da economia brasileira durante aquele período. Realmente, entre 1961 e 1964, a inflação brasileira saiu do controle, o crescimento econômico diminuiu, as reservas externas desapareceram, e a situação política tornou-se muito instável. Em consequência, não somente o IDE japonês diminuiu, mas o IDE como um todo (TORRES, 1993). A primeira metade da década de 1960, portanto, foi um período de contração dos investimentos japoneses no Brasil, por conta da conjuntura política conturbada e pela retração da atividade econômica do país (TONOOKA 1998: 148).

Seria em torno da década de 1970 que parte significativa das companhias japonesas viria a se estabelecer no Brasil, com o recomeço da aproximação de maior vínculo econômico entre os dois países (YOKOTA, 1997:84).

Um avanço importante de IDEs japoneses no Brasil ocorreu, precisamente, a partir de 1967, período em que houve superávits na balança de transações correntes obtidas pelo Japão (BNDES, 1990). Durante o período de 1971 a 1980, houve relevante recebimento do IDE do Japão do Brasil, que aconteceu de forma simultânea ao desempenho positivo da economia brasileira. À época, o Japão vinha reorganizando sua economia, em decorrência da primeira crise do petróleo e estava destinando investimentos para outros países em setores industriais com uso intensivo de energia, assim como em recursos naturais. Paralelamente, no Brasil, existiam fatores propícios ao investimento, resultado da conjuntura de avanço econômico dos anos antecedentes e da implementação do II PND⁸, a partir de 1974 (BNDES, 1990).

Até 1970, significativa parcela do IDE japonês no Brasil se encontrava nas indústrias têxtil, siderúrgica e naval. A partir da década de 1970, houve, ainda, investimentos japoneses nos setores de fertilizantes, de celulose e de papel, para além de petroquímico e de alumínio, ocorrendo de forma conjunta à expansão no setor siderúrgico. O período foi definido pelo crescimento de movimentações de IDEs no Brasil realizados anualmente, cujo total de aplicações realizadas equivaleu a “60% do investimento japonês no Brasil desde o pós-guerra até a década de 1990” (BNDES, 1990: 13).

Grande parte dos investimentos efetuados nesses setores ocorreu na modalidade *joint-venture*, em que a participação japonesa teve importância na siderurgia e no complexo petroquímico, em cooperação com estatais e empresas privadas e brasileiras (BNDES, 1990). Muitos dos grandes projetos da década de 1970 foram *joint-ventures* com empresas estatais brasileiras – Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Siderbrás – que tinham negócios com empresas japonesas por um longo tempo. O conjunto principal de projetos foi acordado durante a visita do presidente Geisel a Tóquio, em setembro de 1976. Além do projeto agrícola, incluíram-se Cenibra (celulose), Tubarão (aço) e Albnis-Alunorte (alumínio) (TORRES, 1993). Cabe analisar os dois primeiros.

Cenibra, o projeto de celulose, envolveu 18 empresas japonesas de papel e celulose, uma *trading* (C.Itoh) e a Overseas Economic Cooperation Fund (OECF), e todos se combinaram em uma empresa de investimentos, a JPB. Esta, por sua vez, contribuiu com 49,4% do capital para uma *joint venture* com a CVRD. A fábrica iniciou suas operações em 1977, com capacidade de 255 milhões de toneladas de celulose; os insumos vieram de um projeto de eucalipto associado. Metade da produção seria exportada para o Japão (TORRES, 1993).

8 O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi divulgado em 1974 e procurou enfrentar a crise internacional da época, sem arrastar o país à recessão, com base implementação de um conjunto de investimentos em setores-chave da economia. Houve a combinação da ação, entre o Estado, a iniciativa privada e o capital estrangeiro. O Plano foi capaz de prover ao Brasil uma cadeia produtiva completa, apesar de a intenção ter sido seriamente comprometida pelo aprofundamento da contração internacional. O II PND favorecia o crescimento da capacidade energética e da fabricação de bens de capital e de insumos básicos (MARINGONI, 2016)

Tubarão, por sua vez, era uma joint venture com parcerias de três nacionalidades: Brasil, Itália e Japão. O lado japonês consistia na Kawasaki Steel e na Ishikawajima-Harima Heavy Industries, para além de 12 empresas comerciais. Juntos, controlavam 24,5% do capital, e o governo japonês concedeu um empréstimo bonificado de 100 milhões de dólares para a edificação de 136 instalações portuárias das Relações Brasil-Japão adjacentes à fábrica. Ao contrário de Usiminas, o empreendimento de Tubarão era visto como puramente comercial. A empresa deveria produzir produtos de aço semiacabados, com a maior parte da produção indo para os parceiros, com uso destinado às próprias operações. Embora a operação de Tubarão tenha sido mais positiva do que a da Usiminas, nem os consórcios japoneses nem os italianos participaram das expansões de capital, então a participação caiu (TORRES, 1993).

Ainda conforme a periodização de Horisaka (2008), há de analisar-se o terceiro período de IDE japonês no Brasil: a inflexão ocorreu na década de 1980, quando se alterou a estruturação do IDE japonês em si, com declínio de participação brasileira. Em resumo, Europa e os Estados Unidos expandiram a presença no montante investido pelo Japão em outros países, momento em que a economia brasileira, de modo diverso, entrou em crise. Ao longo daquele decênio, os IDEs japoneses destinaram-se crescentemente aos países desenvolvidos, em que os Estados Unidos receberam, em média, 45% do total durante a segunda metade da década. Países da União Europeia também foram procurados, em vista do possível impacto da formação do mercado único europeu sobre os fluxos de comércio bilateral com o Japão, bem como sobre a eficiência produtiva sistêmica da região (TONOOKA, 1998).

De fato, a economia brasileira foi agravada com o crescimento da taxa de juros em 1981, já que o Brasil detinha quantidade significativa de dívida externa, que se tornou mais custosa com o aumento dos juros, que foram contraídos com taxas flutuantes (UEHARA, 2006). Já a partir de 1979, o Brasil enfrentou duas crises internacionais: a segunda crise do petróleo (1979-1980), que afetou negativamente as relações de troca; e a crise de liquidez de 1982, que levou muitos países, inclusive o Brasil, à insolvência (YOKOTA, 1997:81).

Já que os investidores japoneses apresentavam mais disposição por países estáveis, havia, portanto, menor interesse de investimento em novas operações no Brasil. Ademais, a crise da dívida externa e a fragilidade econômica brasileiras, durante os anos 1980, reduziram o interesse dos investidores externos pelo país (UEHARA, 2006; CEPAL, 2004). Há de se notar, em contrapartida, que, na primeira metade dos anos 1980, o Japão aflorou como o maior investidor no mundo, superando os fluxos externos dos Estados Unidos, sendo atribuídos ao país leste-asiático 20% das movimentações mundiais naquele período.

A partir da segunda metade da década de 1980, o Japão correspondeu a 36% dos fluxos mundiais, permanecendo em segundo lugar como maior investidor. No período, a Ásia surgiu como grande absorvedora dos investimentos diretos, deslocando a América Latina (e, portanto, o Brasil) da posição de liderança receptora (SILVA, 2006). Se

considerarmos que, durante os anos de 1980, a média dos IDEs realizados anualmente pelos japoneses foi três vezes maior em relação aos anos de 1970, é notável a queda da relevância do Brasil como destinatário de IDEs japoneses (BNDES, 1990).

Ainda na década de 1980, é importante destacar dois fatores primordiais: primeiro, a valorização do iene japonês em relação ao dólar estadunidense – através dos Acordos do Plaza e do Louvre –; e, segundo, os riscos de protecionismos estrangeiros. Desse modo, a predileção nipônica por países asiáticos justifica-se, ainda, pela maior acessibilidade japonesa à divisão regional do trabalho daqueles países – eram mantidas, de um lado, no próprio Japão, as atividades mais intensivas em mão de obra qualificada; e, de outro, a montagem não qualificada em países vizinhos, considerando os respectivos estágios de desenvolvimento econômico destes (CANUTO, 1996).

Há, ainda, dois outros fatores que contribuíram para explicar o fenômeno de deslocamento geográfico do IDE japonês, principalmente com relação aos aspectos observados na década de 1980. Primeiro, houve a queda dos investimentos japoneses em recursos naturais, em que o setor latino-americano e, principalmente, o brasileiro, fora um “importante receptor de investimentos japoneses na década de 1970”, como analisado anteriormente. Segundo, observou-se o crescimento da “participação do setor financeiro nos investimentos diretos japoneses”, cujas principais regiões de destino eram a Europa e os Estados Unidos. E, no caso da América Latina, os IDEs japoneses se dirigiam às Bahamas e às Ilhas Cayman, paraísos fiscais (BNDES, 1990).

Apesar da queda dos investimentos japoneses, ainda é possível observar que o Japão se manteve como um dos maiores investidores do Brasil na década de 1980, com uma reserva de investimento de “US\$ 3 bilhões, correspondente a 9,6% do total de investimento direto estrangeiro no país”, sendo superado somente pelos “Estados Unidos (29%) e Alemanha Ocidental (15,4%)”. Naquela década, os IDEs japoneses realizados no Brasil diminuíram significativamente; e a “redução dos investimentos de alguns países, como Alemanha Ocidental e Suíça”, foi superior à do Japão. Por conta disso, a redução dos investimentos do Japão no Brasil nos anos de 1980 não é justificada somente por modificações no perfil dos investimentos internacionais dos japoneses naquele período, mas, também, em função da inclinação global de diminuição dos IDEs no Brasil. Mesmo considerando a movimentação de cada país nos respectivos IDEs, a tendência de redução é explicável pelo desenvolvimento do cenário econômico brasileiro nos anos de 1980, que desincentivou os investimentos estrangeiros no Brasil, devido ao crescimento dos patamares de indeterminação durante a década (BNDES, 1990).

É relevante relatar um aspecto dos investimentos diretos realizados no Brasil ao final da década de 1980 que despertaram importante entusiasmo de companhias japonesas: “o mecanismo de conversão da dívida externa em investimento direto”. Trata-se de um mecanismo com o qual seria possível confrontar a questão da dívida externa, a partir da alteração do modelo de financiamento externo e/ou da estruturação do estoque de ativos estrangeiros no país. Sob o novo procedimento, as empresas do exterior com

investimento no Brasil transferiam capital aos respectivos escritórios brasileiros, sob a forma de empréstimos ou de financiamentos, o que contribuiu para intensificar o avanço da dívida brasileira (BATISTA JR, 1982). Com efeito, em 1988, “o Japão converteu US\$ 194 milhões, correspondentes a 17% do total da dívida convertida em leilões, tendo sido o segundo país que mais utilizou esse instrumento para a execução de investimentos diretos no Brasil” (BNDES, 1990).

Encerrada a análise sobre a década de 1980, cabe avançar para o decênio posterior. Segundo Tonooka (2000), é possível dividir em duas fases o desenvolvimento do IDE japonês na América Latina na década de 1990: a primeira fase vai até 1994; e a segunda fase inicia-se a partir de 1995. Em sentido amplo, os fluxos dos IDEs japoneses de toda a década se associaram aos processos latino-americanos da privatização de empresas estatais e da concessão de serviços públicos. A primeira fase foi caracterizada por um grau intermediário de investimentos, cerca de US\$ 14 bilhões por ano, representado por 8% das movimentações globais do investimento direto nesse intervalo. Ademais, havia uma centralização do investimento na Argentina e no México, que obtiveram 60% dos investimentos dirigidos para a região latino-americana, precisamente entre 1990 e 1994. Na segunda fase, o nível de investimentos triplicou, deslocando-se para US\$ 48 bilhões anuais entre 1995 e 1998: os fluxos de investimentos japoneses aumentaram em todos os países da região, principalmente nos seguintes países: “Brasil (893%), Venezuela (293%), Colômbia (292%) e Chile (258%)” (TONOOKA, 2000).

Curiosamente, apesar da retração de investimentos por parte do Japão no Brasil, houve, durante os anos de 1980, *boom* da comida nipônica entre os brasileiros não *nikkei*. Nota-se a tendência da culinária japonesa de se integrar à alimentação brasileira, da mesma maneira como ocorrera com outras culinárias, tais como a portuguesa, de início, seguida pela árabe, italiana e alemã. Como exemplo, o molho de soja – *shoyu* – se incorporou à culinária brasileira. O Brasil é, de fato, um país que une povos de raças e culturas diferentes, muitas vezes heterogêneas entre si. Assim, identifica-se a incorporação de certos rituais japoneses introduzidos pelos imigrantes e descendentes. Incluem-se, entre outros, o Festival de Aniversário de Buda e o Festival Tanabata. Inclui-se, ainda, a cerimônia de preparo do arroz, para realizar o prato conhecido como *mochi* – bolo de arroz –, que ganhou popularidade em São Paulo, principalmente no bairro da Liberdade (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992: 438).

Até 1992, mais de 360 empresas japonesas aplicaram “US\$ 7,2 bilhões no Brasil”, posicionando-o em 11º lugar entre os maiores recebedores de investimentos japoneses, “atrás de Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Panamá, Holanda, Indonésia, Coreia do Sul, Ilhas Cayman, Singapura e Canadá”. Nos anos de 1990, a propensão de transnacionalização de empresas japonesas foi inevitável, fosse para “reduzir os atritos comerciais com outros países”, fosse para utilizarem, de forma mais proveitosa, “seus recursos produtivos, tecnológicos, financeiros e gerenciais em escala global” (TONOOKA, 1994).

No tocante ao quarto e ao quinto períodos de IDE japonês no Brasil elaborado por Horisaka (2008), o equilíbrio monetário alcançado com o Plano Real e o estabelecimento do MERCOSUL “estimularam a retomada dos fluxos de investimento estrangeiro ao país a partir de 1995”. Os dois momentos fundacionais expandiram o interesse pelos mercados domésticos e regionais e favoreceram a abertura de bases de produção industrial no Brasil, com a finalidade de recepcionar o mercado regional. Além dos fluxos diretos de investimentos japoneses, constatou-se o ingresso de investimentos relacionados às compras de empresas brasileiras realizadas por empresas estrangeiras empenhadas em ingressar ou aumentar suas ocupações no Brasil, especialmente, “nos setores automotivo, alimentício, bancário e de máquinas e equipamentos” (TONOOKA, 2000).

Um importante destino dos investimentos japoneses na América Latina é a indústria automobilística, que contou com, aproximadamente, um quarto do investimento do setor manufatureiro. Os investimentos no setor automobilístico ganharam relevância a partir dos anos 1990, com instalação e com a ampliação de fábricas para produção de veículos das principais empresas japonesas na Argentina, no Brasil, no México e na Venezuela. Em 2011, a indústria de bebidas e alimentos correspondeu a 30% do total de investimentos, com ênfase para a aquisição da companhia de bebidas Schincariol, que era de capital brasileiro, pela nipônica Kirin (TONOOKA, 2014).

Vale ressaltar que, em 2017, a Kirin encerrou o empreendimento realizado no Brasil, com a venda de 77 bilhões de ienes, ou 700 milhões de dólares, para a Heineken. Ao mesmo tempo, cervejaria japonesa transferiu os gastos no exterior para o sudeste asiático (INAGAKI, 2017). Segundo um executivo que acompanhou a transação de aquisição:

A Kirin deu um tiro no escuro no Brasil ao pagar 18 vezes a geração de caixa da empresa, quando a negociação com as concorrentes girava em torno de oito vezes. Eles não tinham nenhuma estratégia e, hoje, entregam a cervejaria muito menor do que quando receberam, em termos de participação de mercado (KROEHN, 2017:).

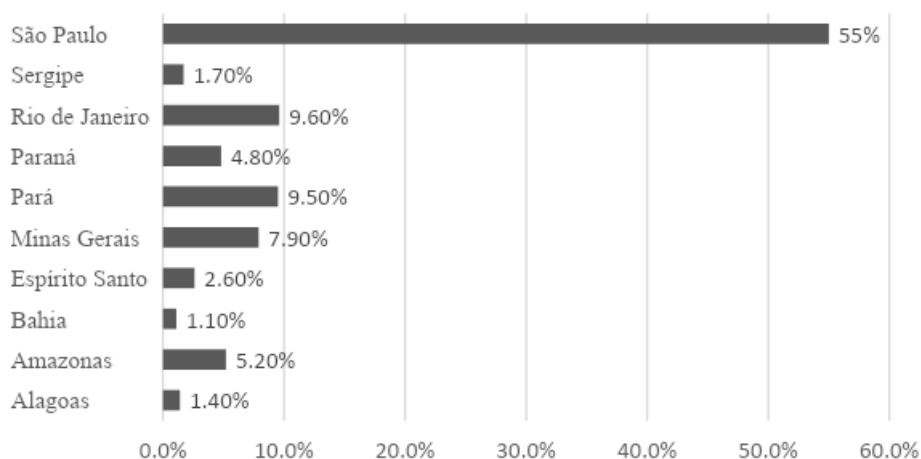
Cabe avaliar, ainda na década de 1990, o setor extrativista de minérios para a América Latina, cuja relevância foi acentuada, por conta de “20% do total de investimentos na indústria metalúrgica” estarem também centralizados no local. Empresas japonesas realizaram uma contribuição eficaz em projetos de extração quanto de processamento minerais na região, principalmente no Brasil, em *commodities* como ferro, aço, alumínio. No Chile, destaca-se o cobre; e, no Peru, cobre e zinco (TONOOKA, 2000).

Embora houvesse possibilidades de investimento presentes na América Latina nos anos 1990, foi semelhante à da década anterior a parcela ocupada pela região no total de IDEs japoneses. Nesse sentido, no decurso de concessão e de privatização de serviços públicos no Brasil, foi quase inexistente a participação japonesa, o que manifesta a apatia das empresas japonesas quanto aos setores liberalizados brasileiros,

especialmente em comparação às correlatas europeias, ou norte-americanas. Com relação ao setor manufatureiro, os interesses de exploração do mercado doméstico brasileiro e dos mercados dos países integrantes do MERCOSUL prevaleceram. Gerada pela estabilidade monetária brasileira, a perspectiva de crescimento econômico motivou determinadas organizações nipônicas no ramo de bens de consumo durável, principalmente dos setores eletroeletrônico e automobilístico, a abrirem seus negócios no país. Portanto, exceto por investimentos atraídos pelo Plano Real, o IDE japonês no Brasil na década de 1990 não apresentou características bastante diversas em relação à década passada; ou seja: houve, em grande medida, a preservação nas atividades econômicas já presentes, assim como se mantiveram as perspectivas do aumento do mercado doméstico brasileiro no médio prazo (TONOOKA, 2000).

Cabe, então, analisar a década seguinte. Quanto à localização, nas unidades federativas brasileira, dos IDEs japoneses, e com relação ao específico estoque no ano de 2000, “São Paulo teve uma participação de 55%, sendo acompanhado por Rio de Janeiro (9,6%), Pará (9,5%) Minas Gerais (7,9%) e Amazonas (5,2%)”. Para alguns estados brasileiros, o IED japonês exerce influência especialmente notável. Exemplo é o Sergipe, onde o elevado índice de 89% dos investimentos estrangeiros totais advinha do Japão, muito embora, na distribuição dos investimentos japoneses, o mesmo estado brasileiro tivesse apenas uma participação de tão somente 1,7% (SILVA, 2006).

Participação de estados brasileiros no estoque de IDE do Japão, 2000 (em %)

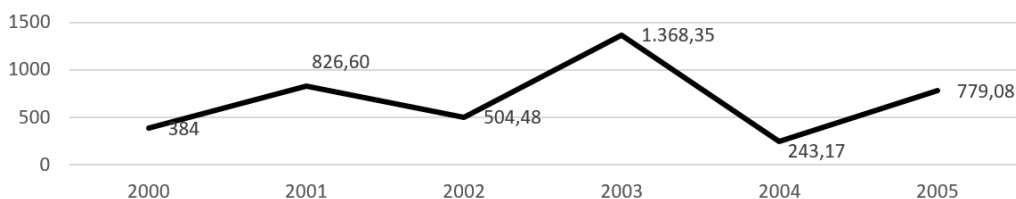


Fonte: Censo de Capitais Estrangeiros, 2000 (data-base), Bacen/Decec *apud* SILVA (2006).

As áreas de economia secundária em que os IEDs japoneses no Brasil predominaram até 2000 foram estas: a geração de produtos químicos; a metalurgia básica; a confecção e a instalação de veículos automotores, a fabricação de apetrechos de comunicação e de produtos elétricos; e a montagem de produtos têxteis. No campo de serviços, destacam-se estes: as atividades de comércio por atacado; a intermediação financeira; e as atividades de telecomunicações e correios. A extração de minerais não metálicos, a agricultura e as atividades de extração de petróleo, sobressaem-se, por sua vez, no setor primário (SILVA, 2006).

Avançando-se para o período compreendido entre 2001-2005, verifica-se instabilidade nos IEDs japoneses, efetuados no Brasil. Ou seja, decaíram em 2001 e 2002 (US\$ 825 e US\$ 504 milhões, nesta ordem) e aumentaram vigorosamente em 2003, para US\$ 1.368 milhões e baixaram para US\$ 243 milhões. Em 2004, contudo, retomaram a subida em 2005 para US\$ 779 milhões. Errático, o cenário levou a variações em comparação à ação dos investimentos japoneses no total do IDE obtido pelo Brasil, com o país leste-asiático alterando seu posto quando comparado a outros investidores estrangeiros no Brasil (SILVA, 2006).

Evolução dos ingressos de IDE do Japão no Brasil, 2000-2005
(Em US\$ bilhões)



Fonte: BACEN. Elaboração da autora.

No período de 2001-2004, a Europa passou a ser o centro dos investimentos japoneses (com contração dos Estados Unidos), que se mantiveram, por sua vez, firmes na Ásia. Entretanto, ocorreu uma queda de investimentos na América Latina – e, de fato, para o Brasil, os investimentos nipônicos seguiram reduzidos. Houve exceção no ano de 2003, em que os investimentos japoneses exibem queda na América Latina, mas crescimento no Brasil (SILVA, 2006).

Pesquisas anuais realizadas pelo Japan Bank for International Cooperation (JBIC) revelaram que, entre 2006 e 2011, o investimento realizado na América Latina propiciou um patamar de rentabilidade mais satisfatório do que em outras regiões. Apesar de não ser viável estimar a lucratividade observada nessas regiões, foi possível afirmar que as aplicações na América Latina responderam muito bem às expectativas das empresas japonesas no intervalo referido (TONOOKA, 2014).

Entre 2010-2013, o Brasil manteve-se como o destino central do investimento japonês na América Latina, acompanhado pelo México e Chile. Esses primeiros países, além de pertencerem a principais blocos econômicos das Américas, também contam com maiores mercados internos latino-americanos (TONOOKA, 2014).

Em 2017, a liderança asiática de aplicação de capitais no Brasil foi ocupada pelo Japão. Em 2011, o país leste asiático contribuiu com US\$ 7,5 bilhões, proporcional a 10,8% do investimento direto no país⁹ auferido pelo Brasil. Em 2016, a quantia foi para 2,63% em 2016, com US\$1,4 milhão, montante que até então é maior ao investido na década de 1980. Na época de 2011 até o final de 2020, a média da atividade japonesa na economia brasileira girou ao redor de 4,7%, com uma quantia de US\$25 bilhões aplicados (BRASIL, 2018).

9 Quanto à denominação de investimento direto no país, “existe relação de investimento direto quando, em uma economia, um investidor detém 10% ou mais do capital com direito a voto de uma empresa ou fundo de investimento em outra economia. A partir de 10% de poder de voto, considera-se que o investidor direto possui interesse de longo prazo na empresa de investimento direto e grau significativo de influência (ou controle, no caso de participação maior que 50%) na sua gestão. A motivação do investidor direto difere daquela do investidor em carteira, pois este último não busca exercer influência sobre a gestão da empresa investida.” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021)

Quanto à metodologia, “as estatísticas de investimento direto do Brasil seguem os marcos metodológicos internacionais mais recentes estabelecidos na sexta edição do BPM6 do FMI e na quarta edição do BD4 da OCDE. O primeiro manual trata da metodologia geral de compilação de estatísticas de setor externo, enquanto o segundo é específico e cobre mais dimensões das estatísticas de investimento direto. Este anexo apresenta os principais conceitos desenvolvidos no BPM6 e no BD4, manuais harmonizados e complementares, que formam o arcabouço metodológico para a compilação e disseminação das estatísticas de investimento direto apresentadas neste Relatório e em outras publicações do BCB.” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Fluxo de IDP	Total recebido pelo Brasil	IDP Japonês	Participação do IDP japonês
Até 1950	307	3	0,85%
1951-1960	956	29	3,01%
1961-1970	2.128	110	5,18%
1971-1980	14.327	1.629	11,37%
1981-1990	15.925	1.307	8,21%
1991-2000	135.542	1.905	1,41%
2001-2010	281.549	13.155	4,67%
2011	69.530	7.536	10,84%
2012	60.543	1.471	2,43%
2013	49.345	2.516	5,10%
2014	56.099	3.780	6,74%
2015	58.126	2.878	4,95%
2016	53.673	1.412	2,63%
2017	60.345	537	0,89%
2018	46.187	1.123	2,43%
2019	48.951	1.958	4,00%
2020	32.869	2.011	6,12%
2011-2020	535.668	25.223	4,71%

Tabela: Investimento direto no país.

Fonte: Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistFluxoInvDir.asp>).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1950 firmou o início da participação do IDE japonês no Brasil pela necessidade de reconstrução da economia japonesa abalada após a II Guerra Mundial, somada ao incentivo por meio de programas governamentais brasileiros realizados pelo governo Kubitschek, o denominado Plano de Metas, que contribuiu para atração de investimento estrangeiro. Na década de 1960, o Japão buscou manter o crescimento industrial, que levou o país a aproveitar as vantagens da complementariedade de sua economia em relação à brasileira – enquanto o Brasil possuía recursos naturais, o Japão poderia fornecer bens de capital e intermediários e tecnologia.

Um notável aumento do fluxo de investimento japonês ocorreu na década de 1970. Segundo o Banco Central do Brasil, o ano de 1974 registrou um crescimento do total de importações e exportações com o Japão de US\$56,4 milhões para US\$1,7 bilhão, um aumento de quase 3.000% em 10 anos (TORRES, 1993). Fatores positivos como o avanço da economia brasileira e incentivos para o recebimento de capitais estrangeiros, além de fatores desfavoráveis no cenário global, com o choque do petróleo, favoreceram o aumento do investimento japonês no Brasil nesse período.

A situação favorável não se sustentou na década de 1980, com redução drástica do investimento estrangeiro japonês no Brasil por conta da crise econômica no Brasil. O Japão passa a ter mais interesse em países com economias estáveis e industrializadas, assim, passou a estimular o seu investimento nos Estados Unidos e na União Europeia. Quanto a países em desenvolvimento, o Sudeste Asiático mostrou-se alvo preferido de investimento, deslocando para fora a América Latina e com isso, o Brasil como destino.

Na década de 1990, com a consolidação monetária obtida através do Plano Real e o estabelecimento do Mercosul, houve um aumento da atratividade de investimentos estrangeiros, entre eles o Japão. Porém, apesar das iniciativas realizadas, a parcela do Brasil no montante de investimentos diretos japoneses no exterior manteve-se praticamente em níveis similares em relação à década anterior.

No mesmo período, com o estabelecimento da internacionalização de empresas japonesas no exterior, verificou-se um ganho de relevância do setor automobilístico no Brasil, com a implantação e expansão de unidades produtivas no país e em demais países da América Latina.

Nos anos 2000, o Japão passou a destinar a maior parte dos seus investimentos em países emergentes para a Ásia, deslocando a América Latina do alvo de destino. Com o choque gerado pela crise financeira norte-americana, os fluxos globais de investimento estrangeiro no Brasil aumentaram e o país beneficiou-se desses movimentos, aumentando sua parcela no total de investimentos japoneses realizado no país, principalmente no ano de 2011, quando obteve seu recorde de 10,84% do total de IDP em que boa parte dos investimentos foi realizada pela aquisição da empresa brasileira Schincariol pela nipo-brasileira Kirin e também ao setor automotivo. Contudo, vale pontuar que atualmente que a Kirin não detém mais controle da Schincariol, que foi vendida para a Heineken em 2017.

Limitações de estudo e propostas de estudos futuros

Este estudo possui limitações, cujos dados vieram de autoavaliação, fator que pode ser evitado através de pesquisas futuras. Ademais, há de se frisar a escassez de estudos recentes a respeito dos investimentos diretos (IDEs) japoneses no Brasil. Esta breve pesquisa busca proporcionar oportunidades para outras pesquisas futuras. Portanto, sugere-se que sejam realizados estudos acadêmicos mais recentes a respeito do IDE japonês no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHARONI, Y. Foreign investment decision process. **Boston, Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University**, 1966.
- AHARONI, Y.; BROCK, D. International business research: Looking back and looking forward. **Journal of International Management**. v.16, p. 5-15, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Investimentos diretos no exterior - IDE - mensal – saídas. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/22867-investimentos-diretos-no-exterior---ide---mensal---saidas>> Acesso em: out. 2021.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Departamento de Estudos. **Investimento direto japonês no exterior: tendências globais e perspectivas para o Brasil**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1990.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. A conversão de empréstimos externos em investimentos diretos. **Revista de Administração de Empresas** [online]. v.22, n.2, p. 37-42, 1982. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901982000200003>>. Acesso em set. 2021.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.23, n.1, p. 61-85, janeiro/junho 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000100005>>. Acesso em: abr. 2022
- BITTENCOURT, Geraldo Moreira; DE MATTOS, Leonardo Bornacki; BORINI, Felipe Mendes. Perfil do Investimento Direto Externo das Multinacionais Estrangeiras no Brasil: Aspectos Transnacionais, Setoriais e da Firma. **Economia Aplicada**, [S. l.], v.21, n.4, p. 681-708, 2017. DOI: 10.11606/ea119393. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/119393>>. Acesso em ago. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Como exportar Japão**. p. 153, 2018. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXJapao.pdf>>. Acesso em: out. 2021.
- CANUTO, Otaviano. A Crise Financeira Japonesa. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. 1996.
- CEPAL. Investimento estrangeiro na América latina e no Caribe. Documento informativo, 2004. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/47173-o-investimento-estrangeiro-direto-america-latina-caribe-2021-resumo-executivo>> Acesso em: abr. 2022.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Mokiti Ocada, 1992.
- CORONEL, D. A. O processo de substituição de importações. **Brazilian Journal of Political Economy**. 30 (2), 2010.
- DIKOVA, D; VAN WITTELOOSTUIJN, A. Foreign direct investment mode choice: Entry and establishment modes in transition economies. **Journal of International Business Studies**.

38. 1013-1033, 2007.

- HOLLERMAN, Leon. **Japan's Economic Strategy in Brazil**. Canada: Lexington Books, 1988.
- HORISAKA, K. Japanese Presence in Brazil 100 Years After the First Immigration: Roles of Nikkeis and Business. **Humania del Sur – Revista de Estudios Latinoamericanos, Africanos y Asiáticos**. v.3, n.5, julho/dezembro, 2008.
- INAGAKI, K. Kirin ends Brazilian venture with \$700m sale to Heineken. **Financial Times**. 13 de fevereiro de 2017. Disponível em < <https://www.ft.com/content/2d8a21de-f1eb-11e6-8758-6876151821a6>>. Acesso abr. 2022.
- KOJIMA, Kiyoshi. Kaigaichokusetutôshinoriron – americakeitonihonkei [Investimento japonês e norte-americano direto na Ásia: Uma análise comparativa]. **Ikkyo Ronso**. v.65, n.6, p. 691-717, 1971.
- KOJIMA, K. Kaigaitôshitogaikokubôeki – daitaitekitaihokantekikêsû [Comércio internacional e substitutos ou complementos de investimento estrangeiro]. **Ikkyo Ronso**. v.75, n.4, p. 287-303, 1975.
- KROEHN, Márcio. Por que a Heineken precisava da Schin. **ISTOÉ Dinheiro**. 17 de fevereiro de 2017. Disponível em < <https://www.istoedinheiro.com.br/por-que-heineken-precisava-da-schin/>>. Acesso em: abr. 2022.
- MARINGONI, Gilberto. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. v.88, n.88, ano 13, 2016.
- MUNHOZ, Dercio Garcia. Implicações de conversão da dívida externa. **Revista Indicadores Econômicos FEE**. Fundação de Economia e Estatística/FEE, Sec.Planejamento R.G.Sul, Porto Alegre, v.16, n.3, p. 86-95, 1988.
- SISCOMEX. Empresa Comercial Exportadora/Trading Company. Disponível em: < <http://siscomex.gov.br/servicos/empresa-comercial-exportadora-trading-company/>> Acesso em: mar. 2021.
- SILVA, Luciana Acioly. **O perfil do investimento direto japonês no Brasil (1990-2005)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006.
- SILVA, S. B. 50 anos em 5: o Plano de Metas. **FGV CPDOC**. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: set. 2021.
- THE NIPPON FOUNDATION. **The Global Nikkei Young Adult Identity Project**. 2020
- TONOOKA, E. K. Fluxos Internacionais de capitais japoneses e o Brasil. **Estudos Japoneses**, [S. l.], n. 14, p. 5-14, 1994. DOI: 10.11606/issn.2447-7125.v0i14p5-14. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/142700>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- _____. Investimento direto japonês na América Latina na década de 90. **Latin America Ronshu**, Japão, v. 34, p. 42-55, 2000.
- _____. **Investimento direto japonês na década de 80: uma análise de seus determinantes no Brasil e no mundo**. São Paulo. Universidade de São Paulo/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. 1998 (Tese – doutorado em economia).

- _____. Fluxos Internacionais de capitais japoneses e o Brasil. **Estudos Japoneses**, [S. l.], n. 14, p. 5-14, 1994. DOI: 10.11606/issn.2447-7125.v0i14p5-14. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/142700>>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- TONOOKA, E. K.; DALLAVA, C. D.; SILVA, A. A. Investimento direto japonês na América Latina: tendências recentes e análise de seus determinantes nos anos 2000. **IX Simpósio Internacional de Administração e Marketing**, 2014.
- TORRES, E. Brazil-Japan Relations: From Fever to Chill. *In*: STALLINGS, B.; SZÉKELY, G. **Japan, the United States and Latin America**. 1 ed. London: Macmillan. p. 125-148.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). **World Investment Report**, 2021. New York: United Nations. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/wir2021_en.pdf> Acesso em: 9 de março de 2022.
- UEHARA, A. R. **O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil**. 2006. Disponível em: <<https://fjsp.org.br/estudos-japoneses/artigo/o-crescimento-economico-e-os-investimentos-diretos-japoneses-no-brasil-economic-growth-and-the-japanese-direct-investments-to-brazil/>>. Acesso em: jul. 2017.
- YOKOTA, Paulo. **Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Topbooks/ BM&F, 1997.
- WOLFFENBÜTTEL, A. O que é? Joint-venture. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ano 3, N. 25. São Paulo, 2006.

A PRÉ-IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL: O CASO DE MACAÉ-RJ (1907-1914)

JAPANESE PRE-IMMIGRATION IN BRAZIL: THE CASE OF MACAÉ-RJ (1907-1914)

Fernando Cesar Pereira da Cunha¹

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de apresentar e buscar compreender um evento ainda pouco conhecido na história da imigração japonesa para o Brasil nas produções em língua portuguesa. Em 29 de novembro de 1907, um grupo de dez nipônicos chegou à região de Macaé (RJ) com o intuito de empreender a fundação de uma colônia na Fazenda Santo Antônio. Com o aporte teórico-metodológico tanto da História Regional quanto da Nova História Cultural, foram analisadas fontes como jornais de época e biografias dos nipônicos precursores que permaneceram na propriedade até 1914. Ao fim dos estudos, observou-se que a empreitada de construir uma colônia em Macaé não obteve êxito devido a fatores financeiros e ambientais.

Palavras-chave: Imigração Japonesa; Macaé; Memória; Prosopografia

Abstract: This work aims to present and seek to understand an event still little known in the history of Japanese immigration to Brazil in Portuguese language productions. On November 29, 1907, a group of ten Japanese arrived at the region of Macaé (RJ) in order to undertake the founding of a colony on Fazenda Santo Antônio. With the theoretical-methodological contribution of both Regional History and New Cultural History, sources such as newspapers of that time and biographies of these Japanese precursors who remained at the property until 1914 were analyzed. At the end of the studies, it was observed that the endeavor to build a colony in Macaé was not successful due to financial and environmental factors.

Keywords: Japanese Immigration; Macaé; Memory; Prosopography

1 Mestrando no Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo. Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense; fernandocpc@usp.br.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o intuito de realizar análises que permitam problematizar a vinda de nipônicos para a região de Macaé em 1907, sendo este um evento ainda pouco conhecido na história da imigração japonesa para o Brasil. Para se estudar essa temática, as fontes mobilizadas foram o jornal *O Lynce*, de Macaé; o parecer *A imigração japoneza para a baixada do Estado do Rio de Janeiro* (1924), de autoria do deputado federal fluminense Nestor Ascoli; os livros *História dos Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro* (2007), *Histórias Curtas e Antigas de Macaé* (1995) e *Os Imigrantes Japoneses Precursores: Um olhar histórico sobre o período pré-Kasato Maru* (2007). Em língua japonesa encontramos *Zaihaku Nihonjin Senkusha Den*² (1955), *Bukko Senkusha Retsuden – Nikkei Koronia no Soseki Toshite Wasureenu Hitobito*³ (1958) e *Umoryuku Takujin no Ashiato*⁴ (1969). Por fim, traz-se à tona uma última fonte utilizada, tal é o diário de Ryōichi Yassuda, que foi um dos companheiros de Saburō Kumabe na colônia da Fazenda Santo Antônio em Macaé.⁵

O jornal *O Lynce* é importante devido ao fato de ser do local aonde chegaram os imigrantes pioneiros. O parecer do deputado Ascoli menciona a família pioneira de Macaé e a importância da presença dos nipônicos na Baixada Fluminense. Já a obra *História dos Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro* foi elaborada para as comemorações do centenário oficial da imigração em 2008, e foi produzida pelo Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro.⁶ *Os Imigrantes Japoneses Precursores: Um olhar histórico sobre o período pré-Kasato Maru* foi publicado em 2007 e reúne pesquisas realizadas para a organização de uma exposição de mesmo nome que ocorreu no Museu da Imigração Japonesa no Brasil.

A obra *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*, de Antônio Alvarez Parada, memorialista macaense, auxiliou na busca pelas edições corretas do periódico *O Lynce*. As publicações em língua japonesa, por sua vez, tratam sobre o começo da imigração japonesa no Brasil e os japoneses pioneiros que vieram para solo brasileiro — na ótica dessas produções, tais pessoas e sua importância não podem ser esquecidas. O diário do sr. Yassuda, por fim, nos permite ter contato direto com os acontecimentos através da ótica de uma das pessoas que os vivenciou.

2 Tradução literal: Biografia dos japoneses pioneiros no Brasil. Do original: 在伯日本人先駆者伝

3 Tradução literal: Biografia dos pioneiros falecidos: Pessoas que construíram a base da colônia nipo-brasileira e que não devem ser esquecidas. Do original: 物故先駆者列傳: 日系コロニアの礎石として忘れ得ぬ人びと

4 Tradução literal: Rastros dos pioneiros que estão se apagando. Do original: 埋もれ行く拓人の足跡

5 O diário atualmente se encontra na biblioteca do Centro de Estudos Nipo-brasileiros, gostaria de agradecer a Comissão de Gestão de Acervos da instituição e nominalmente ao Dr. Masaki Furusugi por terem me possibilitado comparecer ao Centro para analisar a fonte.

6 O Consulado escolheu a comissão de elaboração do livro que foi composta pela historiadora nipo-brasileira Marileia Franco Marinho Inoue, e os japoneses Hiroyuki Makita, Hiroyuki Nakamura, Yoichi Fukai. A coordenação estava sob responsabilidade de Ryo Sekine e Akiyoshi Shikada.

No decorrer da leitura e análise das fontes relativas à vinda dos japoneses para Macaé, uma peculiaridade foi encontrada, tal se relaciona com a cronologia dos fatos. A obra do Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro apresenta os acontecimentos como se estes, desde a partida do Japão até a chegada à colônia macaense, tivessem ocorrido todos durante o ano de 1907, enquanto as produções em língua japonesa e o livro publicado pelo Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil trazem as ocorrências desde 1906 e a chegada à Fazenda Santo Antônio em 1907. Conforme o diário de Ryōichi Yassuda corrobora a datação presente na maioria dos documentos estudados, tal será a utilizada neste artigo.

Podemos refletir que essa discordância pode ter ocorrido devido a uma discrepância no momento da conversão do sistema de periodização japonês, conhecido como *nengō*, para o calendário gregoriano. A vinda dos nipônicos para Macaé está inserida na era Meiji da história do Japão, um período que teve início em 1868 e terminou em 30 de julho de 1912. Segundo a sistematização *nengō*, o primeiro ano da era é o mesmo da entronização do imperador, não existindo ano zero. Levando essa lógica em conta, o ano de 1906 seria Meiji 39, e 1907 seria Meiji 40; entretanto, é possível imaginar, ainda que seja apenas especulação, que 1868 foi tido como um ano zero, e por isso 1907 se tornou Meiji 39 e foi utilizado na cronologia da obra do Consulado no Rio de Janeiro.

Para a realização desta pesquisa foi necessária a busca de uma metodologia que auxiliasse a compreensão da importância do estudo da imigração japonesa por meio dos jornais e dos livros, e as especificidades desses tipos de fontes para o trabalho do historiador. O campo da Nova História Cultural se mostrou o mais adequado para o diálogo proposto neste artigo, por conta das novas abordagens propostas por Lynn Hunt (1992) e Roger Chartier (1992), que consistem em trabalhar as fontes em maior relação com áreas como antropologia, literatura e questões que envolvem a produção e recepção dos objetos — no caso, os livros e impressos — utilizados.

Tanto a imprensa como a literatura ficaram de lado por muito tempo na pesquisa histórica por não se adequarem a uma certa hierarquia documental estabelecida, já que este tipo de fonte não era considerado objetivo e neutro o suficiente. Havia uma crença de que não seria digno de credibilidade. A historiadora Tânia Regina de Luca aponta que na década de 1970 eram poucos os trabalhos no Brasil que se utilizavam de jornais e revistas como fontes para o conhecimento da história brasileira, mesmo que houvesse uma significativa bibliografia acerca da introdução e difusão dos periódicos em território nacional. Havia também a trajetória dos profissionais da área, mas os historiadores priorizavam mais uma História da Imprensa do que uma História por meio da Imprensa (LUCA, 2008, p. 111).

A pesquisadora apresenta sugestões de como trabalhar com periódicos e aponta que a compreensão da materialidade dos jornais, ou seja, onde foram impressos, os materiais usados, a forma, a razão e o lugar social da imprensa em seu tempo devem ser abordados pelo historiador. A autora indica também que é importante se atentar para o conteúdo da matéria, quem eram os colaboradores, os jornalistas e a linha editorial que existia na época em que o enfoque se encontra (LUCA, 2008, pp. 131-140).

Por este artigo ter como tema não apenas a imigração japonesa em si, mas também os imigrantes que para cá vieram e como eles se estabeleceram quando se depararam com uma realidade tão distinta daquela de seu país natal, o estudo prosopográfico desses indivíduos se faz tão importante. A prosopografia, também conhecida como biografia coletiva, é a investigação “das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 1971, p. 46). O objetivo, então, seria estudar um indivíduo ou grupo — os imigrantes japoneses em Macaé, no caso deste trabalho —, em função da totalidade na qual estão inseridos. No caso deste artigo, a família Kumabe e aqueles que os acompanharam serão analisados em meio ao processo de tratativas diplomáticas entre o Japão e o Brasil para a vinda dos nipônicos para terras brasileiras.

A exposição da pesquisa realizada se dará em três seções. A primeira, denominada A Imigração Japonesa e o Regional, abordará a gênese desse aporte teórico-metodológico e qual será o recorte regional utilizado neste artigo. A segunda, intitulada Brasil e Japão entre fins do século XIX e começo do XX, apresentará brevemente os quadros gerais brasileiro e nipônico que levaram à ocorrência da imigração. Por fim, A Fazenda Santo Antônio e a Pré-imigração em foco tem o objetivo de trazer à tona o caso particular daqueles que vieram para Macaé.

2. A IMIGRAÇÃO JAPONESA E O REGIONAL

A história regional é muitas vezes vista como uma abordagem menor se comparada às perspectivas globais, e isso se dá por conta das variadas concepções que se tem sobre esse campo historiográfico. Por outro lado, há, na visão de Ana Luiza Reckziegel, alguns fatores que levaram à maior presença de perspectivas regionais entre historiadores: o esgotamento das abordagens macro e das grandes sínteses a partir do final do século XX, e as mudanças que ocorreram na historiografia brasileira. Por fim, a autora aponta, ainda, para as mudanças na própria conceituação de região — nesse caso, na Geografia (RECKZIEGEL, 1999, pp. 15-16).

As reflexões de Reckziegel são também feitas por Janaína Amado (1990) e Rosa Maria Godoy (1990). As três autoras evidenciam que as produções historiográficas que se utilizam dos conceitos de espaço e região os têm como dados e não há problematização sobre eles. As concepções são apenas tomadas da Geografia, sendo que nesta ciência humana os debates sobre os termos anteriormente abordados ainda não se esgotaram. Para Reckziegel, a “região” é constituída por uma estrutura e devido a isso possui uma identidade que a diferencia de seu entorno (AMADO, 1990, GODOY, 1990, RECKZIEGEL, 1999).

Ao se pensar a identidade regional, Durval de Albuquerque Júnior (2008) afirma que as características que definem uma “região” como tal são perpassadas por conflitos de poder e interesses que devem ser estudados por um historiador do regional no decorrer de seu trabalho. Durval defende a produção de pesquisas de história regional

que busquem desconstruir seu objeto, questionar sua naturalização, colocar o espaço no tempo e compreender as relações de saber, como relações de poder, de vitórias e derrotas que levaram um determinado recorte regional a ser estabelecido (ALBUQUERQUE JR, 2008, pp. 60-63).

Albuquerque Júnior afirma também que os historiadores devem deixar de usar as distinções feitas entre aqueles que produzem nos grandes centros e os que fazem estudos no interior, pois a manutenção dessa diferenciação apenas reforça as relações desiguais e hierarquizadas entre os espaços regionais no Brasil (ALBUQUERQUE JR, 2008, pp. 63-65). Um ponto importante a ser levantado, e que se contrapõe à hierarquização de centro e interior, é o fato de produções relativas à imigração japonesa serem muito mais presentes em caráter regional do que em uma perspectiva nacional. Tanto os imigrantes nipônicos quanto seus descendentes escreveram de livros a teses de doutorado, e este artigo também é um exemplo de um estudo sobre um enfoque local da história da vinda dos japoneses para o Brasil.

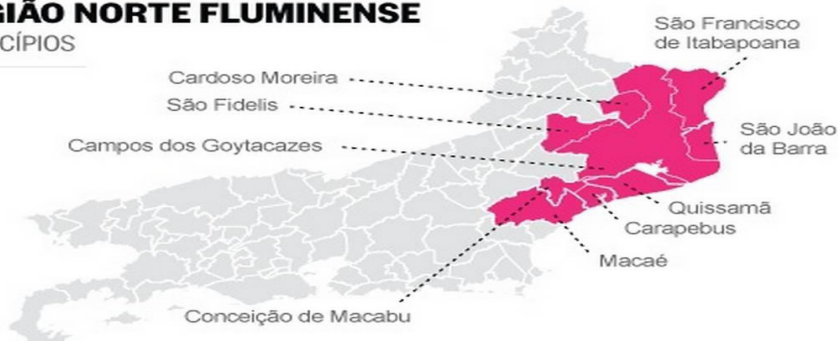
As análises mencionadas são bastante precisas ao encarar a região como uma construção e jamais como algo dado de forma pronta. Essa dimensão espacial é e deve ser conceituada, seja por critérios climáticos, políticos, econômicos e/ou culturais, para que haja clareza, visto que nas ciências humanas esse conceito esteve e está em constante movimento. É preciso, também, dar protagonismo ao regional nas análises históricas para que esse movimento promova uma regionalização dos currículos e que se disponha a apresentar as particularidades regionais e se desprenda dos vícios das macroanálises (AMADO, 1990; GODOY, 1990, RECKZIEGEL, 1999).

Partindo dessa importância de conceituar o regional, a seguir será explicitada qual será a concepção de região utilizada neste trabalho. O enfoque deste artigo, como já especificado, é a vinda de imigrantes japoneses para Macaé. Abaixo será apresentado um mapa do Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, onde o município atualmente se localiza; cabe apontar, ainda, que no ano de chegada dos nipônicos no território macaense os atuais municípios de Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu faziam parte de Macaé. O primeiro se emancipou em 1988, o segundo em 1995 e o terceiro em 1952. Ocorrem por vezes debates entre macaenses e macabuenses sobre a chegada dos imigrantes, pois a Fazenda Santo Antônio, que se tornou a colônia japonesa, localiza-se hoje em Conceição de Macabu.

MAPA 1: REGIÃO NORTE FLUMINENSE

REGIÃO NORTE FLUMINENSE

MUNICÍPIOS



Fonte: <https://ogimg.infoglobo.com.br/in/13932123-ada-ec6/FT1086A/652/domingo-mapa.jpg>, 2014

MAPA 2: CIDADE DE MACAÉ



Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_litoral/fotos/macaee8921.jpg, 1892

O atual município de Macaé, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se localiza a 210km da capital do estado, foi elevado à categoria de vila em 29 de julho de 1813. Antes disso, era uma freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacazes. No aspecto econômico, a região era conhecida pelas lavouras de alimentos, assim como pela produção açucareira e plantio do café no decorrer do século XIX. Além disso, o escoamento da produção local e dos

canaviais de Campos era realizado pelo porto de Imbetiba, localizado em Macaé. A alteração para o status de cidade ocorreu em 15 de abril de 1846, e após isso recebeu visitas do Imperador Pedro II nos anos de 1847, 1875 e 1877 (FRANCO, 2011, pp. 1-5; GAVINHO In: GARCIA, CARVALHO, 2019, pp. 22-23).

Tanto antes quanto em meio às visitas do monarca brasileiro a cidade se desenvolvia no campo cultural. A imprensa chegou em 1861 com a fundação de cinco jornais, dentre eles *O Lynce*; o telégrafo foi implementado em 1869, e o bonde puxado por burros em 1872. No campo artístico, o Theatro Santa Izabel foi criado em 1866 ao mesmo tempo em que as sociedades musicais Nova Aurora e Lyra dos Conspiradores, existentes até hoje, tiveram sua gênese em 1873 e 1882 respectivamente (GAVINHO In: GARCIA, CARVALHO, 2019, p. 24).

Percebe-se que Macaé possuía tanto importância econômica quanto desenvolvimento cultural na região em que se encontra, tendo D. Pedro II afirmado em 1877 que a cidade era “a sala de visitas do Império Brasileiro!” (GAVINHO, In: GARCIA, CARVALHO, 2019, p.24), e após a Proclamação da República, o estado do Rio de Janeiro foi governado por Alfredo Backer, um macaense, entre 1906 e 1910. Quando da chegada dos japoneses na região, a população da capital nacional era de 811.443 pessoas⁷ e a cidade de Macaé possuía 6.500 moradores⁸. Na obra *Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*, o IBGE apresentou que no período entre 1904 e 1913 havia 45 nipônicos no estado fluminense.

O Censo de 2000 apresenta dados acerca da população de imigrantes de origem japonesa por municípios seguindo a divisão político-administrativa do estado do Rio de Janeiro. A cidade de Macaé, em conjunto com Cabo Frio, registrava um total de 55 japoneses, e a Região Serrana possuía o quantitativo de 2.291 nipônicos, o maior número da pesquisa, divididos entre as municipalidades de Friburgo, Petrópolis, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008, p. 104).

Informações aprofundadas acerca do cenário político, econômico e cultural macaense no momento de chegada dos japoneses em Macaé foram buscadas em livros sobre a história regional, além de dissertações e teses acerca do município. Infelizmente, tais dados não foram encontrados, visto que o maior enfoque das produções sobre Macaé abarca o século XIX, as décadas de 1930 e 1940, assim como dos anos 1970 em diante devido a chegada da Petrobrás. Ainda assim, encontrou-se o registro de que a Prefeitura Municipal de Macaé foi estruturada no ano de 1910, época em que os nipônicos ainda estavam na região e o governador do estado era o já mencionado Alfredo Backer.

7 Censo Demográfico de 1900, Direção Geral de Estatística.

8 Informação presente em SHIKADA, et al, 2007, p. 67

3. BRASIL E JAPÃO EM FINS DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO XX

Em 1867, o último governante Tokugawa abriu mão de seus privilégios políticos e militares em favor do imperador Mutsuhito. Tal ato deu fim ao xogunato Tokugawa e inaugurou a Era Meiji, cujo significado é “reinado luminoso”. Ainda assim, uma guerra civil seguiu até 1869, e quando finalmente não se podia mais ouvir a oposição, os japoneses se uniram em prol do receio de que seu país pudesse ser dominado pelas forças imperialistas ocidentais (SAKURAI, 2019, pp. 128-132, WALKER, 2015, pp. 186-190).

No decorrer da Era Meiji importantes mudanças ocorreram na política, na economia e na sociedade do Japão, e o nome dado para todas essas modificações é Restauração Meiji. Os objetivos dessas alterações eram adequar o país às exigências dos ocidentais e aprender tudo o que fosse possível com os estrangeiros. Entretanto, nem toda a sociedade se mostrou favorável ao curso dos acontecimentos — tanto os samurais quanto os camponeses se viram prejudicados pelo projeto modernizador do governo e necessitavam de uma saída para a situação em que se encontravam (HENSHALL, 2012, pp. 78-79, SAKURAI, 2019, pp. 134-151, WALKER, 2015, pp. 209-215).

Uma das soluções para essa questão, como nos mostra Célia Sakurai (2019), foi a emigração em direção a outros países, dentre eles o Brasil. O governo japonês podia, então, aliviar a carga demográfica e conseqüentemente reduzir a quantidade de protestos realizados pelos opositores. Os camponeses e os antigos samurais, por outro lado, buscavam fugir da fome e encontrar melhores condições de vida e trabalho no exterior (SAKURAI, 2019, p. 153; IBID, p. 245).

Já em terras brasileiras, o Segundo Reinado estava em curso e a visão internacional acerca da escravidão africana estava em processo de mudança devido ao avanço do sistema capitalista. A Inglaterra era a principal nação que pressionava as autoridades brasileiras no tocante a medidas para a extinção do tráfico. Logo, a partir da década de 1850 foram tomadas atitudes mais concretas, como a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico de escravos para o Brasil (FAUSTO, 2015, pp. 94-106).

Os anos 1870 foram marcados por dois fatores principais, sendo o primeiro deles a promulgação, por parte da Princesa Isabel, da Lei do Ventre Livre em 1871; e o segundo, a gênese do movimento republicano. Esse ato da Princesa Imperial estava entre os muitos projetos que ela tinha, dentre os quais havia a proposta de uma corrente imigratória, e foi mais um passo para a abolição da escravidão. Ao mesmo tempo, o republicanismo crescia no Brasil, liderado pela oligarquia de São Paulo, e o interesse principal era limitar os poderes da família imperial (COSTA, 2016, pp. 85-88; FAUSTO, 2015, p. 121; INÁCIO, 2015, pp. 13-15; JANOTTI, 1971, pp. 318-324; LIMA, 2017, p. 26).

A Lei Áurea foi promulgada em 13 de maio de 1888 e, por conseguinte, estava então extinta a escravidão. O ato da princesa Isabel pode ser enquadrado como um dos fatores, dentre os diversos existentes, que foram levando o regime monárquico pouco a pouco a se findar — um processo que culminou em 15 de novembro de 1889, a Proclamação da República. Em razão das questões ligadas à temática de imigração,

ao adentrarmos no começo do período republicano, apenas os presidentes que tiveram direta relação com a vinda de imigrantes serão abordados mais detidamente; os demais, portanto, não serão apresentados.

O clima do governo de Prudente de Moraes (1894-1898), primeiro presidente civil, foi tenso e revoltoso, dado que a Revolução Federalista só terminou em 1895. É importante ressaltar que foi durante o governo de Moraes que a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Império do Japão ocorreu na cidade de Paris. O objetivo deste era a vinda dos imigrantes japoneses para terras brasileiras. (LANG, 2010, p. 8-9).

Uma maior ênfase no tema da imigração ocorreu apenas no governo Afonso Pena (1906-1909), presidente que realizou investimentos altos em infraestrutura e saneamento básico. No mandato de Pena, a política de imigração foi mais efetiva e o presidente organizou colônias de imigrantes europeus, produtores de vinho e trigo na região Sul, assim como um estímulo especial foi dado à vinda de japoneses para o Brasil. O resultado desse ato foi a chegada do vapor Kasato Maru com 781 nipônicos que iriam trabalhar na cafeicultura paulista. Segundo Viscardi (2010, pp. 11-13), entraram aproximadamente cem mil colonos em solo brasileiro durante os três anos de seu governo.

Luiza Iotti (2010) apresenta que no começo do período republicano atos legislativos foram promulgados em prol da manutenção dos interesses imigratórios, sendo o Estado responsável por financiar a vinda dos estrangeiros. A partir de 1891, com a promulgação da Constituição, os estados brasileiros passaram a ter maior liberdade no tocante à recepção dos imigrantes; no entanto, tal ato fortaleceu a corrente imigratória para São Paulo, onde os cafeicultores eram capazes de bancar os custos das viagens (IOTTI, 2010, pp. 12-13).

A autora também nos diz que a partir de 1907 o Governo Federal retoma sua participação nos fluxos de imigração. Dadas as dificuldades de muitos estados, foram promulgadas leis que regulamentavam o serviço de imigração, bem como foi criada a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. Com o Decreto n.º 9081 de 03 de novembro de 1911, o governo até mesmo estabelecia as condições de seleção do imigrante, seja em seu país de origem ou após a sua chegada ao Brasil. Segundo Iotti, essas medidas deram um novo impulso à vinda dos imigrantes entre 1911 e 1913; o número de estrangeiros só reduziu por conta da deflagração da Primeira Guerra Mundial (IOTTI, 2010, pp. 13-15).

4. A FAZENDA SANTO ANTÔNIO E A PRÉ-IMIGRAÇÃO EM FOCO

Mariléia Inoue e Ismênia Martins *et al.* (2010) afirmam que o primeiro registro fãrtamente documentado da presença de imigrantes japoneses na zona rural ocorre com Saburō Kumabe e seus familiares. Menções à presença do sr. Kumabe no Brasil podem ser encontradas em *O Imigrante Japonês*, de Tomoo Handa, e *Uma Epopéia Moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*, obras consagradas sobre a imigração nipônica

(COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 61; HANDA, 1987, p. 153; IBID, p. 165; INOUE In: CÔRTE, 2012, p. 265; MARTINS, et al In: CARNEIRO; TAKEUCHI, 2010, p. 151) e os organizadores do livro do Museu da Imigração apontam a importância da figura de Kumabe:

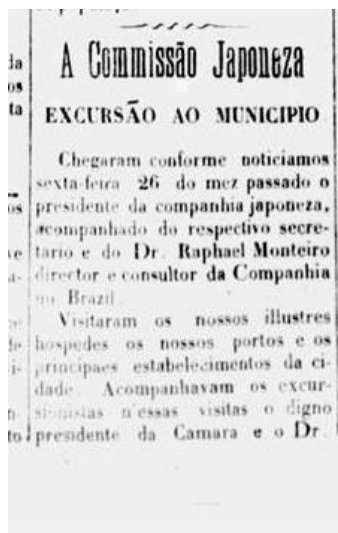
O lugar que Ryu Mizuno ocupa hoje na história da imigração como “o pai da imigração” ou o seu “maior benfeitor”, é inabalável; mas as conquistas de Saburo Kumabe no Brasil, embora pouco significativas em termos práticos, merecem ser repensadas (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, p. 56).

Ryū Mizuno, oriundo da província de Kōchi e graduado pela Universidade de Keiō, partiu do Japão em dezembro de 1905 e viajou tanto para o Peru quanto para o Chile antes de chegar ao Brasil em março de 1906. Mizuno se encontrou com o representante diplomático nipônico na época e foi o responsável pela assinatura do contrato relacionado à vinda dos imigrantes japoneses no Kasato Maru (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 62-63). Este documento foi ratificado entre a Companhia Imperial de Emigração e o governo do estado de São Paulo em 6 de novembro de 1907; entretanto, um acordo entre a empresa de Mizuno e o Rio de Janeiro foi assinado dias antes com o objetivo de formar núcleos coloniais em território fluminense.

Uma sondagem das terras na região de Macaé foi realizada meses antes da assinatura do contrato, em 26 de julho de 1907, e *O Lynce* noticiou o acontecimento em duas edições. Menções ao acordo podem ser encontradas na história de número 263 da obra *Histórias Curtas e Antigas de Macaé* e, ainda, no parecer que Nestor Ascoli apresentou em 1909 à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em que afirma:

A Comissão de Justiça, Legislação e Instrução Pública da Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro entende que o Contrato de 1 de Novembro de 1907, firmado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, de um lado, e os srs. Rio Mizuno e Raphael Monteiro, de outro, para fundação de nucleos colonias de Japonezes, é dos que, pela sua relevante importancia, sobremodo reclamam a mais rigorosa attenção do legislador fluminense [...] (ASCOLI, 1924, p. 13).

Figura 1: Excerto do jornal *O Lynce* de 3 de agosto de 1907 sobre a inspeção japonesa



Após a assinatura do contrato, a Fazenda Santo Antônio foi disponibilizada pelo governo do Rio de Janeiro, presidido então por Alfredo Backer, sem custos para a implantação da colônia (SHIKADA, et al, 2007, pp. 66-67). O sr. Saburō Kumabe, seus familiares e acompanhantes chegaram à propriedade ainda no mês de novembro de 1907, mas é importante apontar o fato que instigou a vinda dos Kumabe.

Em abril de 1905, Fukashi Sugimura assumiu o posto de ministro residente do Japão na Legação Japonesa em Petrópolis. A representação diplomática nipônica foi alocada na cidade serrana em conjunto com autoridades de outras nações devido à epidemia de febre amarela que estava em curso no Rio de Janeiro. O ministro Sugimura se mostrou favorável à vinda dos nipônicos para terras brasileiras e tal posição demonstrou-se diferente da de seus dois antecessores que não recomendavam a imigração devido à situação do café, principal produto econômico brasileiro. Sugimura se reuniu com o então presidente Rodrigues Alves e na sequência realizou uma sondagem nos estados de São Paulo e Minas Gerais (HANDA, 1987, p. 144; MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, p. 60; SHIKADA, et al, 2007, pp. 50-51).

As conclusões relativas às sondagens foram apresentadas em sete documentos encaminhados para Jutarō Komura, então Ministro das Relações Exteriores, e dois destes eram relatórios sobre a situação da cafeicultura nos estados que ele havia visitado. Em sua análise, Sugimura discorreu sobre o futuro promissor da produção cafeeira no Brasil e a importância de os trabalhadores japoneses ocuparem o espaço deixado pela interrupção da imigração italiana. (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 60-61; SHIKADA, et al, 2007, pp. 51-53).

Segundo Teijirō Suzuki⁹, oriundo da província de Yamagata e residente no Brasil desde março de 1907, Saburō Kumabe teve acesso às opiniões de Fukashi Sugimura quando da publicação dos relatórios no periódico *Asahi Shimbun*. O autor afirma que Kumabe, por decorrência da Guerra Russo-Japonesa, tencionava imigrar para a Manchúria e mudou de ideia após ter lido e estudado por dias sobre a situação brasileira. O sr. Kumabe concluiu que muitos estariam dispostos a irem para a Manchúria, mas ele seria um pioneiro ao decidir partir para o Brasil (SUZUKI, 1969).

4.1 ATRAJETÓRIADE SABURŌ KUMABE E SEUS COMPANHEIROS

Saburō Kumabe, nascido em 1865, era advogado na província de Kagoshima. Após ter contato com o relatório do ministro Sugimura, decidiu abandonar a estabilidade de sua posição e partir para o Brasil junto de sua esposa e seus 5 filhos. Kumabe buscou apoio do governador provincial para angariar companheiros em sua empreitada, e quatro jovens voluntários foram selecionados em diferentes distritos: Ryōichi Yassuda, Kichizo Kudama, Mamode Torii e Kogu Nagase. Além deles, Takeji Honda, fluente em inglês e que já havia morado nos Estados Unidos, foi também selecionado (NIHON IMIN 50 NENSAI IINKAI, 1958, p. 45; MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 56-61; SHIKADA, et al., 2007, p. 62).

Como dito acima, o sr. Kumabe era advogado e os outros membros de seu grupo, em sua maioria, possuíam formação acadêmica. Yassuda, Kudama e Torii eram professores primários, Nagase era escrivão de justiça e acredita-se que ele já havia se encontrado com Saburō Kumabe devido ao fato de compartilharem atuação na área do direito. A esposa de Kumabe, Io, era professora de inglês no Colégio Feminino de Kinko e trabalhava como voluntária tanto na Cruz Vermelha quanto na Associação das Senhoras Patriotas (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 54-64). Percebe-se, então, que eram figuras que ocupavam posições sociais mais altas se comparados com os camponeses e antigos samurais que começaram a emigrar para fora do Japão após o começo das reformas do Meiji.

Em 19 de maio de 1906, o vapor Sanuki Maru partiu em direção a Londres com uma parte do grupo, visto que os Kumabe não puderam lhes acompanhar devido ao fato de sua terceira filha ter sido acometida por uma forte febre. Essa partida foi registrada no diário pessoal de Ryōichi Yassuda e será apresentada abaixo. Em concomitância à ida dos jovens, chegou a notícia do óbito de Fukashi Sugimura no Brasil e Takeji Honda recomendou aos colegas que não seguissem viagem após obter maiores informações sobre a situação em terras brasileiras. Honda e Torii ficaram na capital britânica enquanto os outros três rapazes optaram por seguir em frente (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 64-65; SHIKADA, et al, 2007, pp. 62-63).

9 Em sua obra *Umoryyuku Takujin no Ashiato*, Suzuki relata encontros que teve com Saburō Kumabe tanto antes quanto depois da empreitada da Fazenda Santo Antônio.

Figura 2: Anotação de Ryōichi Yassuda sobre a partida em seu diário (Tradução de Takeo Kawai em 1976)

- 1 -

PARTIDA DO JAPÃO (PORTO DE KOBE)

19 de maio de 1.906 (aos 39 anos da Era Meiji)

O Vapor SANUKIMARU, pertencente a Nipponyusen K.K., ficou de zarpar do Porto de Kobe, às 11 hs. de hoje, embarcando nele a nossa turma, ou Família Takeji Honda inclusive Kogu Nagase e Mamode Torii, todos com a firme decisão de implantar um Japão Novo nos Campos das Selvas (SIC). Isto porque o Sr. Kumabe, infelizmente com sua terceira filha acometida por uma doença, sua senhora lhe enviou um telegrama instando-lhe para adiar sua partida "sine die". Ao auscultar o estado de espírito do Sr. Kumabe, e suas contingências, a nossa turma sente presenciar os acontecimentos imprevisíveis da vida humana.

Os jovens Yassuda, Kudama e Nagase chegaram ao Rio de Janeiro em 20 de setembro e no dia seguinte partiram para São Paulo, onde conseguiram emprego no Hotel Rotisserie. Saburō Kumabe, ainda no Japão, recebe a notícia do falecimento de Fukashi Sugimura e permanece firme em sua decisão de emigrar para o Brasil mesmo após Tomofusa Sassa, antigo amigo de Kumabe e político da província de Kumamoto, ter tentado dissuadi-lo (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 56-62; SHIKADA, et al, 2007, pp. 63-66; SUZUKI, 1969).

O sr. Kumabe partiu com sua família para Tóquio com três novos jovens que se juntaram a eles e deixam a terra do sol nascente em 25 de julho de 1906 no vapor Kanagawa Maru. A chegada em Santos se deu no dia 10 de outubro¹⁰, e o sr. Kumabe trabalhou enrolando fumo para sustentar seus familiares até que lhe foi proposto, por Ryū Mizuno, que ele se tornasse responsável pelos preparativos da colônia na Fazenda Santo Antônio (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 56-62; SHIKADA, et al, 2007, pp. 63-66).

10 Não havia linha marítima entre o Japão e o Brasil nesta época, era então necessário que se fosse do Japão para a Europa e em seguida para o Brasil. No caso dos Kumabe, partiram do porto de Yokohama no Kanagawa Maru e foram de Marselha, na França, até o Brasil no vapor Les Alpes.

Figura 3: Anotação de Ryōichi Yassuda sobre a chegada no Rio de Janeiro (Tradução de Takeo Kawai em 1976)

20 de agosto de 1906:

Chegada ao Rio

Hoje de manhã, às 5 horas, finalmente chegamos ao Rio de Janeiro. Imediatamente, alugamos um "sampan" e desembarcamos. Cobramos 9 shillings pelo "Sampan", o que é um tanto exorbitante. Esperamos por muito tempo na alfândega mas não conseguimos a liberação e face a sua demora, resolvemos ir até a estação férrea para Petrópolis e embarcamos no trem das 4 horas da tarde. Foi necessário andarmos de barco durante 1 hora até embarcarmos no trem. Subindo a serra, chegamos a Petrópolis pelas 9 horas. Imediatamente visitamos a Legação e ali encontramos 3 ou 4 funcionários além do secretário e intérprete oficial.

Solicitamos o endereço do estagiário, Sr. Ohira, em São Paulo, e também o Hotel onde está hospedado o Sr. Ohira. Noitamos na cidade.

Assim como os membros do grupo de Kumabe que haviam partido no Sanuki Maru, os três novos jovens, de nomes Tameo Nishizawa, Shinkichi Arikawa e Masahiko Matsuhita, também possuíam boa posição social. Arikawa era formado pela Universidade Waseda, ainda que não se saiba em que curso se graduou; Matsuhita era comerciante, e Tameo Nishizawa era agricultor. O conhecimento prático de agricultura do último gerou complicações para que ele obtivesse o visto para a viagem, visto que na época o governo japonês proibia expressamente que trabalhadores agrícolas emigrassem para o exterior. A permissão foi concedida somente após Saburō Kumabe convencer as autoridades de que o sr. Nishizawa era apenas um auxiliar para as pesquisas que realizaria no Brasil (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 103-106).

Figura 4: Lista de passageiros do navio francês Les Alpes em que constam os nomes de Kumabe e seus familiares, mesmo que escritos de forma errada

x	Kumabe	Sehara	x	Japoneses	"	41	"	"
x	-do-	Ja	x	"	"	38	"	"
—	-do-	Mist	—	"	"	15	"	"
	-do-	Fere		"	"	10	"	"
	-do-	Foki		"	"	9	"	"
				"	"	"	"	"

Fonte: Arquivo Nacional – Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, Porto de Santos

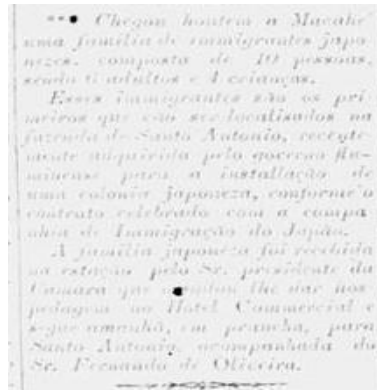
Teijirō Suzuki evidencia que Kumabe se sentia aflito pelo fato do trabalho de enrolar fumo não corresponder ao objetivo dele quando emigrou para o Brasil. Suzuki afirma que aconselhou Saburō Kumabe a não aceitar a proposta de Ryū Mizuno e investir na compra de uma tabacaria para a expansão dos negócios. Na opinião de Teijirō

Suzuki, o sr. Kumabe se lançou na empreitada oferecida por Mizuno por estar farto de enrolar cigarros e concluir que ser o primeiro japonês a instalar uma colônia no exterior tinha direta relação com seu ideal de pioneirismo. Ainda no Japão, durante seus estudos, Kumabe já havia até traçado um plano geral para o empreendimento (NIHON IMIN 50 NENSAI IINKAI, 1958, p. 45; MUSEU DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, p. 56; SHIKADA, et al, 2007, pp. 67-68; SUZUKI, 1969).

Com a decisão tomada, Kumabe organizou sua ida para a Fazenda Santo Antônio. Ele foi acompanhado por seus familiares, além de Yassuda, Nishizawa e Arikawa. A partida de São Paulo ocorreu às 19h30min do dia 27 de novembro; chegaram ao Rio às 8h do dia seguinte e pernoitaram na cidade. Saíram pela manhã no dia 29, acompanhados pelo secretário particular do presidente Alfredo Backer, e a chegada em Macaé foi às 13h. Foram necessárias ainda mais 34 horas entre os dias 1 e 2 de dezembro até que finalmente chegassem à Fazenda Santo Antônio (NIHON IMIN 50 NENSAI IINKAI, 1958, p. 45; SHIKADA, et al, 2007, pp. 65-67). A recepção dos nipônicos pelos macaenses, preparada pelo prefeito, foi noticiada no já mencionado *O Lynce*. Além dele, na história 786 na obra de Alvarez Parada, o autor afirma:

Há um mês, na história 774, relatamos a vinda a Macaé, de elementos ligados à Companhia Japonesa de Imigração, também citada como Imperial Companhia de Imigração Japonesa. Haviam vindo eles para conhecer “in loco” a Fazenda Santo Antônio, que o governo estadual havia adquirido no então distrito macaense de Conceição de Macabu, a fim de nela localizar uma colônia japonesa. No final da referida história, dissemos que voltaríamos ao assunto, o que estamos fazendo. Para contarmos que, de fato, vieram alguns nipônicos para cá, conforme se constata pela leitura de pequena nota estampada sem qualquer título, na segunda página do número de 30 de novembro de 1907 do jornal macaense “O Lynce” (PARADA, 1995).

Figura 5: Notícia da chegada da família Kumabe e dos três rapazes em Macaé na edição de 30 de novembro de 1907 de *O Lynce*¹¹



Em abril de 1908, Yassuda, Nishizawa e Arikawa já haviam deixado a propriedade, permanecendo apenas a família Kumabe. Eles passaram por momentos de penúria com plantações infrutíferas e a falta de alimentos, tendo sido essencial a ajuda de empregados. A situação teve certa melhora no decorrer de 1908 devido ao plantio do arroz e de outras culturas intercalares, como cana-de-açúcar e legumes — essas lavouras, no entanto, eram voltadas à subsistência do sr. Kumabe e seus familiares (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, p. 68; SHIKADA, et al, 2007, pp. 68-70).

Segundo o historiador Marcelo Abreu, a Fazenda Santo Antônio era uma propriedade de 3.200 hectares. Possuía paióis, moinhos e alambiques que remontavam ao século XIX. A produtividade da fazenda havia sido alta durante os oitocentos e eram comuns as colheitas de cana-de-açúcar, farinha de mandioca, milho, banana, feijão e até mesmo café; porém, o solo estava empobrecido em razão do uso constante de monocultura em detrimento da utilização de técnicas adequadas de plantio (ABREU, 2008, p. 36; IBID, p. 57). As dificuldades de produção encontradas pela família Kumabe podem, então, ter relação com a condição da terra que encontraram.

11 Transcrição da notícia: “Chegou hontem a Macahé uma família de imigrantes japonezes, composta de 10 pessoas, sendo 6 adultos e 4 crianças. Esses imigrantes são os primeiros que vão ser localizados na fazenda de Santo Antonio, recentemente adquirida pelo governo fluminense para a instalação de uma colônia japoneza, conforme o contrato celebrado com a Companhia de Imigração do Japão. A família japoneza foi recebida na estação pelo Sr. Presidente da Câmara que mandou lhe dar hospedagem no Hotel Commercial e segue amanhã em prancha para Santo Antonio, acompanhada do Sr. Fernando de Oliveira”. Na época, o presidente da Câmara era José de Oliveira Lobo Viana Júnior, cuja família era oriunda da região em que a Fazenda Santo Antônio se localizava, e Fernando de Oliveira era um funcionário da Fazenda Santo Antônio.

Figura 6: Anotação de Ryōichi Yassuda referente à partida dele e de Nishizawa da Fazenda Santo Antônio (tradução de Takeo Kawai em 1976)

12 de dezembro:

Foram 7 dias de contemplação. Quanto ao clima e a topografia da localidade são nada favoráveis, razão por que decidimos nos transferir para Macaé.

Às 5 horas da manhã, parto junto com o Sr. Nishizawa, passando pela Estação Mondeu (sic Mondei) atingimos a cidade de Macaé e nos hospedamos no Hotel Comércio (13 de Maio).

Apenas após a chegada do Kasato Maru é que maior auxílio chegou à Fazenda Santo Antônio, tendo sido para lá enviado o agrimensor Haruyoshi Kataoka e seus familiares, assim como dois jovens de nomes Jihee Takakuwa e Mokichi Okamura. O objetivo de Kataoka era a medição do terreno para a divisão das terras entre as 500 famílias que Kumabe ainda acreditava que viriam. Tal avaliação do terreno foi postergada para maio de 1909 em virtude das intensas chuvas de dezembro de 1908, e em meio a isso Okamura e Takakuwa abandonaram o trabalho (INOUE, 2017, p. 181; MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, p. 68; SHIKADA, et al, 2007, pp. 70-72).

Por diversas vezes foram realizadas tentativas de obter investimentos para a colônia macaense, mas em todas as ocasiões as tratativas não deram certo. Um dos motivos foi a falência da empresa de Ryū Mizuno, que ocorreu após diversas reclamações acerca dos imigrantes que vieram no Kasato Maru¹². Os direitos de implantação da emigração ao Brasil foram cedidos para a Empresa de Emigração Takemura, e ainda assim não foi realizado envio de recursos, por parte do Japão, para a Fazenda Santo Antônio. Em dezembro de 1909, Sanji Ohira assumiu a responsabilidade pelo contrato firmado com o estado do Rio, porém não foi capaz de viabilizar as melhorias necessárias devido à necessidade de uma vultosa soma a qual ele não possuía (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, p. 130; IBID, pp. 135-136; SHIKADA, et al, 2007, pp. 71-72).

Mesmo após muitas tribulações e tendo conseguido implementar um sistema funcional de subsistência, a Fazenda Santo Antônio seguia apenas como um projeto de colônia e a renda da família Kumabe era escassa. Em 1911, tendo quatro anos se passado desde a chegada à propriedade, Saburō Kumabe, sua esposa Io e os cinco filhos partem

12 De acordo com os pesquisadores do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, muitos dos imigrantes que chegaram no Kasato Maru realizaram protestos nas fazendas devido a suas insatisfações ligadas principalmente com a baixa remuneração e por isso a fixação dos nipônicos nas propriedades era baixa.

para o Rio de Janeiro; o objetivo era prover educação para a prole devido à grande distância entre a escola e a propriedade rural.¹³ Já os Kataoka ficaram em Macaé até 1915, e então se mudaram para São Paulo (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, p. 68; SHIKADA, et al, 2007, p. 72).

A renda advinda dos empregos de Saburō Kumabe na capital fluminense possibilitou a ele dar uma boa educação a seus filhos. Duas de suas quatro filhas, Teruko e Akiko, se formaram no magistério; a primogênita, Mitsu, casou-se e passou a morar em São Paulo; e o caçula, Keichi, foi enviado para estudar engenharia na Califórnia após ganhar uma bolsa. Um fato curioso é que a legislação brasileira exigia que apenas brasileiros natos pudessem lecionar na escola primária, então para que as jovens Kumabe pudessem dar aulas, ocorreu o primeiro caso de naturalização de japoneses — o que se deu com o suporte do embaixador Kumaichi Horiguchi em 31 de maio de 1919 (NIHON IMIN 50 NENSAI IINKAI, 1958, p. 46; MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 69-72; SHIKADA, et al, 2007, pp. 72-74).

Tanto Keichi quanto Akiko estavam nos Estados Unidos no decorrer dos anos 1920, e a filha de Kumabe havia viajado para Los Angeles e se casado com Yutaka Nogami. O sentimento negativo contra os japoneses nos EUA levou o casal Nogami a decidir retornar ao Brasil, mas antes disso o sr. Nogami tinha enviado para o sogro uma remessa de dinheiro. Tal quantia levou Kumabe a sofrer o primeiro de três grandes infortúnios. Isso ocorreu pois o então advogado perdeu toda a verba em um mau investimento e o fez se sentir em dívida com o genro. Para sanar a situação, Saburō Kumabe tinha planos de retornar ao Japão e obter dinheiro para ressarcir Nogami; porém, a chegada do genro e da filha se deu antes que ele tivesse a oportunidade de partir (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 73-74, SHIKADA, et al, 2007, pp. 75-77; SUZUKI, 1969).

A segunda desventura foi o falecimento da filha Teruko em 1923 durante o parto do neto; a terceira estava relacionava ao filho, Keichi. Kumabe tinha esperanças de que seu caçula retornaria para o Brasil com o diploma de engenharia em mãos, porém chegou ao conhecimento do nipônico, em julho de 1926, que o rapaz não estava dando importância aos estudos, encontrava-se endividado e namorava uma moça estadunidense. Devido a esses acontecimentos, o sr. Kumabe ficou depressivo, e em 19 de agosto de 1926 cometeu suicídio ao se jogar ao mar enquanto estava em um navio que ia de Santos para Paranaguá (NIHON IMIN 50 NENSAI IINKAI, 1958, p. 46; MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, pp. 74-76; SHIKADA, et al, 2007, pp. 75-77; SUZUKI, 1969).

É importante, após a apresentação da trajetória de Kumabe, trazer à tona uma citação que reflete sobre o papel de Saburō Kumabe e o objetivo que o então

13 Segundo uma colaboradora do historiador Marcelo Abreu durante pesquisas de história oral, a distância média percorrida pelos filhos dos Kumabe até a escola era de 8km a 10km por dia e caso houvesse chuva era impossível ter aulas (ABREU, 2007, p. 47).

advogado tinha com a imigração de seus conterrâneos para o Brasil. Ela se encontra presente no livro organizado pelo Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil após a realização de uma exposição em 2007. Os pesquisadores nos dizem o seguinte:

A trajetória de Kumabe no Brasil teve um desfecho trágico, mas a família Kumabe foi a precursora da imigração japonesa no Brasil em muitos aspectos [...]. O caminho que mais tarde outros imigrantes viriam a trilhar, com o Kasato Maru, já havia antes sido desbravado por Kumabe; pode-se dizer que os sucessos e os fracassos que marcaram a passagem de Kumabe pelo país se tornariam uma constante entre os imigrantes seguintes [...]. Nosso desejo, além de oferecer um retrato da imigração japonesa no Brasil, é que a passagem de Kumabe pelo país não seja esquecida; que a sua memória possa ser lembrada com a atenção e o respeito que ela merece (MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 2007, p. 76).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração japonesa, a construção da comunidade nipo-brasileira e a inserção dos nipônicos na sociedade brasileira já são temáticas de pesquisa abordadas tanto por parte dos descendentes daqueles que primeiro vieram como também por estudiosos não *nikkeis*¹⁴, ainda que a predileção seja muito maior por aqueles que têm ascendência. É, no entanto, um tema que pode ser trabalhado em várias esferas em função das peculiaridades enfrentadas pelos *nihonjins*¹⁵ em cada uma das regiões a que porventura chegaram para trabalhar ou após migrações internas. Por isso, tanto a História Regional quanto a Nova História Cultural se fazem importantes para auxiliar o historiador, o geógrafo, o sociólogo ou qualquer que seja a área de atuação do pesquisador.

Havia uma necessidade de recepção de imigrantes no Brasil — ainda que existam debates historiográficos acerca da real dimensão dessa demanda — e, ao mesmo tempo, uma situação político-econômica no Japão que favorecia a saída dos nacionais do arquipélago japonês para emigrarem em direção a outras nações. Sendo assim, as relações diplomáticas entre nipônicos e brasileiros se iniciaram em 1895 e foram necessários treze anos até que o Kasato Maru aportasse em Santos, ainda que antes deste vapor já pudessem ser encontrados japoneses em terras brasileiras — como foi o caso de Saburō Kumabe e seus acompanhantes, foco desta pesquisa.

14 É uma denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão. O kanji adotado foi 日系 e a definição aqui utilizada se baseia na decisão da Convenção Panamericana Nikkei de 1985, que adotou o termo nikkei para todos os descendentes de japoneses independentemente da geração.

15 Termo em língua japonesa que se refere aos nacionais do Japão.

No decorrer da exposição é perceptível que o sr. Kumabe, após ter tido contato com o relatório de Sugimura, teve um forte desejo de implantar uma colônia japonesa na Fazenda Santo Antônio. Saburō Kumabe, seus familiares e companheiros optaram por deixar suas posições sociais relativamente confortáveis no Japão da Era Meiji para se aventurarem em solo brasileiro.

A chegada à fazenda se deu após uma breve estada em São Paulo, cidade em que Kumabe foi contatado por Ryū Mizuno, e uma viagem de mais de 3 dias até a propriedade. O local encontrado pelos imigrantes já havia sido muito produtivo no decorrer do século XIX mesmo sem a utilização de técnicas agrícolas adequadas. Havia, então, a esperança de sucesso com as colheitas e a expectativa da chegada das 500 famílias de nipônicos.

Tanto Saburō Kumabe quanto seus familiares se esforçaram arduamente para obter sucesso com o arroz e as outras culturas plantadas. Entretanto, conseguiram apenas o suficiente para a própria subsistência. É possível afirmar que tal dificuldade relativa ao plantio tem conexão com o solo empobrecido pelas décadas de monocultura realizada sem o manejo adequado. Outro fator que pode ser trazido é o fato de que dentre todos os membros do grupo de Kumabe, apenas Tameo Nishizawa tinha conhecimento prático em agricultura, mas ele acabou deixando a Fazenda Santo Antônio junto de Ryōichi Yassuda ainda em dezembro de 1907.

O apoio financeiro escasso também pode ser elencado como um fator que levou o projeto a não obter êxito — Saburō Kumabe não recebeu apoio vindo do Japão mesmo após a Empresa Takemura obter os direitos sobre a emigração da companhia falida de Ryū Mizuno. Sanji Ohira, que havia assumido o contrato com o estado do Rio de Janeiro, não tinha a soma necessária para investir na colônia e, por isso, os Kumabe tiveram de seguir na precária subsistência que as colheitas permitiam.

Logo, podemos refletir que a empreitada da colônia da Fazenda Santo Antônio estava carregada de expectativas por parte daqueles nela envolvidos, mas infelizmente não obteve êxito por conta dos fatores elencados acima. É apenas possível supor que o sucesso desse plano teria sido alcançado caso os plantios na propriedade rendessem maiores colheitas, os investimentos fossem vultosos e uma maior quantidade de agricultores compusessem o grupo de imigrantes.

As reflexões apresentadas neste trabalho são resultado das informações presentes nas fontes encontradas até o presente momento, mas esta pesquisa prosseguirá e será atualizada caso novos documentos sejam encontrados. Para finalizar este artigo, temos as palavras dos pesquisadores do Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro sobre a tentativa de criação de uma colônia feita por Saburō Kumabe:

Do ponto de vista histórico, a Fazenda Santo Antônio certamente teria as características de uma colônia “planejada”. Contudo, a despeito de ter

terminado em fracasso, desde 1º de dezembro de 1907, ainda que desprovido de medicamentos e ferramentas agrícolas apropriadas, cercado por todos os lados por uma densa mata fechada, Kumabe mexia sua enxada enquanto aguardava seus compatriotas. Sacrificou a si próprio aguardando o dia em que se tornaria o líder das 500 famílias cuja chegada havia sido planejada. A presente obra deseja proclamar efusivamente: a Fazenda Santo Antônio de Saburo Kumabe foi a primeira colônia de imigrantes japoneses no Brasil (SHIKADA, et al, 2007, p. 72).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos ou livros consultados:

- ALMEIDA, Carla Beatriz de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011.
- BONAFÉ, Luigi. Diplomacia das Canhoneiras. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- BONTEMPI JR., Bruno. Usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia** (Online), v. 33, p. 1-20, 2019.
- CHARTIER, Roger. “Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 1ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma Epopéia Moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil**, São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- COSTA, Marcos. **A História do Brasil para quem tem pressa: dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas!** Rio de Janeiro: Valentina, 2016.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**, 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2015.
- FRANCO, Maria Conceição Vilela. **A antiga Macaé**, 2011. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/midia/uploads/A%20ANTIGA%20MACA%C3%89.pdf>. Acesso em 10 de março de 2022.
- GAVINHO, Vilson. Macaé: A memória da História – dos primórdios até 1960 In: CARVALHO, Meynardo Rocha de; GARCIA, Marilena (orgs). **Macaé: memórias recentes**, Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.
- HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: História de sua vida no Brasil**, 1 ed. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1987.
- HENSHALL, Kenneth G. **A History of Japan: From Stone Age to Superpower**, 3 edition. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.
- HUNT, Lynn. Apresentação. In: _____. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes,

1992.

- INÁCIO, Myrrena. Do silêncio a uma voz: a princesa Isabel e a participação das mulheres no Império (1822-1889). In: **Revista Ballot**, v. 1, n. 2, Rio de Janeiro, 2015.
- INOUE, Mariléia Franco Marinho. A Imigração Japonesa para o Estado do Rio de Janeiro. In: CÔRTE, Andréa Telo da (org). **História Fluminense: Novos Estudos**. 1 ed. Niterói: Centro de Estudos de História Fluminense, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822-1914. In: **X Encontro Estadual de História ANPUH-RS**. Santa Maria, 2010.
- JANOTTI, Aldo. Como e Porque terminou a Monarquia Brasileira. In: **Revista de História**, Ano XXII, v. XLII, 1971.
- JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. O objeto em fuga: Algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Prudente de Morais. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- LIMA, Angela Bernadete. A Imigração para o Império do Brasil: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX. In: **Revista Acadêmica Licenciaturas**, v. 5, n. 2, Ivoti, 2017.
- LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Ismênia de Lima; INOUE, Mariléia Franco Marinho; MIZUBUTI, Satie; PAGANELLI, Tomoko Iyda. A Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**, São Paulo: EDUSP, 2010.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. **História – debates e tendências: Passo Fundo**, v. 1, n.1, 1999.
- SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**, 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- SCHWARCZ, Lília Katri Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- STONE, Laurence. Prosopography. In: **Daedalus: Journal of American Academy of Arts and Sciences**, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Afonso Pena. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- WALKER, Brett L. **História Concisa do Japão**, 1 ed. São Paulo: Edipro, 2015.

Fontes:

- ARQUIVO NACIONAL. Relação de passageiros do vapor Les Alpes In: **Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras**, 1891-1982 – SP (Santos).
- ASCOLI, Nestor. **A imigração japoneza para a baixada do Estado do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1924.
- NIHON IMIN 50 NENSAI IINKAI. **Bukko Senkusha Retsuden - Nikkei Koronia no Soseki Toshite Wasureenu Hitobito**, São Paulo: Editora Paulista, 1958.
- MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Os imigrantes japoneses precursores: Um olhar histórico sobre o período pré-Kasato-Maru**, São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (Bunkyo), 2007.
- JORNAL PAULISTA. **Zaihaku Nihonjin Senkusha Den**, São Paulo, 1955.
- O LYNCE**, Macaé: Propriedade de uma Associação, 3 de agosto de 1907. Bissemanal.
- O LYNCE**, Macaé: Propriedade de uma Associação, 17 de agosto de 1907. Bissemanal.
- O LYNCE**, Macaé: Propriedade de uma Associação, 30 de novembro de 1907. Bissemanal.
- PARADA, Antônio Alvarez. **Histórias curtas e antigas de Macaé**. 1. ed. Macaé: [s. n.], 1995. v. 1.
- PARADA, Antônio Alvarez. **Histórias curtas e antigas de Macaé**. 1. ed. Macaé: [s. n.], 1995. v. 2.
- SHIKADA, Akiyoshi et al. **Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro: 1908-2008**. 1. ed. São Paulo: Nippak Graphics, 2008.
- SUZUKI, Teiji. **Umoryuku Takujin no Ashiato**, São Paulo: Paulista Shinbum, 1969.
- YASSUDA, Ryoichi. **Diário cotidiano** (1906 - 1908; 1908 - 1909), tradução de Takeo Kawai.

ESPETÁCULO DE DANÇA BUTŌ *TABI*: ESTRATÉGIAS DE CRIAÇÃO PARA O ESTABELECIMENTO DE NOVOS SENTIDOS

BUTOH DANCE PERFORMANCE *TABI*: STRATEGIES OF CREATION FOR THE ESTABLISHMENT OF NEW SENSES

Hadiji Yukari Nagao¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar como a dançarina de butō nipo-brasileira Emilie Sugai estabeleceu outros sentidos às suas questões identitárias por meio da dança que resultou no seu espetáculo denominado *Tabi*. São evidenciadas suas fontes de estudo, a preparação corporal e o processo de pesquisa na construção do espetáculo. O interesse nesse tema surgiu após verificar que a imagem do “corpo japonês” frequentemente cria desafios a muitos bailarinos nipo-brasileiros. Esse corpo sempre acaba reverberando de alguma maneira no fazer artístico, seja pela escolha de alguma prática corporal oriental ou pela criação de espetáculos. Nesse sentido, a presente pesquisa está focada no processo criativo em dança, além de investigar como o espetáculo *Tabi* originou-se da cultura japonesa e foi se complexificando.

Palavras-chave: Emilie Sugai, Butō, Dança, Nipo-brasileira.

Abstract: This study aims to analyze how the butoh dancer Emilie Sugai established other meanings to her identity issues through the dance that resulted in her performance called *Tabi*. Her sources of study, body preparation and the research process in the construction of the presentation are highlighted. The interest in this topic arose after the verification that the image of the “japanese body” often creates challenges for many japanese-brazilian dancers. This body

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Bacharelado em Dança pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP) e Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); hadiji89@usp.br.

always ends up reverberating in some way in the artistic work, whether by choosing some oriental body practice or by creating performances. In this sense, the present research is focused on the creative process in dance, in addition to investigating how the performance *Tabi* originated from Japanese culture and became more complex.

Keywords: Emilie Sugai, Butoh, Dance, Japanese-brazilian.

1. Introdução

O objetivo deste estudo é analisar como a dançarina de butō nipo-brasileira Emilie Sugai (1965-) estabeleceu outros sentidos às suas questões identitárias por meio da dança que resultou no seu espetáculo denominado *Tabi*. São evidenciadas suas fontes de estudo, bem como a preparação corporal e o processo de pesquisa na construção do espetáculo. Ou seja, este trabalho apresenta como foco o percurso criativo de Sugai para dar visibilidade às estratégias singulares e inventivas em dança, relacionadas ao modo como Emilie Sugai lidou com suas questões identitárias.

O interesse nesse tema surgiu após a constatação de que a imagem do “corpo japonês” frequentemente cria desafios aos bailarinos nipo-brasileiros, como Eduardo Fukushima, Letícia Sekito, Bia Sano, Ciça Ohno, entre outros. Esse corpo marcado pelo fenótipo nipônico acaba reverberando de alguma maneira no fazer artístico, seja pela escolha de alguma prática corporal oriental, seja pela criação de espetáculos.

A escolha da dançarina nipo-brasileira de butō Emilie Sugai decorreu pelo fato de sua ascendência distante – terceira geração² – e por sua opção em trabalhar com a dança oriental – o butō –, respaldada nos ensinamentos e orientações do mestre Takao Kusuno (1945-2001). Vale ressaltar que o diretor e artista plástico japonês Takao Kusuno, considerado o introdutor do butō³ no Brasil, realizou um trabalho que impactou diferentes artistas brasileiros. Para Emilie, esse trabalho suscitou uma profunda marca, responsável pela criação do seu elo com a cultura japonesa, além de ter possibilitado o desenvolvimento de uma expressividade singular, a qual Takao Kusuno explorava minuciosamente por meio das possibilidades criativas de cada artista, utilizando-se de estratégias e indicações para que o dançarino pudesse conhecer o próprio corpo e sua história. Por isso, com base nos ensinamentos de

2 A escolha por uma nipo-brasileira da terceira geração (ou *sansei*) foi um critério para este trabalho em razão do *sansei*, possivelmente, estar mais distante da cultura nipônica ancestral em comparação com os filhos de imigrantes, ao mesmo tempo que possui “maior liberdade de escolha de identificação cultural, podendo decidir participar ou não da comunidade japonesa, conhecer mais ou menos profundamente a cultura de seus avós. [...] Parte-se da vontade própria do *sansei* a busca por suas raízes culturais” (VIANNA, 2008, p. 55).

3 Embora o butō tenha surgido no Japão – no final da década de 1950 –, no Brasil, sob a direção de Takao Kusuno, foi desenvolvida uma versão única de dança butō e materializada por artistas brasileiros (GREINER, 2018).

seu mestre, nas memórias do corpo nipo-brasileiro e em uma urgência em explicitar o que nem sempre era evidente, Emilie Sugai desestabilizou estereótipos e apontou possibilidades.

O corpo, nesta pesquisa, será entendido como “a primeira e mais importante mídia da cultura” e a dança “como uma possibilidade de especialização do movimento corporal” que trabalha com a matriz primária da comunicação que seria “o corpo em movimento” (GREINER, 2003, p. 51). Além disso, a dança não seria apenas uma forma de comunicar significados estabelecidos anteriormente ou mensagens já codificadas, mas um estudo das diferentes formas de conceituar e de mover o corpo, centrando-se principalmente nos processos de criação, e não nos produtos (GREINER, 2003).

Ademais, este estudo não tomará o corpo “como uma entidade passiva diante da ação das informações do ambiente” em uma relação unilateral, pautada em “uma análise macroscópica das experiências” (GREINER, 2000, p. 27), preocupando-se somente com os resultados observáveis. Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta uma produção de conhecimento envolvendo uma nipo-brasileira fora da lógica das análises das “consequências políticas da alteridade (estudos culturais, pós-coloniais, afro-orientalista etc)” (GREINER, 2017, p. 123). Por isso, o foco do nosso olhar evidencia o processo criativo em dança e verifica como o espetáculo *Tabi* originou-se da cultura japonesa e foi se complexificando.

2. Estratégias metodológicas

Para assegurar o conseguimento do objetivo estabelecido, foi adotada a entrevista semiestruturada para a produção de dados da pesquisa. Optou-se por esse tipo de entrevista por focar em um assunto acerca do qual foi construído um roteiro de perguntas principais que, quando necessário, é complementado por outras perguntas específicas no momento da entrevista. Além disso, como as respostas não estão vinculadas a certas opções de conclusões, o entrevistado pode realizar as próprias associações, e as falas emergem de maneira mais livre (MANZINI, 1990/1991, 2004).

Para a elaboração do roteiro, foram obtidas informações prévias acerca da dançarina a partir do seu site oficial⁴, da contemplação de todas as versões do espetáculo *Tabi*⁵ e nos encaminhamentos sugeridos por Eliana R. Silva (2010a, 2010b), os quais apresentam quatro operações para compreender o processo de pesquisa e criação:

a) contextualização – deve ser uma das primeiras tarefas a ser desenvolvida, evidenciando-se o contexto criativo, a formação do criador e o que o criador diz sobre sua obra;

4 Disponível em: <<https://emiliesugai.com.br/sobre/>>. Acesso em: 01 Ago. 2021.

5 Todas as versões do espetáculo foram fornecidas pela própria dançarina de butô, Emilie Sugai.

b) avaliação – examina-se a lógica interna da obra, os métodos utilizados na preparação corporal e na pesquisa coreográfica, sempre levando em conta o paradigma que norteou tanto o artista quanto a obra;

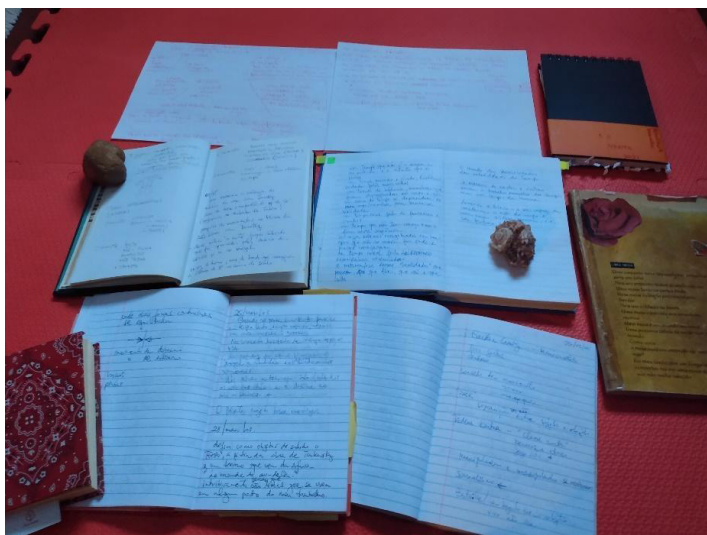
c) descrição – significa esmiuçar o conjunto de elementos que compõe a coreografia (cenas, espaço cênico, movimentos que caracterizam a obra coreográfica etc.) e buscar compreender tais escolhas;

d) interpretação – verifica-se o conteúdo latente da coreografia, ao transcender o reconhecimento do conteúdo imagético e manifesto da obra.

Dispondo dessas orientações e informações, tornou-se possível o delineamento de uma estratégia geral para a condução do diálogo para compreender o processo de criação e pesquisa. O roteiro foi enviado previamente para Emilie Sugai que, por iniciativa própria, reuniu um abrangente material, como suas anotações feitas ao longo dos anos, além de uma sistematização (Imagem 1) para a realização das suas falas, o que gerou uma narrativa muito cuidadosa e rica em detalhes.

Foi realizada uma entrevista, com duração de duas horas, ocorrida em ambiente virtual no mês de agosto de 2021. Essa entrevista realizou-se após a aprovação do Comitê de Ética⁶ e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido concordando com a participação no estudo, bem como a autorização da apresentação dos dados.

Imagem 1 – Anotações e sistematizações de Emilie Sugai (2021)



Fonte: arquivo pessoal de Emilie Sugai.

6 Foi aprovado com o número do parecer 4.832.508 e registro Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 47885621.7.0000.0138.

Para a sistematização das entrevistas, tivemos como base as orientações de Duarte (2004) e André (1983). Nesse sentido, a transcrição da entrevista⁷ foi o primeiro procedimento realizado, efetuando-se, em seguida, a conferência de fidedignidade, checando a transcrição juntamente com a gravação da entrevista. Posteriormente, as falas transcritas foram organizadas em unidades de significação, isto é, a síntese dessas falas para um maior entendimento. Com a leitura e a síntese, foram estabelecidos temas que surgiram a partir do exame desses dados.

Finalmente, para a análise, os dados sistematizados foram articulados entre si em conjunto com o cruzamento das referências teórico-conceituais com o intuito de interpretar “por meio da construção criativa de possíveis significados” (GOMES *et al.*, 2005, p. 207). Ou seja, foram testadas conexões entre as narrativas de Emilie Sugai – a qual compartilhou os bastidores e os detalhes da criação de *Tabi* – e alguns conceitos e teorias⁸. Não se trata, portanto, da análise do espetáculo; mas, da análise do relato da dançarina a respeito do processo de pesquisa e de criação de *Tabi*.

3. Primeiras experimentações

Emilie Sugai começou a estudar *butō* e participar dos espetáculos de Takao Kusuno a partir do ano de 1991, trabalhando com ele até o ano de seu falecimento, em 2001. As primeiras experimentações sob a orientação de Takao Kusuno, que conceberam o espetáculo *Tabi*, principiaram no ano de 1999; e o espetáculo estreou apenas em 2002⁹. Foi uma trajetória longa de três anos, mas que coincidiu com a proposta da obra, uma vez que se trata de uma viagem, no sentido de uma jornada em busca de sua ancestralidade.

No início, era uma pesquisa chamada *Metamorfoses do Real*, que contou com apoio da Bolsa Vitae de Artes¹⁰, concedida em 1999, cuja investigação tinha como ponto de partida a imigração japonesa no Brasil, que resultou em pequenos experimentos em

7 A partir da entrevista realizada em agosto de 2021, com duração de duas horas, obteve-se trinta e uma páginas de transcrição no total.

8 Como salienta Christine Greiner: “As teorias nunca reduzem a realidade àquilo que existe, mas criam um campo de possibilidades e avaliam a natureza e o âmbito das alternativas em relação àquilo que está empiricamente dado” (GREINER, 2010, p. 22). Tal ponto de vista nos deu a alternativa de atribuir mobilidade à reflexão, não relacionando os dados com categorias estabelecidas anteriormente a fim de não correremos o risco de reiterar uma visão homogênea do presente.

9 A estreia ocorreu no dia 2 de outubro de 2002, no qual foi convidada a apresentar no evento *Dança em Pauta*, promovido pelo Centro Cultural Banco do Brasil, além de ter sido a primeira vez que contou com o apoio da Fundação Japão.

10 A Bolsa Vitae de Artes foi criada no ano de 1987, que contou com sua última edição em 2003. Esse programa concedia bolsa para pesquisas ou projetos pessoais de criação. Nos anos pares, eram apoiados projetos ligados a letras (literatura), música e artes cênicas (teatro e dança). Já nos ímpares, artes visuais (fotografia, cinema e vídeo, entre outros). Em 16 anos de existência, foram 381 projetos contemplados com a bolsa. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-bolsa-vitae-de-artes-chega-ao-fim,20030612p3305>>. Acesso em: 03 Nov. 2021.

dança. Um importante mobilizador para a pesquisa com esse tema foram as conversas com Takao Kusuno:

ele ficava falando que eu tinha sangue japonês. Eu acho que era uma provocação. [...] E ele falava: “Porque você tem sangue japonês”. E aí, depois, eu fui entender que não era uma provocação. Parece que os japoneses falam que quando você não tem mistura, você tem o sangue japonês (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

Além desse fato, uma das metodologias de Takao Kusuno era justamente instigar os seus dançarinos a (re)visitarem suas raízes, ou melhor, “a seu ver, uma das formas de lidar com o *butō* seria usá-lo como um operador para conhecer o corpo e a sua própria história” (GREINER, 2017a, p. 120). Nesse sentido, essa “provocação” não era apenas pela ascendência japonesa de Emilie, visto que era uma estratégia utilizada com todos os bailarinos. Dessa maneira, é possível constatar que era uma estratégia de estudo corporal para acionar “um presente que carrega a história e aponta para o futuro, mas que se organiza a cada instante, criando novos nexos de sentido” (GREINER, 2012, p. 80). Esse movimento de ressignificação do passado permeia todo o processo de pesquisa de *Tabi*.

Entretanto, mais do que uma simples influência no fazer artístico, a interação entre Takao Kusuno e Emilie Sugai pode ser observada como uma relação de alteridade. Nas considerações de Greiner (2017b, p.12), “a experiência da alteridade com tudo aquilo que não é o mesmo, e sim um estado outro, [...] constitui-se como um dos nossos principais operadores de movimento”, acionando desestabilizações e instigando processos de criação artística. Ressaltamos esse ponto em razão dessa alteridade ter se manifestado, principalmente, no início do processo de pesquisa que culminou na criação de *Tabi*.

Podemos supor que houve uma relação de alteridade, primeiro, porque a fala de Takao Kusuno causava uma inquietação em Emilie: “Eu tenho sangue japonês, mas meu modo de ser brasileira” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021); assim, *Tabi* foi uma maneira de superar a dualidade entre ser japonesa e ser brasileira por meio da dança, indo além das identidades estagnadas. Segundo, por seu espetáculo não ser um mero entretenimento, pois lida com tudo que não é o mesmo e se propõe a desestabilizar tanto as narrativas estereotipadas¹¹ quanto os movimentos predeterminados¹², além de não

11 Essas narrativas estariam relacionadas com certas compreensões, como: “o Japão é emocional e o Ocidente, racional; o pensamento japonês é holístico e o ocidental, determinista; o Japão prima pelo pensamento poético e intuitivo e a ciência ocidental é cartesiana; os japoneses agem coletivamente e os ocidentais são individualistas e narcísicos, entre muitos outros diagnósticos estereotipados” (GREINER, 2015, p. 187).

12 Podemos considerar, então, que algumas danças se configuram como técnicas codificadas, com movimentos estabelecidos anteriormente, que organizam materiais existentes, nas quais a invenção encontra-se, principalmente, na forma como se ordenam os movimentos, com base em um modelo e em

vigorar em uma produção artística “coerente com as expectativas do mercado e com tudo aquilo que já é familiar e propenso a uma boa receptividade” (GREINER, 2019, p. 62). Nas palavras de Emilie, a dança é uma possibilidade de realizar

um recorte da realidade, de uma forma singular e profunda através da poesia no corpo. [...] É um recorte que você faz da realidade de uma forma não convencional, mas que tem uma profundidade. E também tornar visível o invisível através da arte do corpo. (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

Tabi não teve a pretensão de fomentar mudanças políticas ou sociais, mas apontar possibilidades, desestabilizar hábitos e explicitar “questões nem sempre visíveis na vida cotidiana” (GREINER, 2017b, p. 19). Nesse sentido, o estado de alteridade fomentou a criação de um espetáculo que apresenta uma certa concepção de identidade.

4. A temporalidade em *Tabi*

Na língua japonesa, existem duas maneiras para referir-se à viagem: um é *Ryokō* (旅行), a viagem no sentido mais genérico e literal; o outro é *Tabi* (旅), que também pode significar viagem, porém com sentido de jornada. Mas, para Emilie Sugai “é uma jornada de dentro e de fora nesse caso” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

É uma jornada em busca da ancestralidade, das memórias do corpo nipo-brasileiro. “É essa a viagem desse meu *Tabi*, mas também no sentido de busca por algo novo” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021). Portanto, trata-se de uma viagem para o passado e para o futuro, resgatando as experiências vividas, não somente as próprias, mas dos seus antepassados, além da visualização do que ainda está por vir.

Por conseguinte, importante ressaltar como sua inspiração as palavras¹³ prediletas de Matsuo Bashō (1644-1694), e um de seus relatos de viagem, *Sedas de Ōku*¹⁴. Na entrevista, Emilie Sugai lê o seguinte trecho:

uma aprendizagem da técnica. Nas palavras de Setenta (2008, p. 48-49), seria um dizer que “está pronto antes do fazer. [...] Um corpo que executa com precisão os exercícios de imitação de informações que já dispõe. [...] o corpo tende à sistematização dos modos de combinar as experiências de movimento”. Já o que Emilie Sugai propõe, e o que este trabalho sugere, seria justamente a desestabilização desses modos de mover predeterminados, a qual subverte referências, apresenta hipóteses e elabora “a própria fala de acordo com aquilo que está sendo falado” (SETENTA, 2008, p. 17).

13 As palavras são *Tabi* (viagem, 旅) e *Yume* (sonho, 夢) (LEMINSKI, 1983).

14 O relato completo pode ser encontrado no livro, de Paulo Leminski, *Matsuó Bashō: a lágrima do peixe* (1983) da editora Brasiliense.

Luas e sóis (meses e dias) são viajantes da eternidade. Os anos que vêm e se vão são viajantes também. Os que passam a vida a bordo de navios ou envelhecem montados a cavalo estão sempre de viagem, e seu lar se encontra ali onde suas viagens os levam. Os homens de antigamente, muitos, morreram pelos caminhos, e a mim também, durante os últimos anos, a visão de uma nuvem solitária levada pelo vento inspirou contínuas ideias de meter o pé na estrada. (BASHŌ, s.d. apud LEMINSKI, 1983, p. 9).

Em vista disso, assim como Bashō conta sobre sua viagem como andarilho, Sugai também cria um relato de sua caminhada: “Acho que fala então desse início de uma jornada, de uma caminhada no caso dele e para mim também. Então, esse é o sentido do *Tabi*” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

Curiosamente, após a estreia do espetáculo, Emilie foi convidada a ir para Senegal em razão de um Programa de Bolsa para Artistas UNESCO-Aschberg.

É o início da minha viagem [...] Não sabia que eu ia viajar tanto, e depois eu viajei muito. Essa foi uma das primeiras viagens. Essa intenção do *Tabi* de querer conhecer coisas novas, novas experiências e uma delas foi para o Senegal, e realmente foi muito impactante. (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

Por intermédio do seu relato e também da apreciação das versões de *Tabi*, é possível perceber algumas modificações. Embora um espetáculo esteja aparentemente finalizado, ele pode ser constantemente revisto e atualizado pelas vivências no presente. Isso porque, conforme a Teoria Corpomídia (KATZ; GREINER, 2012), o corpo não é uma entidade que simplesmente sofre as influências da cultura ou do ambiente em uma relação de causa e efeito. Logo, é inexistente a possibilidade do corpo estar fora de uma relação de codeterminação com o ambiente e de um estado de transitoriedade.

As relações entre corpo e o ambiente se dão por processos co-evolutivos que produzem uma rede de pré-disposições perceptuais, motoras, de aprendizado e emocionais. [...] Algumas informações do mundo são selecionadas para se organizar na forma de corpo – processo sempre condicionado pelo entendimento de que o corpo não é um recipiente, mas sim aquilo que se apronta nesse processo co-evolutivo de trocas com o ambiente. E como o fluxo não estanca, o corpo vive no estado do sempre-presente, o que impede a noção do corpo recipiente. (KATZ; GREINER, 2012, p. 130).

Ainda que *Tabi* tenha sido uma busca da memória e da ancestralidade, bem como da ponderação sobre o futuro, também esteve aberto às contaminações do presente. O termo “contaminação” está em consonância com a Teoria Corpomídia, visto que a relação entre ambiente e corpo acontece em movimento de mão dupla. Portanto, o termo “influência” não seria adequado em razão de nem a cultura e nem o corpo possuir uma

maior interferência nessa relação. Na contaminação, o fluxo de informações entre dois sistemas sógnicos ocorre sincronicamente e evolui em processo. A palavra “evoluir” não seria o mesmo que “progresso”. A evolução, nesse contexto, são as mudanças que ocorrem incessantemente, pois é um processo que está sempre em andamento (GREINER, 2012).

Dessa forma, foi uma pesquisa que partiu do estudo a respeito da imigração japonesa no Brasil, quando teve seu início na pesquisa *Metamorfoses do Real* (1999), mas esteve aberto a outras contaminações e desdobramentos.

5. Das fontes de estudo à pesquisa corporal

Para pesquisar sobre o corpo nipo-brasileiro, Emilie Sugai foi à busca das questões da ancestralidade oriental de sua família, assim como das coisas do Brasil, mais especificamente das danças folclóricas brasileiras. Entretanto, Emilie deu maior ênfase às suas leituras.

Uma delas foi *País das Neves*, de Yasunari Kawabata (1899-1972). Para Emilie, Kawabata “fala muito desse corpo da japonesa, mais no sentido tradicional, desse corpo belo, desse corpo sensual, no caso, talvez. Porque vem dessa literatura do Kawabata, como ele colocava as mulheres na sua escrita e nos seus romances” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021). Quanto a esse aspecto, é possível relacionar com uma cena do espetáculo (Imagem 2), onde aparecem as suas costas nuas, com o kimono caído entre os braços, acompanhada por uma música lenta. Com um gesto sutil, o corpo que estava em pé, vai lentamente indo em direção ao chão, até sentar-se de lado, manifestando uma grande potência imagética.

Imagem 2 - Emilie Sugai em *Tabi* (2008)



Fonte: arquivo pessoal de Emilie Sugai. Foto de Inês Correa.

Além dessa obra de Kawabata, há também leituras relacionadas ao teatro Nō a partir dos escritos de Motokiyo Zeami (1363-1443). Tal referência fez parte dos estudos de Sugai segundo as orientações que Zeami pontuava a respeito do ator:

Porque eu sempre achava que o que ele fala cabe muito mesmo para o ator contemporâneo. São coisas que para mim conversam muito com o corpo. Eu não sei como é que ele trabalhava, mas da forma como eu leio, eu sempre acabo absorvendo como orientações. (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

O imigrante japonês, de Tomoo Handa (1906-1996), também fez parte de suas leituras, muito por querer aprofundar-se acerca dos imigrantes japoneses no Brasil. O que lhe chamou a atenção, por ter acionado uma memória de infância, foi o capítulo em que Handa trata da vida do caipira brasileiro, destacado no trecho seguinte:

Tal relato se fará não com o intuito único de apelar para a curiosidade dos leitores, mas porque todos os imigrantes japoneses, seja das fazendas, seja dos núcleos de colonização ou da periferia da cidade de São Paulo, sofreram grandes influências desses lavradores. No que diz respeito ao dia-a-dia, os caipiras foram os grandes mestres dos japoneses. (HANDA, 1987, p. 563).

Ler acerca da moradia e da iluminação dos imigrantes japoneses das lavouras a fez recordar sobre sua avó materna que morava em Suzano¹⁵ e cultivava flores. Então, apesar da maioria das suas experiências terem sido na cidade de São Paulo, uma capital altamente urbanizada, a partir da família de sua mãe, ela pôde enxergar de forma mais detalhada essa outra realidade do imigrante japonês.

Além disso, de acordo com o relato de Emilie Sugai, a figura do imigrante evoca uma ideia de uma pessoa que se desloca de um país a outro, “então também tem esse sentido de deslocamentos” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021). Para corporificar esse deslocamento do imigrante, Sugai realizou um trabalho corporal que envolvia caminhadas. Era uma maneira específica de caminhar chamada *suriashi*, uma forma específica de deslizar os pés, que faz parte da tradição do teatro Nō, porém realizada de uma maneira própria e não codificada. A esse respeito, Emilie Sugai lê um trecho de um dos cadernos de anotações:

O treino de caminhar me leva a concentração. Pouco a pouco vou deixando de lado estímulos externos que me desviam deste objetivo. Mas, quando por apenas 10 minutos seguidos se consegue exercitar partindo deste ponto, começa a nascer algumas ideias-imagens. Andar com os joelhos flexionados num movimento contínuo, sem quebras. Atenção se volta nos pés que pisam, no quadril que busca não balançar para os lados, os pés que tocam o chão, a sensação de se pisar em solo ondulado. (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

15 É um município localizado na Região Metropolitana de São Paulo.

Toda a base corporal em *Tabi* foi construída mediante as caminhadas e essa linguagem vinda dos pés com o sentido de deslocamento. Os pés tinham essa importância porque a partir deles que mobilizamos todo o corpo. Ademais, o pé também possui outro significado: como aquilo que se nutre da terra. Então, os pés tinham essa dupla proposta, física e simbólica, de locomoção e enraizamento.

A questão da “terra” inclusive abre para outra possibilidade de trabalho poético. Há um momento no espetáculo que a atriz Dorothy Lenner contracenava com Emilie Sugai (Imagem 3). Lenner é romena, naturalizada brasileira; isto é, atravessou fronteiras geográficas para chegar ao seu propósito. Ela também realiza uma caminhada em cena que pode ser vista como a presença e o deslocamento de tantos outros imigrantes ao Brasil. Mas, mais do que isso, o jogo corporal entre Dorothy e Emilie desenvolve-se como uma interação entre mãe e filha, de algo mais instintivo “como uma semente que suga a terra para fazer nascer. Então, é como o bebê no útero materno que suga a energia da mãe para ele poder se desenvolver. [...] isso também estava dentro disso que a gente estava criando.” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021). Essa figura de uma mulher mais velha – na época a atriz estava com setenta anos de idade – realiza essa ligação com o passado e com a ancestralidade, instigando o olhar para a diferença de gerações por meio do contraste imagético entre os corpos.

Imagem 3 - Dorothy Lenner e Emilie Sugai em *Tabi* (2002)



Fonte: arquivo pessoal de Emilie Sugai. Foto de João Caldas.

Além da pesquisa com o corpo a partir dessas referências – das leituras e do que foi surgindo na sequência –, há dois momentos em *Tabi* que se relaciona ao trabalho corporal realizado muitas vezes com Takao Kusuno.

Isabelle Launay (2019), inspirada na proposta de Antoine Compagnon no campo da literatura, aponta essa questão da citação para a dança, “no poder de agir da citação, em sua potência efetiva” (LAUNAY, 2019, p. 27). Para referir-se à citação, apresenta-se o termo *reenactment*, que pode ser traduzido como reativação ou reencenação.

O *reenactment* coloca em cena o resultado desta reconstrução, envolvendo uma reflexão crítica, mesmo controversa. Ele desestabiliza o passado como o presente, os espaços como os sujeitos que dançam [...] Em suma, o *reenactment* perturba o sentido do que aconteceu no passado. Repensamos o que foi pensado, enquanto re-dançamos o que foi dançado, esse retorno pode constituir um evento presente. (LAUNAY, 2019, p. 26).

Takao Kusuno trabalhava corporalmente com seus dançarinos a circularidade da vida: nascimento, vida, morte e renascimento. Em muitos dos espetáculos dirigidos por ele, houve a inserção desse conceito que, para Emilie, acabou ficando como uma linguagem do seu corpo. Assim, ela estudou uma maneira de “trazer de diferentes maneiras esse mesmo estado de nascimento” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021). Como uma espécie de citação, Emilie aciona esse estado corporal de nascimento, mas não da mesma maneira. Não se trata de colar ou pendurar uma citação (uma experiência passada). Seria mais um exercício de reativação e reconstrução no momento presente de uma experiência passada.

Outra pesquisa que Emilie iniciou na época em que trabalhava com Takao Kusuno foi o uso da máscara. Sua primeira performance envolvendo a máscara foi em *Menina*, no ano de 1994, quando dançou junto com a atriz Marilda Alface. Com base nisso, foi realizando outras experimentações, nas quais contou com o estudo da expressão do rosto representado nas máscaras do Nō, uma expressividade impassível, em contraponto com as máscaras do Kabuki, com suas expressões robustas.

Na primeira versão do espetáculo, destacou-se mais a expressão do rosto e em tornar presente a “criança-mulher”. Além do mais, entre uma versão e outra de *Tabi*, Emilie realizou a viagem para Senegal e entrou em contato com as máscaras africanas, instigando-a a retomar esse estudo. Assim, na segunda versão da obra, há a incorporação de uma máscara que, por acaso, lembra a figura da raposa (Imagem 4), a qual nos faz relacionar com a mitologia japonesa; no entanto, trata-se de uma máscara do folclore brasileiro.

Imagem 4 - Emilie Sugai com sua máscara em *Tabi* (2008)



Fonte: arquivo pessoal de Emilie Sugai. Foto de Inês Correa.

Outro elemento da cultura japonesa em *Tabi* é o kimono¹⁶. Não configurado simplesmente como um figurino ou um objeto cênico, “ele está atrelado a uma pesquisa de linguagem do corpo, da poética do corpo. Ele não é simplesmente trazer assim” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021). Não somente o kimono, mas a sombrinha tradicional japonesa (*wagasa*, 和傘), em outras obras, manifestou-se nos trabalhos e processos criativos junto com Takao Kusuno. Vieram como sugestões a Emilie Sugai. A máscara, o kimono e a sombrinha são objetos que mobilizaram a criação, além de ressaltar o aspecto nipônico do seu “corpo japonês”.

Contudo, como ela não queria falar exclusivamente do “corpo japonês”, mas do “corpo japonês” e do “corpo brasileiro”, e de como isso poderia ser expresso cenicamente, veste, mais ao final do espetáculo, uma roupa mais urbana e sapatos (Imagem 5).

16 A utilização do kimono pode ser visto na Imagem 4.

Imagem 5 - Emilie Sugai em *Tabi* (2008)



Fonte: arquivo pessoal de Emilie Sugai. Foto de Inês Correa.

Todos esses elementos culturais podem ser um modo de transportar para a obra algumas referências em uma lógica metonímica ou indicial, em que “a parte vale pelo todo e alguns índices são reiteradamente utilizados como sinalizadores daquilo que se quer expressar” (GREINER, 2017a, p. 88). Significa que a parte (por exemplo, o kimono, o leque ou a maquiagem branca) pode servir como uma representação do todo (da cultura japonesa em si), como um meio de sintetizar e de citar para reativar e propor reconstruções a partir de uma referência.

Embora a apresentação de suas fontes de estudos e alguns aspectos de suas estratégias de pesquisa corporal seja esclarecedora para compreender o processo constitutivo do espetáculo, ainda carece aprofundar um pouco mais a respeito da questão de como Emilie Sugai pôde estabelecer outros sentidos identitário por meio da dança. Para tanto, acreditamos que a teoria enativa e a teoria das metáforas possam nos ajudar a refletir sobre este tópico¹⁷.

17 A escolha por essas teorias ocorreu pelo fato de possibilitar tratar o corpo não como “um recipiente no qual se despeja conteúdos”, mas “apresentá-lo como um resultado sempre transitório dos processos de coevolução” (KATZ; GREINER, 2015, p. 13), e a dança “como uma possibilidade eficiente de elaboração de conhecimento e do processamento de nexos de sentido” (GREINER, 2003 p. 51). Tais teorias também compõem a Teoria Corpomídia (desenvolvida por Helena Katz e Christine Greiner), que propõe o corpo “ele mesmo, como uma mídia, um corpomídia” (KATZ; GREINER, 2015, p. 08), tornando possível compreender a dança como uma forma de comunicação por “trabalhar a partir da matriz primária da comunicação: o corpo em movimento” (GREINER, 2003, p. 51). Nesse sentido,

6. Como propôs novos sentidos?

Na ciência cognitiva, uma das suas concepções é chamada de Cognição Corporificada (ou *embodied cognition*), na qual a teoria enativa está localizada. O termo corporificado “implica o corpo na experiência de vida e o considera como contexto de processos cognitivos” (RIBEIRO, 2015, p.48). Pensar ou refletir seriam, nesse sentido, ações em que haveria uma íntima relação entre mente e corpo. Ou melhor, a cognição é “uma ação do contínuo corporalmente, é uma cognição corporalizada” (DOMENICI, 2015, p. 200).

Contestando, principalmente, a metáfora da abordagem cognitivista – que utiliza o modelo do processamento computacional¹⁸ para exemplificar o funcionamento cognitivo – Varela, Thompson e Rosch (1993) apresentam a teoria enativa. Nessa teoria, os autores estabeleceram conexões “entre as ciências cognitivas, as tradições budistas, a psicologia meditativa e a filosofia” (GREINER, 2012, p. 35). É possível observar que para propor outra concepção, foi preciso buscar referências fora do conjunto de conhecimentos da tradição ocidental. Como Eloisa Domenici (2015) pontuou, os autores chegaram a se inspirar no *madhyamika* presente na filosofia budista para firmar o não-dualismo na teoria enativa.

Na enação, o conhecimento é construído por intermédio de uma ação no mundo, considerando que os processos cognitivos são resultantes de padrões sensório-motores e que a percepção está orientada para a ação, pois “aqui, a cognição é o saber dependente da ação no contexto” (RIBEIRO, 2015, p.50). Como a ação é corporificada, não sendo uma projeção ou uma reconstituição (a percepção de um mundo dado *a priori*), a percepção é a própria estrutura sensório-motora da pessoa que percebe e que viabiliza a ação orientada pela percepção. Em síntese,

a enação pode ser compreendida como *trazer à tona* o significado a partir de uma experiência de compreensão que, por sua vez, é promovida pela experiência de um corpo em ação no mundo, que também se constrói pela ação desse corpo. No enatismo não há um mundo pré-dado. Há um mundo acoplado e co-originado com o corpo. (RIBEIRO, 2015, p.51).

A teoria enativa permite-nos vislumbrar a inseparabilidade entre mente, corpo e ambiente, a impassividade da percepção, além do entendimento de que o conhecimento se constrói a partir da ação corporal no mundo (ou como uma cognição corporificada).

a preferência por essas teorias – a teoria enativa e a teoria das metáforas – decorreu por estar em consonância com essa perspectiva de corpo e dança, e também por respaldar pesquisas sobre dança que buscam essa concepção. Alguns exemplos desses estudos podem ser encontrados no livro *Arte & cognição: corpomídia, comunicação, política* (2015).

18 “Nesse modelo, informações chegam ao organismo a partir da exposição a estímulos (*input*), e retornam ao meio por meio de respostas comportamentais (*output*), a partir de regras básicas de processamento” (BAUM; KROEFF, 2019, p. 17-18).

Porém, para compreendermos melhor como ocorre o estabelecimento de outros sentidos por intermédio do corpo em movimento, fundamentamo-nos na teoria das metáforas proposta por George Lakoff e Mark Johnson (1999).

A metáfora à qual se referem não diz respeito à figura de linguagem ou à palavra. É mais do que uma figura de linguagem, em razão do sistema conceitual ser de natureza metafórica: “Quando conceituamos, há um transporte de informações e este é sempre, e inevitavelmente, de natureza metafórica” (GREINER, 2012, p. 44).

Os estudos de Lakoff e Johnson expuseram que a ação metafórica é anterior à linguagem, pois os conceitos básicos se constituem alicerçados nas experiências sensório-motoras da primeira infância. Tais experiências integram o processo de sucessão de significados mais complexos que se revelam pela linguagem verbal, ritual e gestual. Nessa perspectiva, o pensamento efetua-se por intermédio das projeções metafóricas que são elaboradas pelas experiências sensório-motoras nos primeiros anos da criança, emprestando suas qualidades ou formas para as experiências subjetivas. Apenas uma parcela do nosso pensamento é literal, pois a maior parte é metafórica: “experimentamos uma coisa em lugar de outra. Essas metáforas seriam chamadas metáforas conceituais, pois elas projetam conhecimentos que conceituam o universo subjetivo” (DOMENICI, 2015, p. 203).

As pesquisas precedentes no campo da semântica cognitiva, nas quais os autores se fundamentam, revelam que o processo de raciocínio e conceitualização faz uso de imagens esquemáticas (ou metáforas primárias) que equivalem aos modos de inter-relação do corpo e do movimento. A imagem esquemática de um recipiente, por exemplo, atribui a ideia de dentro e fora; quando abstraímos essa ideia, que pode levar a lógica territorial, associamos isso para pensar quando saímos ou entramos de um percurso ou de um grupo. Outro exemplo seria a imagem esquemática fonte-caminho-meta que se manifesta quando o bebê engatinha para pegar um objeto ou para alcançar alguém; essa noção seria utilizada para fazer referência ao alcance de um objetivo ou a realização de uma aspiração. Existem muitos outros tipos de imagens esquemáticas. Não obstante, em todo caso, essas imagens esquemáticas, que se constituem a partir de experiências sensório-motoras, combinam-se entre si e formam metáforas com maior complexidade para conceber o raciocínio e os conceitos abstratos.

Em suma, esse processo em que as metáforas primárias servem de base para o pensamento metafórico mais complexo – ou melhor, quando as experiências corporais fundamentam o ato de conceituar ou qualificar a vida subjetiva –, configuram-se como um mecanismo cognitivo denominado de metáfora conceitual:

A metáfora conceitual é um meio pelo que nós entendemos imaginativamente um padrão de experiência corporal e utilizamos sua inferência. É um mapa conceitual que permite usar o conhecimento gerado em um domínio de um tipo (o domínio fonte) para um domínio de outro tipo (o domínio alvo). [...] A metáfora tem origem em uma co-ativação entre a experiência do domínio fonte, que é sensório-motora, com a experiência do domínio-alvo, que é subjetiva. (DOMENICI, 2015, p. 204-205).

Entretanto, não podemos supor que a metáfora conceitual lida com um processo de associação de domínio fonte sobre o domínio alvo de maneira fixa e representativa (como se algo representasse outro). Afinal, quando alguém usa a troca para referir-se ao diálogo, ou a luta para referir-se à discussão, constitui-se um ato propositivo, uma sugestão de leitura. Isso nos permitiria, quando testamos outros modos de movimentação, a atualizar e (re)elaborar sentidos, dando um caráter produtivo à dança. Diante disso, “o ato de dançar, em termos gerais, é o de estabelecer relações testadas pelo corpo em uma situação, em termos de outra, produzindo, neste sentido, novas possibilidades de movimento e conceituação” (GREINER, 2012, p. 132).

Esse percurso teórico teve o intuito de esclarecer e sustentar o que Emilie Sugai vem realizando. “Esse é bem o trabalho. Pelo menos, o que venho fazendo. Como corporificar as coisas, as palavras, as ideias, as imagens. Então, isso era uma questão forte lá também” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

Um dos núcleos poéticos em *Tabi* seria a questão do “vestir uma ideia no corpo e como corporificá-la” (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021). Da nudez à vestimenta, da vestimenta à nudez, Emilie realiza esse jogo de vestir e desvestir em vários momentos do espetáculo *Tabi*. Nesse ato aparentemente literal de sua dança, há uma organização do pensamento metafórico, uma proposição de um sentido outro a respeito de sua identidade nipo-brasileira, já que

casa muito com uma coisa que eu pensava sobre a questão do vestir e desvestir que era como se você tivesse... Era uma coisa que eu acreditava. Não sei se acreditava ou tinha como filosofia. Que você tem várias camadas que você vai tirando, vai se desfazendo até que chega o corpo. Desprovido, talvez, de cultura. (Emilie Sugai, entrevista, 12/08/2021).

É possível verificar, então, que “o pensamento metafórico se organiza a partir de sucessivas e incessantes representações do real e desloca a ação cotidiana para os domínios do simbólico” (KATZ; GREINER, 2012, p. 125). Esse simbólico que se organiza e se materializa nesse processo de vestir e desvestir configura-se como dança, como uma expressividade poética e uma proposição de um sentido.

Isso se complexifica ainda mais quando identificamos que esse vestir e desvestir, na realidade, é o vestir um kimono ou uma roupa mais ocidentalizada (ser japonesa e ser brasileira), chegando à nudez (o ser humano despido de cultura). Logo, sua concepção de identidade, construída em seu espetáculo, indica certa transitoriedade, isto é, uma disponibilidade à mudança, distanciando-se dos sistemas preexistentes de identificação cultural para evidenciar sua singularidade.

7. Considerações finais

Emilie Sugai deu início à construção de *Tabi*, em 1999, por meio da pesquisa intitulada *Metamorfoses do Real*, com apoio da Bolsa Vitae de Artes e orientação de Takao Kusuno. Um importante mobilizador para o estudo desse tema desenvolveu-se por meio das conversas entre Emilie e Takao Kusuno, o qual sempre a lembrava de que possuía ancestrais japoneses e “sangue japonês”, mas com a real intenção de resgate da própria história de cada dançarino, viabilizando testar outras possibilidades corporais. Então, nessa relação de alteridade estabelecida entre Emilie Sugai e Takao Kusuno que o espetáculo foi sendo edificado (GREINER, 2017b).

No início, era uma investigação de dança embasada, sobretudo, a respeito da imigração japonesa no Brasil, como base em uma de suas leituras da obra de Tomoo Handa, *O imigrante japonês*. No entanto, ao longo da pesquisa, perpassa-se por outras fontes de estudo. Inspira-se em uma das palavras prediletas de Matsuo Bashō, *Tabi* (viagem, 旅), e em *Sedas de Ōku*, um de seus relatos de viagem. É nesse sentido que o espetáculo de Emilie possui uma proposta de retratar sua jornada, uma viagem para resgatar o passado e visualizar o futuro. Ademais, ainda lê *País das Neves*, de Yasunari Kawabata, que trata do corpo da mulher japonesa, além de alguns escritos de Motokiyo Zeami sobre o teatro Nō e o ator.

Como a imagem do imigrante japonês evocava para Emilie Sugai a ideia de uma pessoa que se desloca, ela trabalhou uma espécie de caminhada como uma maneira de corporificar esse deslocamento do imigrante. Trata-se de uma forma específica de caminhar que faz alusão ao *suriashi* (uma caminhada própria do teatro Nō). Portanto, Emilie trabalhou, a seu modo, uma forma de andar vagarosa na qual os pés deslizam sobre o chão com os joelhos flexionados, buscando não balançar o quadril para os lados. Toda a base corporal em *Tabi* foi construída nessas caminhadas, tendo como inspiração a imagem do imigrante japonês como aquele que se desloca.

Mas, os pés também possuíam outro significado como aquilo que se nutre da terra e se enraíza. A terra, inclusive, é retratada na cena entre Emilie Sugai e Dorothy Lenner, cuja relação corporal simboliza a relação entre mãe e filha, como um ser que suga a energia materna, em uma relação nada literal.

Além do mais, na construção desse espetáculo, foram feitas outras conexões. Emilie, no sentido de um *reenactment* (LAUNAY, 2019), reativou um trabalho corporal e a pesquisa com as máscaras da época de Takao Kusuno. Acionou-se, portanto, uma linguagem corporal ligada à circularidade da vida e às máscaras (como um resgate – após a viagem a Senegal – do estudo da expressão do rosto no Nō e no Kabuki).

Para empreender o contraste entre o “corpo japonês” e o “corpo brasileiro”, em que o elemento cultural pode sinalizar aquilo que se deseja expressar (GREINER, 2017a), Emilie Sugai atrela alguns figurinos e objetos cênicos (o kimono, a sombrinha, os sapatos e a roupa urbana) à sua pesquisa corporal, como um recurso para manifestar a poética do corpo. Mais do que simples materiais em cena, foi uma estratégia para

mobilizar a criação e ressaltar tanto o aspecto nipônico quanto o aspecto brasileiro do seu corpo.

Por fim, com base na teoria enativa e na teoria das metáforas (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993; LAKOFF; JOHNSON, 1999), podemos compreender que Emilie Sugai organizou um pensamento metafórico a partir da sua materialização, na qual a ação de vestir e desvestir, ponto central da expressividade poética em sua obra, configurou-se não apenas como movimentos corporais, **mas como uma forma de propor outros sentidos identitários**. Isso, porque, o vestir e o desvestir a cultura não dá apenas a possibilidade de apropriar-se, mas principalmente de desapropriar-se dessa carga cultural, oferecendo outra concepção identitária, graças a uma percepção mais transitória e dinâmica de identidade desenvolvida por intermédio de sua pesquisa artística.

Não podemos afirmar, de forma generalizada, que haja uma performance nipo-brasileira com aspectos criativos, coreográficos, cênicos e poéticos semelhantes, em virtude das manifestações artísticas serem diversas e dos processos de criação serem singulares. O que se pode pontuar é que o “corpo japonês” frequentemente repercute no fazer artístico dos dançarinos nipo-brasileiros.

Assim, o aspecto que converge entre os dançarinos nipo-brasileiros, seria o fato de utilizarem-se do recurso artístico – a dança – para colocarem em questão o “corpo japonês” – a identidade nipo-brasileira. Então, quando as questões identitárias e o “corpo japonês” são colocados como uma questão, cada artista aponta diferentes possibilidades.

No caso de Emilie Sugai, no processo de pesquisa para a construção do espetáculo *Tabi*, a dançarina buscou, particularmente, várias fontes de estudos e elementos culturais japoneses como uma forma de resgate de sua ancestralidade e inspiração para a criação artística. Porém, ao invés de afirmar sua identidade japonesa e/ou sua identidade brasileira, criou um sentido identitário dinâmico.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. A. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 66-71, Maio 1983.
- Agencia Estado. A Bolsa Vitae de Artes chega ao fim. **Jornal O Estado de S. Paulo**, seção Cultura, 12 Jun. 2003. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-bolsa-vitae-de-artes-chega-ao-fim,20030612p3305>>. Acesso em: 03 Nov. 2021.
- BAUM, Carlos; KROEFF, Renata F. da S. Enação: conceitos introdutórios e contribuições contemporâneas aos estudos de Francisco Varela. In: MAURENTE, V.; MARASCHIN, C.; BAUM, C. (Orgs.). **Enação: percursos de pesquisa**. Florianópolis: Edições do Bosque/NUPPE/CFC/UFSC, 2019. p. 17-46.
- DOMENICI, Eloisa. A brincadeira como ação cognitiva: metáforas das danças populares e suas cadeias de sentidos. In: KATZ, H.; GREINER, C. (Orgs.). **Arte & cognição: corpomídia, comunicação, política**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 191-236.
- DUARTE, Rosália. Entrevistas em Pesquisas Qualitativas. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, v. 20, n. 24, p. 213-225, 2004.
- GOMES, Romeu et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 185-221.
- GREINER, Christine. O corpo e a cultura. **Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 1, n. 3, p. 25-30, 2000.
- _____. A dança como estratégia evolutiva da comunicação corporal. **Revista Logos**, v. 10, n. 1, p. 48-61, 2003.
- _____. **O corpo em crise: novas pistas e o curto-circuito das representações**. São Paulo: Annablume, 2010.
- _____. **O corpo. Pistas para estudos indisciplinados**. São Paulo: Annablume, 2012.
- _____. **Leituras do corpo no Japão e suas diásporas**. São Paulo: n-1 edições, 2015.
- _____. **Fabulações do corpo japonês e seus microativismos**. São Paulo: n-1 edições, 2017a.
- _____. Em busca de uma metodologia para analisar a alteridade na arte. **Revista Conceição | Conception**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 10-21, Jul./Dez. 2017b.
- _____. Butoh in Brazil: Historical context and political reenactment. In: BAIRD, B.; CANDELARIO, R. (Ed.). **The Routledge Companion to Butoh Performance**. London; New York: Routledge, 2018.
- _____. O corpo e os mapas da alteridade. **Moringa Artes do Espetáculo**, João Pessoa, UFPB, v. 10, n. 2, p. 53-64, Jun./Dez. 2019.
- HANDA, Tomoo. A vida do caipira brasileiro. In: _____. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T. A. QUEIROZ; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987. p. 563-570.

- KATZ, Helena; GREINER, Christine. Por uma teoria do corpomídia. In: GREINER, Christine. **O corpo. Pistas para estudos indisciplinados**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 125-133.
- _____. Apresentação – Em busca de uma epistemologia indisciplinar. In: _____. (Orgs.). **Arte & cognição: corpomídia, comunicação, política**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 07-19.
- LAKOFF, George, JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh, the embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Books, 1999.
- LAUNAY, Isabelle. As danças de depois. **Revista Aspas**, PPGAC – USP, v. 9, n. 1, p. 24-42, 2019.
- LEMINSKI, Paulo. **Matsuó Bashô: a lágrima do peixe**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- _____. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.
- _____. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: II Seminário Internacional de Pesquisas e Estudos Qualitativos. **A pesquisa qualitativa em debate, anais**. São Paulo: Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa; Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2004.
- RIBEIRO, Monica. Cognição e afetividade na experiência do movimento em dança: conhecimentos possíveis. In: KATZ, H.; GREINER, C. (Orgs.). **Arte & cognição: corpomídia, comunicação, política**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 23-75.
- SILVA, Eliana Rodrigues. Olhar dança-teatro: uma proposta em movimento. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisas e Pós-graduação em Artes Cênicas – ABRACE. **Anais – VI Congresso da ABRACE**, UNICAMP, v. 11, n. 1, 2010a. p. 01-05.
- _____. Olhar dança-teatro: uma proposta em movimento In: **Caminhos da Dança-Teatro no Brasil, II Seminário e Mostra de Dança-Teatro**, Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010b. p. 01-10. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/19822127-Olhar-danca-teatro-uma-proposta-em-movimento.html>>. Acesso em: 06 Out. 2020.
- SETENTA, Jussara Sobreira. **O fazer-dizer do corpo: dança e performatividade**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SUGAI, Emilie. **Sobre**. Disponível em: <<https://emiliesugai.com.br/sobre/>>. Acesso em: 01 Ago. 2021.
- VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **The embodied Mind: cognitive science and human experience**. Cambridge/London: MIT Press, 1993.
- VIANNA, Candice Sakamoto S. Um Japão no Brasil: heranças de 100 anos de história. In: Fundação Alexandre de Gusmão. **Ensaio sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira**. Brasília: FUNAG, 2008.

A KATANA: UMA BREVE HISTÓRIA DA ESPADA JAPONESA E SUAS LIGAÇÕES COM O BRASIL

THE KATANA: A BRIEF HISTORY ABOUT THE JAPANESE SWORD AND IT'S LINKS TO BRAZIL

*João Vitor Lopes Cordeiro Perpetuo*¹

RESUMO: A espada japonesa é um símbolo cultural icônico e ainda relevante até os dias de hoje para a comunidade japonesa e seus descendentes pelo mundo, além de inúmeras outras pessoas de alguma maneira tocadas pela cultura e tradições do Japão. É um objeto que já foi o símbolo de uma cultura guerreira que ainda se faz presente pela herança das tradições japonesas que por pouco não se perderam em diversos momentos da história do Japão. Este trabalho busca examinar essa trajetória, conectando-a com a presença da espada na comunidade japonesa no Brasil.

Palavras-chave: Espada; Japão; Kendo; Samurai; Katana.

ABSTRACT: The Japanese sword is an iconic cultural symbol that is still relevant to this day to the Japanese community and it's descendants around the world. It is an object that once was the symbol of a warrior culture that still makes itself present through the heritage of Japanese traditions that were several times on the brink of extinction throughout the history of Japan. This article seeks to look further into the history of this object, particularly its presence in the Japanese community living in Brazil.

Keywords: Sword; Japan; Kendo; Samurai; Katana.

1 Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

1. Introdução

Distintamente um dos símbolos culturais mais icônicos associados com o Japão e sua cultura e tradição, principalmente pelo Ocidente, a espada japonesa é um importante elemento da imagem do povo japonês ao longo de sua existência. O objeto percorreu uma trajetória que o elevou de uma distinta ferramenta de combate ao posto de um verdadeiro estandarte da cultura guerreira dos samurai que por um longo e notável período comandou a nação insular do leste asiático.

Em tempos mais recentes, a espada e a cultura guerreira que representa seriam evocadas como o rosto do exército japonês durante um dos confrontos mais sangrentos da história da humanidade, a Segunda Guerra Mundial, na qual a espada se fez presente, ainda que de maneira limitada.

Mas até chegar a esse ponto, o de ser considerada a “alma do guerreiro” por Tokugawa Iyeasu², a espada japonesa passa por um longo processo de desenvolvimento, que inclui a arte da forja e sua participação como elemento mitológico, até sua adoção como a principal arma dos guerreiros samurai, e até por fim se disseminar pelo mundo na forma das artes marciais, que buscavam preservar o legado da espada e manter viva a tradição japonesa. É nesse último contexto que a espada vai fazer o seu contato com as terras brasileiras durante as migrações na primeira metade do século XX.

Por fim a espada permanece até hoje como um ícone das artes marciais, cinema, mangás e outras exportações culturais japonesas para o resto do mundo, uma maneira de manter viva e passar adiante uma parte da história do povo japonês mesmo em tempos nos quais o país não mais abraça com fervor a sua tradição bélica, em favor da preservação de ideais pacifistas.

O objetivo desse artigo consiste em explorar a trajetória e o desenvolvimento das espadas japonesas ao longo da história do Japão, e depois verificar como esse objeto marcou sua presença na história do território brasileiro.

2. Os primórdios da espada japonesa

A espada japonesa abre seu caminho para se tornar o símbolo do guerreiro japonês após seu papel de destaque nas lutas contra as invasões do exército mongol de Kublai Kahn³ (a primeira delas em 1274 e a subsequente em 1281) durante o período Kamakura (1196 - 1333)⁴, porém muito antes disso, o objeto já ocupava um lugar de destaque na mitologia japonesa. A espada aparece logo no início dos registros japoneses, nos mitos

2 Tokugawa Ieyasu (1543 - 1616) foi o fundador e primeiro xogun da dinastia Tokugawa, que comandou um Japão unificado durante o período Edo (1605 - 1868).

3 Kublai Kahn (1215 - 1294) foi um importante imperador e conquistador mongol, neto do famigerado Genghis Kahn, e que chegou a conquistar a China, estabelecendo a dinastia Yuan.

4 O período Kamakura (1196 - 1333) é caracterizado pelo domínio da classe dos guerreiros e pelo estabelecimento do sistema de governo militar conhecido como “xogunato”, sistema que viria a ser empregado até o século XIX.

fundadores descritos no *Kojiki*⁵. Dentre essas, é notável a chamada “*Ama-no-murakumo-no-tsurugi*”, uma espada lendária supostamente utilizada pelo deus *Susano’o-no-mikoto* após derrotar a serpente *Yamata-no-orochi*, e que “[...] foi entregue aos cuidados da deusa do sol *Ama-Terasu-Ô-Mikami*, que legou a espada para a família imperial japonesa como símbolo de seu poder e suas origens” (KOBAYASHI, 2010, p. 51). Essa espada figura como um dos três tesouros da família imperial japonesa, e representa uma conexão do plano físico aos deuses do Japão.

Um dos objetos de metal mais antigos de que se tem registro no Japão trata-se da chamada *Nanatsusaya-no-tachi*, um presente do reino de *Baekje* (da península coreana) que foi historicamente preservada no santuário *Isonokami* em Nara. O artefato é datado como sendo de 369 d.C. e teria sido um presente para o imperador de Yamato. A espada é fortemente associada à imperatriz Jingu⁶.

As espadas mais antigas descobertas por arqueólogos japoneses datam dos séculos II e V, e apresentam diversas semelhanças com espadas de origem continental (características como dois gumes e possuir a lâmina sem curvatura, ambas características que seriam eventualmente descartadas conforme a espada japonesa ganha características próprias). Os vestígios arqueológicos também apontam um papel cerimonial e religioso para diversas dessas espadas, assim como a *nanatsusaya-no-tachi*, “um objeto cerimonial mais do que uma arma funcional” (TURNBULL, 2010, p.16).



Na foto: uma espada japonesa de dois gumes datada do século V, que evidencia influências continentais no seu design. Foto do acervo do *The Metropolitan Museum of Art*⁷.

5 O *Kojiki* é um conjunto de textos e outros registros históricos e mitológicos do Japão, e está entre os registros mais antigos do povo japonês.

6 TURNBULL, Stephen. *Katana: The Samurai Sword*. pg. 16.

7 Acervo do *The Metropolitan Museum of Art*. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/22090>>. Acesso em 27/04/2022.

A espada japonesa começa a desenvolver suas características mais identificáveis no período Heian (794 - 1118)⁸, que vê o florescimento de diversos artesãos japoneses, sendo que os registros indicam cerca de 450 artesãos no Heian (794 - 1118), número que viria a crescer conforme a espada ganha mais destaque na sociedade japonesa. Esse número cresce para cerca de 1,550 no período Kamakura (1185 - 1333) e chegando a 3,550 no século XV, para atender as demandas do período Sengoku (1467 - 1615)⁹. Antes disso, as espadas de fabricação chinesa e coreana eram as espadas de qualidade às quais o Japão tinha acesso. Com o florescimento da arte da forja no Heian (794 - 1118), são produzidas no período as chamadas *kotô*, as “espadas velhas”, denominação usada para identificar espadas desse período até o século XV.

A técnica da forja de espadas no Japão se desenvolve num estilo tipicamente japonês, sendo uma forma de arte única no país. O processo, que é consolidado no período Kamakura (1185 - 1333), consiste num revestimento de um núcleo “macio” de aço de baixo carbono por uma camada de aço “duro” de alto carbono, depois endurecendo a face onde é aplicado o corte¹⁰. Dessa maneira garante-se uma espada de alta qualidade e resistência mesmo trabalhando com um aço permeado de impurezas. O processo de forja garante à espada japonesa algumas de suas características mais notáveis e consistentes, como a curvatura da lâmina e o padrão *hamon*¹¹, encontrado na lâmina.

Com o final do período Heian (794 - 1118), as espadas japonesas já haviam adquirido suas principais características e com o desenvolvimento dessas lâminas, também surgem no país as escolas de técnicas de combate com espadas.

3. Das invasões mongóis aos Estados Beligerantes: novo papel da espada

As invasões mongóis do século XIII no período Kamakura (1185 - 1333) marcam uma importante mudança no papel da espada japonesa em relação ao arsenal dos guerreiros japoneses. Até então, os guerreiros eram primariamente arqueiros montados, e suas técnicas de combate foram desenvolvidas para servir em combates contra outros desses guerreiros¹². Lanças e arcos eram as armas de destaque e ditavam a dinâmica dos confrontos armados.

Porém a utilização dos barcos pelos mongóis forçou os japoneses a se adaptarem. O combate passou a exigir confrontos mais próximos que favoreceram o uso da espada, a

8 O período Heian (794 - 1118) é caracterizado pela forte influência estrangeira e pelo forte desenvolvimento da cultura da corte.

9 Foi um período marcado pela guerra civil generalizada no território japonês. Termina com a reunificação do país sob o domínio dos Tokugawa.

10 KAPP, Leon. KAPP, Hiroko. YOSHIHARA, Yoshinodo. *The Craft of the Japanese Sword*. pg. 20.

11 Um padrão em formato de ondas.

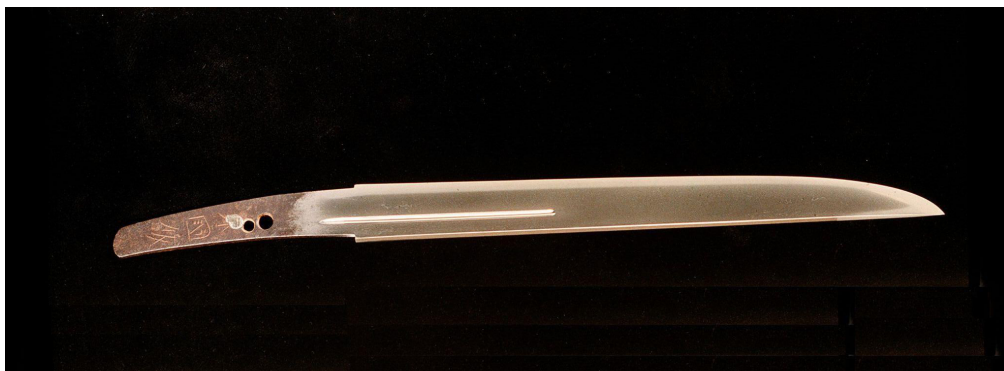
12 TURNBULL, Stephen. *Katana: The Samurai Sword*. pg. 29.

chamada *tachi*¹³, que difere da sua sucessora mais bem conhecida, a *uchigatana*¹⁴ (que é a katana como a conhecemos hoje) por ser maior e ser pendurada na cintura. O encontro com os invasores mongóis também proporciona o ambiente para o desenvolvimento da *tantô*¹⁵, uma espada curta e similar a um punhal, ideal para ser usada em espaços confinados. A *tantô* se destaca também pelo seu uso proeminente no ritual de suicídio dos samurai, realizado tanto por homens quanto por mulheres, o *seppuku*¹⁶.



Na foto: uma *tachi* datada do século XVII, parte do acervo do *National Museum of Scotland*¹⁷.

-
- 13 Espada longa, portada com a lâmina para baixo, se difere da *katana* mais conhecida por ser ligeiramente maior (com a lâmina podendo chegar a 80 centímetros), além de ser mais curvada.
 - 14 Modelo de espada mais conhecido e amplamente adotado, substituindo a *tachi*. É menos curvada, com uma lâmina menor (aproximadamente 70 centímetros).
 - 15 Uma espada curta semelhante a um punhal, com uma lâmina de 15 a 30 centímetros.
 - 16 Suicídio ritualizado praticado pelos samurai, tanto homens quanto mulheres. O *seppuku* podia vir a acontecer por diversos motivos, desde por uma desonra pessoal do samurai, derrota em batalha, punição por crime ou ofensa, ou até mesmo por lealdade a um senhor falecido. Os homens abriam a barriga com as suas lâminas, enquanto as mulheres cortavam a própria garganta.
 - 17 Acervo do National Museum of Scotland. Disponível em: <<https://www.nms.ac.uk/explore-our-collections/collection-search-results/tachi/310187>>. Acesso em 27/04/2022.



Na foto: uma lâmina de *tantô*, datada do século XIV, com 34,6cm de comprimento. Foto do acervo do *The Metropolitan Museum of Art* em Nova Iorque¹⁸.

O período subsequente da história japonesa, o período Muromachi (1336 - 1573)¹⁹ viu o fortalecimento da casta dos guerreiros e o surgimento dos *daimyô*, senhores donos de grandes territórios e sob os quais agiam numerosos grupos de guerreiros armados. É desse período o desenvolvimento da katana na sua forma mais conhecida, a *uchigatana*, que inicialmente surge como uma arma secundária a *tachi*.

A instabilidade do final do período Muromachi (1336 - 1573), que culminou na Guerra de Ônin²⁰ (1467 - 1477) levou o Japão a uma era de conflitos internos sem precedentes pelo território nacional, período famoso da história japonesa conhecido como “*Sengoku Jidai*”, ou “Período dos Estados Beligerantes”, que durou de 1467 até o estabelecimento do período Edo (1603 - 1868) com o xogunato Tokugawa em 1603.

Com o período Sengoku (1467 - 1615) vem duas importantes mudanças para a espada japonesa: a primeira sendo a ampla manufatura de espadas de baixa qualidade, com a finalidade de armar o maior número possível de tropas terrestres para o confronto generalizado dos *Sengoku daimyô*²¹ do país. Isso levou a presença de um número acentuado de fabricantes de espada (conforme citado anteriormente) e também num número acentuado de espadas simples e frágeis, que não atingiam os padrões de qualidade de períodos anteriores. A outra mudança foi uma gradual perda de relevância das formas tradicionais de se fazer a guerra no Japão frente a uma inovação bélica

18 Acervo do The Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/24948>>. Acesso em 27/04/2022.

19 Período onde o poder político estava nas mãos dos xoguns do clã Ashikaga. Uma das características marcantes do período foi a coexistência de duas cortes separadas, Norte e Sul, até 1392.

20 Guerra civil ocorrida no final do Muromachi, na qual ocorreram conflitos armados ao longo do território nacional. A guerra resultou no início do período Sengoku.

21 Grandes senhores de terras do Japão pré-moderno, análogos a senhores feudais.

importada pelos japoneses através de contatos com o Ocidente, principalmente com os Portugueses: as armas de fogo.

A introdução das armas de fogo, que viram grande uso no período na forma do arcabuz (chamada pelos japoneses de *tanegashima*²²), tornou obsoleta a carga de cavalaria largamente empregada pelos guerreiros até então. As armas de fogo foram notavelmente empregadas por Oda Nobunaga²³ (1534 - 1582), que chegou a unificar boa parte do território antes de ser assassinado em 1582. Próximo ao final do período Sengoku (1467 - 1615), há um confisco em massa de todas as espadas dos camponeses pelo governo de Toyotomi Hideyoshi (1537 - 1598) em 1588, no que ficou conhecido como “*katanagari*”, com a finalidade de impedir novas rebeliões que desestabilizaram a recém obtida e custosa estabilidade e unidade territorial.

4. O período Edo e a mistificação das espadas e do guerreiro samurai

Com o fim do período Sengoku (1467 - 1615) e início do período Edo (1603 - 1868)²⁴, o Japão se viu num processo de transição de um período de conflitos incessantes para uma estabilidade sem precedentes no território nacional. E após a consolidação do xogunato de Tokugawa Ieyasu (1543 - 1616), não houveram conflitos em larga escala no Japão até a queda do xogunato e subsequente reabertura do país. Com isso, a casta dominante dos guerreiros samurai se viu sem conflitos para lutar e passou a dedicar muito do seu tempo à filosofia e às artes²⁵. É desse período que surgem as maiores concepções e idealizações a respeito da espada japonesa e do caminho do samurai que sobrevivem até os tempos de hoje.

É atribuída ao próprio Tokugawa Ieyasu uma citação que diz que “a espada é alma do guerreiro” (TURNBULL, 2010, p.4). As espadas do final do período Sengoku (1467 - 1615) e de boa parte do período Edo são conhecidas como *shintô* (literalmente “lâminas novas”) e marcam um retorno ao estado da arte, após o período de decadência na manufatura das espadas no período Sengoku (1467 - 1615). No século XVIII, uma nova era de produção de espadas é batizada de *shinshintô*, num movimento artístico que buscava maior experimentação com a produção de espadas, obtendo resultados variados.

22 Assim nomeadas devido a sua produção inicial na Ilha de Tanegashima, no sul de Kyûshû.

23 Importante daimyô do período Sengoku, notável em seu sucesso no objetivo de conquistar e unificar a maior parte do território japonês. Após seu assassinato, seu sucessor Toyotomi Hideyoshi concluiu o processo e se estabeleceu como regente.

24 O período Edo é caracterizado pela política de isolacionismo do xogunato Tokugawa, que limitou fortemente o contato do Japão com o mundo externo. Nesse período de estabilidade interna, a classe dominante dos guerreiros desenvolveu-se no campo das artes.

25 ROACH, Collin M. Japanese Swords: Cultural Icons of a Nation. pg. 124 - 125.

As espadas do período Edo, que eram majoritariamente ornamentais ou para artes marciais, eram ostensivamente decoradas e de qualidade elevada. Mais do que apenas uma arma, o conjunto da katana e da espada curta, a *wakizashi*, eram um símbolo de status social²⁶, e seu porte passou a ser restrito exclusivamente à classe dos guerreiros samurai, acentuando o domínio destes sobre a sociedade de classes no Japão.



Na foto: duas espadas, uma *katana* (maior) e uma *wakizashi* (menor). Coletivamente, esse conjunto é conhecido como *daishō*²⁷.

Também datam do período importantes manuscritos²⁸ que idealizam o chamado “caminho do guerreiro”, o *bushidō*²⁹. Esses princípios de conduta e idealizações da espada e da vida guerreira, difundidos através do surgimento das escolas de artes marciais (que no futuro viriam a manter viva a cultura da espada) serão retomados mais adiante na primeira metade do século XX, chegando até mesmo a encontrar seu caminho para as terras brasileiras.

O final do período Edo (1603 - 1868) também viria a marcar o começo do fim para os samurai e um período conturbado para as artes que envolviam a produção e o manejo de espadas.

26 O conjunto de ambas as espadas é conhecido como *daishō*.

27 Acervo do The Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/27789>>. Acesso em: 27/04/2022.

28 Por exemplo, o *Hagakure*, livro escrito pelo samurai Yamamoto Tsunemoto.

29 Conjunto de práticas e princípios de conduta para os guerreiros samurai, esse conceito é amplamente difundido durante o período Edo e durante o começo do século XX.

5. A Restauração Meiji e o fim dos samurai

Com a “Restauração Meiji”³⁰, e a subsequente era Meiji (1868 - 1912), e com ela a ocidentalização e rápida industrialização do país, não havia mais espaço para a manutenção das velhas estruturas da época do xogunato Tokugawa. A classe dos samurai sofreu pesadas imposições do novo governo, que eventualmente aboliu a classe inteiramente e proibiu o porte de espadas no país, no decreto conhecido como *Haitôrei*³¹, em 1876. Além disso, a produção de espadas foi limitada para uso cerimonial exclusivo. As espadas produzidas a partir do período Meiji (1868 - 1912) até o fim da Segunda Guerra Mundial são conhecidas como *gendaitô*, que significa “espadas modernas”. Essas espadas foram produzidas sob forte influência de um Japão cada vez mais militarizado. Muitas delas não possuem o *hamon*, e a maioria foram produzidas com aço industrial³².

Houveram fortes reações dos samurai a esse processo, sendo o mais famoso o episódio da rebelião de Satsuma, incidente popularizado no ocidente pelo filme “O Último Samurai”, filme de 2004 dirigido por Edward Zwick, nomeado para quatro Oscars. Esse filme é um bom exemplo do fascínio que a cultura samurai exerce sobre o Ocidente, embora tenha sido criticado pelo uso do elemento narrativo do “salvador branco” na trama.

As artes marciais também sofreram grande perda no período, com apenas uma fração dos numerosos estilos desenvolvidos durante o período Edo (1603 - 1868) sobrevivendo às duras imposições do governo Meiji. A espada desapareceu de diversos setores sociais e as artes ficaram seriamente ameaçadas de extinção, ainda que muitos praticantes achassem maneiras de mantê-las vivas.

A arte da espada ganhou uma sobrevida durante o Meiji devido a sua utilização pelas forças policiais, que ainda viam vantagem no combate corpo-a-corpo, conforme evidenciado por confrontos contra insurgentes durante o processo de ocidentalização (KOBAYASHI, 2010, p. 263). Além do uso oficial, praticantes de diversas artes acharam maneiras de divulgação através de espetáculos como o *kenbu*³³, e através de associações de praticantes de artes marciais como o *Dai Nippon Butokukai*, que “foi a entidade mais relevante para as artes marciais tradicionais japonesas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX” (KOBAYASHI, 2010, p. 273).

30 Nome dado ao processo político promovido pelo imperador Meiji ao tomar o poder. Nesse processo, o país rapidamente adotou modelos políticos, sociais e desenvolvimentistas do Ocidente, resultando em acentuada mudança no estilo de vida japonês.

31 KOBAYASHI, Luiz. Peregrinos do Sol. pp.248.

32 KAPP, Leon. KAPP, Hiroko. YOSHIHARA, Yoshinodo. The Craft of the Japanese Sword. pg. 28.

33 Estilo de dança japonês que envolve o uso de uma espada na sua prática.

6. A espada e o império: o papel da cultura guerreira no século XX

O período Taishô (1912 - 1926)³⁴ e os primeiros anos do período subsequente, o período Shôwa (1926 - 1989)³⁵, viram o ressurgimento da prática de artes marciais e outras expressões culturais envolvendo espadas, devido ao forte projeto militarista do estado japonês, que viu no resgate dos valores e mitos da cultura samurai uma maneira de combater a perda dos valores japoneses frente a forte ocidentalização promovida no período Meiji, uma vez que agora o Japão se encontrava como a principal potência asiática e buscava fazer frente ao domínio das potências do Ocidente na sua esfera de influência na Ásia.

As artes marciais, com destaque para o *kendô*, sucessor do *kenjutsu* do período Edo (1603 - 1868) na forma de um esporte, foi um forte veículo para a promoção dos valores do *bushidô* (código de conduta dos valores dos samurai). Dessa maneira, e principalmente após o começo da Segunda Guerra Mundial, as tradições guerreiras e a prática das artes marciais se tornaram um elemento cultural unificador para o povo japonês, no chamado “*Kokumin Kaibu*, a militarização de todo o povo japonês” (KOBAYASHI, 2010, p. 290), buscando promover em toda a população um sentimento nacionalista e de dever para com o imperador e o país, tal qual ao de um samurai para seu *daimyô*. Ironicamente, pessoas comuns que em tempos anteriores jamais teriam permissão para ter uma espada, agora eram encorajadas a se enxergar como os guerreiros que em tempos anteriores jamais poderiam ser, por um governo que há pouco tempo atrás erradicou esses mesmos guerreiros que agora evocavam para sustentar sua ideologia de estado.

Além de sua implementação em currículos escolares e difusão geral, o *kendô* e a espada tiveram papel de destaque no uso das forças armadas, que como vimos, sempre manteve uma tradição da espada em alguma capacidade. Durante a Segunda Guerra Mundial, o exército manufacturou um tipo de espada conhecida como *guntô*, uma variação da *uchigatana* tradicional e bem estabelecida, feitas em uma variedade de qualidade e material. As primeiras *guntô* eram refeitas a partir de espadas antigas da família de oficiais, porém as mais tardias eram feitas de material reciclado e de qualidade questionável. Era comum que essas espadas fossem portadas cerimonialmente por oficiais do exército e notavelmente foram distribuídas aos pilotos kamikaze quando estes passaram a ser empregados nos estágios finais da guerra.

34 Período breve de reinado do Imperador Taishô, no qual o Japão se envolveu na Primeira Guerra Mundial, no qual o Japão se consolidou como uma grande potência.

35 Período seguinte ao Taishô, no qual o Japão se envolveu na Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, abdicou de suas armas em favor de uma política pacifista, após a derrota para os Estados Unidos em 1945.

7. A espada no pós guerra: conciliando o passado guerreiro e o futuro pacifista

O final da guerra e a subsequente ocupação do Japão pelas forças estadunidenses marcou o início de uma difícil época para as tradições de artes marciais e outras práticas associadas à espada japonesa.

Progressivamente a partir de 1945 e se estendendo até meados do fim da ocupação do Japão, todos os elementos culturais associados com as espadas (devido a sua ampla utilização como propaganda pelo império japonês) caíram na ilegalidade, e seus praticantes tiveram suas licenças cassadas³⁶.

Conforme a ocupação foi dando espaço novamente para a autonomia do povo japonês na década de 50, o banimento sobre as espadas japonesas é levantado em 1953. Isso leva a uma nova onda de fascinação pelas práticas de artes marciais e confecção de espadas japonesas, as denominadas *shinsakutô*, que são produzidas numa variedade de preços e qualidade por ferreiros em todo o Japão³⁷. Segundo Roach, “a ocidentalização e a modernização inesperadamente revitalizaram muitas artes japonesas. Em termos da espada, isso marca uma importante distinção: o nascimento da *shinsakutô*³⁸ (arte da espada moderna)” (ROACH, 2010, p.146).

As artes marciais são revitalizadas nos anos 50, e o *kendô* entra numa fase de expansão e volta a fazer parte da grade curricular de escolas japonesas, onde permanece até os dias de hoje no currículos de educação física e nos clubes de *kendo*³⁹. Também passam a se destacar as praticantes femininas do esporte, anteriormente reservado a homens. Em 1970, é fundada a IKF, a Federação Internacional de Kendô, para coordenar o *kendô* mundial⁴⁰.

8. A espada japonesa e sua presença no Brasil

No Brasil, o contato mais significativo, porém não o único, com a espada japonesa se dá através da prática do *kendô* no país, herança dos imigrantes japoneses que vieram no início do século XX. O *kendô* teria vindo para o país juntamente com a primeira leva de japoneses que desembarcaram em Santos com o *Kasatu Maru* em 1908⁴¹. Além disso, há relatos de que dentro da própria embarcação, houve a realização de um pequeno

36 KOBAYASHI, Luiz. Peregrinos do Sol. pg. 301.

37 KAPP, Leon. KAPP, Hiroko. YOSHIHARA, Yoshinodo. The Craft of the Japanese Sword. pg. 17.

38 Nome usado para designar todas as espadas japonesas produzidas após 1953.

39 CHAMBERS, Fiona C. ALDOUS, David. BRYANT, Anna. Threshold Concepts in Physical Education: A Design Thinking Approach. pg.112.

40 Idem, pg. 308.

41 LOURENÇÃO, Gil. Kendo – O Caminho da Espada como máquina de transporte para um Japão ideal. pg. 3.

torneio do esporte. Segundo Kobayashi, um imigrante de nome Haga Tokutaro, um ex-instrutor de *kendô* da polícia e praticante veterano do esporte no Japão, teria sido o campeão do torneio e teria trago consigo equipamentos para a prática do esporte, sendo o pioneiro do *kendô* na colônia⁴².

As décadas seguintes veriam um crescente interesse nas práticas de alguns esportes de origem japonesa, dentre eles o *kendô*. O Brasil veria se estabelecer em seu território o primeiro *dôjô* de kendo do país em 1926, na cidade de São Paulo, no bairro da Liberdade, e progressivamente outros locais seguiram esse processo. Em 1933, para acompanhar esse crescente interesse, é fundada no país a chamada “Confederação Brasileira de Judô e Kendô” (KOBAYASHI, 2010, p.332).

No entanto, apesar de sua introdução adiantada no processo de estabelecimento da colônia japonesa no Brasil, as artes marciais não gozariam de amplo espaço para o seu desenvolvimento em anos vindouros. Frente a iminência da Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas progressivamente reprimiu diversas manifestações culturais dos japoneses, desde o impedimento do uso da língua japonesa até, claro, a prática pública de artes marciais japonesas no país.

No contexto da guerra, temos um curioso episódio de destaque envolvendo, supostamente, o uso de espadas japonesas no Brasil, pelo grupo *Shindo Renmei*.

9. A *Shindo Renmei* e a comunidade japonesa no Brasil durante a Segunda Guerra

O *Shindo Renmei* era um grupo de japoneses no Brasil que, frente a derrota japonesa no palco do Pacífico durante a capitulação da Segunda Guerra Mundial, se recusaram a aceitar como verdadeiras as notícias de que o país havia se rendido. Os membros do grupo (conhecidos como “*kachigumi*”, que significava “vitoristas”) foram responsáveis por diversas operações dentro da comunidade *nikkei* no país em favor do Japão. Dentre esses atos estão inclusos diversos linchamentos e até mesmo assassinatos de figuras da comunidade que eram considerados traidores.

Nesse contexto, é relevante para este trabalho a existência da concepção de que os *kachigumi* portavam espadas katana e realizavam suas execuções dessa maneira. A descrição dos *kachigumi* feita por Fernando Moraes, no livro *Corações Sujos* publicado em 2000, os caracteriza da seguinte maneira: “[...] se não fossem pelas espadas e bordunas que carregavam, os sete [*kachigumi*] poderiam ser confundidos com agricultores [...]” (MORAES, 2000, p.16).

Porém outras fontes sugerem que a ideia de que os *kachigumi* portavam espadas é uma fabricação. Segundo Tokuti Hidaka⁴³, ex-membro da *Shindo Renmei* condenado como cúmplice em um assassinato pela organização, seu grupo não portava katana.

42 KOBAYASHI, Luiz. *Peregrinos do Sol*. pg.331.

43 Em entrevista para o *Jornal da Cidade* em 2012.

Ainda sim, é relatado que o grupo encorajava suas vítimas a cometer o ritual do *seppuku* (tradicionalmente realizado com uma *tantô* ou com a *wakizashi*). Segundo o próprio Hidaka em entrevista ao *Jornal da Cidade*: “Ele não fez o *harakiri*, por isso executamos. A gente levou espadinha (o tantô, uma espécie de punhal). Ele leu a carta de ponta a ponta, enrolou a carta e disse que não faria o *harakiri*. Kitamura pediu licença e deu o tiro”⁴⁴.

10. Do final da Segunda Guerra aos dias de hoje: a espada japonesa persiste

Com o final da Segunda Guerra Mundial, as restrições aos japoneses foram progressivamente aliviadas, nesse contexto, ainda na década de 40 o Brasil se viu voltando a contar com associações de *Kendô* organizado⁴⁵ e no final da década de 50, o Brasil fundou a “Confederação Brasileira de Judô e Kendô”. A CBK é, segundo seu website, “a única entidade no Brasil filiada à Federação Internacional de Kendô, promovendo a prática do Kendô, Iaidô e Judô no país”, e suas práticas incluem a disseminação e supervisão do *kendô* no Brasil nos moldes a IKF, além da realização de eventos oficiais do esporte⁴⁶.

Desde então, o Brasil se tornou uma frequente e significativa presença no cenário internacional de *kendô*, tendo participado de diversos campeonatos mundiais e chegando a sediar o evento em 2002.

De acordo com um levantamento feito por Gil Lourenção em 2009, o Brasil contava com cerca de 36 academias de *kendô* funcionando no seu território, sendo 22 dessas localizadas apenas no Estado de São Paulo⁴⁷.

Além dos numerosos exemplos de destaque no campo das artes marciais no Brasil, a arte da espada japonesa também se faz presente de uma maneira mais inusitada: através da preservação da arte da forja de katana no Brasil.

Apesar de ser uma arte com 1,200 anos de história e cerca de 200 escolas diferentes de confecção de espadas⁴⁸, ainda é uma visão rara encontrar forjadores reconhecidos longe do Japão. Mas apesar dessa improbabilidade temos esses profissionais em solo brasileiro. Um exemplo de destaque é o do forjador de 62 anos Edson Suemitsu, de Curitiba.

Em uma matéria da redação do UOL no final de 2020, Suemitsu conta um pouco da sua trajetória e do processo que o levou a se tornar um forjador. Segundo Suemitsu,

44 CARVALHO, Diego Avelino de Moraes. O Martírio no Sol Poente. pg. 517.

45 KOBAYASHI, Luiz. Peregrinos do Sol. pg. 338.

46 Informações do site oficial da CBK. Disponível em: <<http://cbkendo.com.br>>. Acesso em 27/04/2022.

47 LOURENÇÃO, Gil. Kendo – O Caminho da Espada como máquina de transporte para um Japão ideal. pg. 8.

48 DEAL, William E. The Handbook Guide to Life in Medieval and Early Modern Japan. pg. 159.

as técnicas que ele utiliza para o processo de criação das katana são uma combinação de antigos conhecimentos adquiridos em livros japoneses e outros são conhecimentos adquiridos diretamente de seu avô, que fabricava ferramentas como foices e lanças. Este avô teria trazido consigo essas técnicas que remetiam desde o século XV, no qual a família de Suemitsu teria atuado desde então como ferreiros. Além do próprio Edson, seu filho Guilherme segue nos seus passos e também está se tornando um forjador de espadas profissional, dando continuidade a tradição no país.

No campo do entretenimento, algumas obras japonesas sobre espadachins se destacam. Desde clássicos como *Rurouni Kenshin*, até, mais recentemente, o sucesso do *mangá* *Demon Slayer*, que segundo uma reportagem da Folha de abril de 2022⁴⁹, é campeão de vendas na categoria de ficção no Brasil. O mangá conta a história de um espadachim caçador de demônios durante a Era Taishô (1912 - 1926).

Conclusões

A katana japonesa é, ainda hoje, uma marca singular da cultura japonesa no mundo como um todo. A influência da espada, de seus portadores, os samurai, e toda a mitologia e simbolismo com estes associados ainda temáticas recorrentes de diversas obras de cinema, literatura, videogames e cultura popular em geral, sejam elas obras de origem japonesa ou não. É inegável o poder de fascínio que a arma continua a exercer sobre os japoneses que carregam o seu legado e sobre todos em volta que admiram a sua história.

No entanto, como mostrado ao longo deste artigo, a espada nada mais é do que uma parte pequena (ainda que singular em seu destaque e mitologização) de um sistema muito maior de dominação da classe guerreira que, em determinado ponto de estabilidade, cultivou um culto à imagem e estética da própria classe, de maneira que a espada foi elevada a um status espiritual de veneração, ainda que tal veneração não fosse necessariamente condizente com a realidade.

Apesar disso, esse culto e desejo de eternizar a cultura guerreira através da preservação do uso da espada foi o que permitiu que diversas técnicas de combate, práticas de artes marciais, e até mesmo as técnicas tipicamente japonesas de forja das espadas sobrevivessem até os dias de hoje em diversos pontos do mundo, nessa pesquisa dando destaque para a sua presença no Brasil, que apesar da adversidade que encontrou no século XX para manter inteiras as práticas culturais dos japoneses no Brasil, a espada conseguiu com sucesso essa preservação, sobrevivendo de forma significativa no campo do esporte e até mesmo no campo da confecção das armas tradicionais.

49 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/04/com-demon-slayer-a-frente-mangas-bombam-em-vendas-no-brasil-e-atraem-editoras.shtml>>. Acesso em 27/04/2022.

Referências

- KOBAYASHI**, Luiz. *Peregrinos do Sol: A Arte da Espada Samurai*. Estação Liberdade: São Paulo, 2010.
- DEAL**, William E. *The Handbook to life in medieval and early modern Japan*. 1º Edição. Facts On File: New York, 2006.
- TURNBULL**, Stephen. *Katana: The Samurai Sword*. 1º Edição. Oxford: Osprey Publishing, 2010.
- KAPP**, Leon. **KAPP**, Hiroko. **YOSHIHARA**, Yoshinodo. *The Craft of the Japanese Sword*. 1º Edição. Kodansha International Ltd.: Tóquio, 1987.
- ROACH**, Collin M. *Japanese Swords: Cultural Icons of a Nation*. 1º Edição. Turtle Publishing: North Clarendon, Vermont, 2010.
- FRIDAY**, Karl. *Once and Future Warriors: The Samurai in Japanese History*. Education About Asia, vol. 10, nº3, 2005.
- FRIDAY**, Karl. *Bushido or Bull? A Medieval Historian's Perspective on the Imperial Army and the Japanese Warrior Tradition*. The History Teacher: vol. 27, nº3, maio de 1994, pg. 339 - 349.
- SILVA**, Carlos Leonardo Bahiense da. *Reinado de Terror: O Fascismo japonês em terras brasileiras - o caso Shindo Renmei*. Boletim do Tempo Presente: nº4, 2013. pg. 1 - 23.
- LOURENÇÃO**, Gil Vicente. *Kendo - O Caminho da Espada como máquina de transporte para um Japão ideal*. UFSCar: junho de 2010.
- KONCHINSKI**, Vinicius. *Em Curitiba, pai e filho preservam legado na forja de espadas de samurai*. TAB UOL, 2021. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/01/em-curitiba-pai-e-filho-preservam-legado-na-forja-das-espadas-de-samurai.htm>>. Acesso em 25/03/2021.
- HOYO**, Neto Del. *O último Tokkotai*. JCNET, 2012. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2012/10/357763-o-ultimo-tokkotai.html>>. Acesso em: 25/03/2022.
- CARVALHO**, Diego Avelino de Moraes. *O Martírio no Sol Poente: das agruras (e) (i) migratórias a formação de milícias ultranacionalistas no contexto do pós-guerra no Brasil - o caso Shindo-Renmei (1868 - 1956)*. UFG: Goiânia, 2017.
- PATTERSON**, William R. *Bushido's Role in the Growth of Pre-World War II Japanese Nationalism*. Journal of Asian Martial Arts: vol. 17, nº3. 2008.
- MARTA**, Felipe Eduardo F.; **FRAGA**, Estefânia Knotz C. *Memórias da Colônia: Sociabilidades, identidade e prática das artes marciais japonesas em São Paulo, na primeira metade do século XX*. Projeto História, São Paulo: nº49, pg. 31 - 60, abril 2014.
- MORAIS**, Fernando. *Corações Sujos*. 1º Edição. Editora Schwartz Ltda.: São Paulo. 2000.
- BENNETT**, Alexander C. *Kendo - The culture of the Sword*. 1º Edição. University of California Press: Oakland, California. 2015.
- CHAMBERS**, Fiona C. **ALDOUS**, David. **BRYANT**, Anna. *Threshold Concepts in Physical Education: A Design Thinking Approach*. Routledge: Nova Iorque, 2021.

WASUREZUNI¹: A VIDA ESTÉTICA NIPO-BRASILEIRA NO JARDIM NAMBA, SÃO PAULO, BRASIL

WASUREZUNI²: JAPANESE-BRAZILIAN AESTHETIC LIFE IN JARDIM NAMBA, SAO PAULO, BRAZIL

Juliana Kase³

Resumo: “A vida estética nipo-brasileira”, que intitula este trabalho, mais do que uma afirmação, carrega um questionamento. O tema da pesquisa é motivado, assim como foi o artista *issei* (primeira geração de japoneses que emigraram para as Américas) Tomoo Handa, pelo desejo de entender como o senso estético/artístico, cultivado no seio da vida cotidiana japonesa, até o período de modernização do Japão, se acomodou à vida nos trópicos brasileiros, dos que para cá vieram em seu processo transcontinental. Mais especificamente, referindo ao tempo presente, esta pesquisa estabelece um diálogo com as gerações atuais de descendentes, fixados no Brasil, em um recorte geográfico, que pode nos contar sobre o processo de assimilação de uma cultura, e sobre os frutos de uma outra nova: nipo-brasileira.

Palavras-chave: história nipo-brasileira; cultura nipo-brasileira; vida estética, arte-vida; conceito de arte; arte japonesa

-
- 1 Em japonês, *wasureru* é o verbo esquecer, *zuni* é posfixo de conotação negativa, *wasurezuni*, sem se esquecer.
 - 2 In Japanese, *wasureru* is the verb to forget, *zuni* is a negative meaning suffix, *wasurezuni*, without forgetting.
 - 3 Juliana Kase é *sansei* (terceira geração de nipo-brasileiros), artista plástica, trabalha em múltiplas linguagens, participa e promove exposições e projetos de arte em espaços institucionais e independentes desde 2003. É mestre pelo Programa de Letras, Linguística e Cultura Japonesa, FFLCH, USP (2019), dirigiu o documentário em longa-metragem *Editor por Editor* (2019), realizou a presente pesquisa com o apoio da bolsa do Centro de Estudos Nipo-brasileiros, em São Paulo, entre março de 2021 e março de 2022.

Abstract: “The Japanese-Brazilian aesthetic life” that entitles this article, more than a statement, it’s a questioning. As it was for the *issei* (first generation of the Japanese that emigrated to the Americas) artist Tomoo Handa, this research is moved by the desire to understand how the aesthetic/artistic sense, cultivated in Japanese everyday life, until Japan’s modernization, found its ways in the tropical Brazilian life. More specifically, referring to the present, the research focuses in a geographical context: the Jardim Namba neighborhood, to establish a dialogue with the descendants living in Brazil that can tell us about the assimilation process of a culture and at the same time, about the emergence of a new one: Japanese-Brazilian.

Keywords: Japanese-Brazilian history; Japanese-Brazilian culture; aesthetic life; art-life; art concept; Japanese art

1. Introdução: a pesquisa

(...) para que não esqueçam que nos bolsos pobres de seus avós vieram também as sementes de um sentimento poético eterno.

Massao Ohno (OHNO, 1980)

Entre os descendentes de japoneses, moradores dos quatro quarteirões, em que se concentra esta pesquisa, na zona oeste do município de São Paulo, não há unanimidade no nome adotado para o bairro⁴. Aproximadamente 16% das pessoas, que colaboraram com este estudo, chamam-no por mais de uma denominação, uma minoria, cerca de 7%, adotam nomes, popularmente, mais conhecidos, como o do distrito, Morumbi, ou da prefeitura regional (subprefeitura) que o administra, Butantã. Os 77% restantes se dividem entre os nomes Caxingui, Vila ou Jardim Progridior e Jardim Namba. O primeiro, oficialmente, corresponde ao bairro situado do outro lado da Av. Prof. Francisco Morato, cujo processo de urbanização ocorreu previamente, além de ter sido caracterizado por uma ocupação de classe média mais abastada; o segundo, o nome mais antigo, refere-se, até hoje, a um bairro mais extenso, delimitado por marcos geográficos e avenidas; e, por fim, Jardim Namba, que consta dos correios e dos documentos de urbanização da prefeitura regional do Butantã, de meados de 1970.

Esta pesquisa optou se referir ao bairro por Jardim Namba, pois a sonoridade japonesa do nome foi uma das razões para o recorte do estudo. O nome, somado à antiga memória de ter crescido na região cumprimentando diversos vizinhos japoneses

4 Segundo o arquiteto e urbanista Higor Moustapha, não há definição técnica para definir um bairro, “são, de certa forma, subjetivos, porque dependem da identificação do habitante”. Cf. QUAIS AS DIFERENÇAS entre uma prefeitura regional, um distrito e um bairro? **32XSP**, 2016. Disponível em: <https://32xsp.org.br/2016/08/12/administrativas-e-ate-subjetivas-entenda-diferenca-entre-subprefeitura-distrito-e-bairro/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

(descendentes)⁵, foram suficientes para contemplar a possibilidade de ter crescido em um bairro que se formou por iniciativa de nipo-brasileiros, como tantas localidades em São Paulo, que anonimamente, não detém título de bairro japonês, como faz a famosa Liberdade. Portanto, parecia relevante a investigação e o registro histórico de um lugar, que nem ao menos tinha a sua gênese associada aos descendentes de japoneses em São Paulo. Algumas das questões que movem este trabalho são: a quantidade de descendentes moradores habitantes da região, quais características diferenciais o Jardim Namba possui, a nipo-brasilidade do bairro expressa por hábitos e se podemos falar sobre vida estética nipo-brasileira.

Além disso, como pesquisadora e artista, defendo que o conhecimento não tema ser o conhecimento de si e dos fatos próximos a si, pois a experiência individual pode ser o fértil ponto de partida de uma série de questionamentos pessoais, inequivocamente, entremeados a uma sociedade e momentos históricos, compostos por tantas outras experiências individuais. Neste percurso, que reúne e articula informações, histórias, depoimentos, cada pesquisador se torna parte do objeto de pesquisa e os resultados pretendemos que sirvam a uma coletividade.

5 A autora voltou a morar no bairro no ano em que começou a desenvolver esta pesquisa, no final de 2020. Havia saído da região em 2010.

Figura 1 – Detalhe do projeto de arruamento e loteamento do Jardim Namba, 1975



Fonte: Arquivo da Secretaria de Obras, Prefeitura Regional do Butantã, 2022.

Diante da decisão de investigar sobre a dimensão estética e artística no cotidiano dos nipodescendentes do Jardim Namba, em que igualmente resido, algumas diretrizes metodológicas foram encaminhadas. Com a delimitação geográfica, se fazia necessário conferir dados históricos, que pudessem demonstrar qual relação existiria entre a gênese do bairro e a instalação de uma população nipo-brasileira. Assim, elaborou-se um questionário que foi aplicado em todas as casas de famílias nipodescendentes moradoras do bairro, construídas, principalmente, a partir de 1975 (início da urbanização) até início dos anos 1980.

Para prosseguir com a pesquisa de campo, aplicação do questionário e coleta de informações dos participantes, submeti o projeto à Plataforma Brasil, sendo aprovado pelo comitê de ética da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. A pesquisa de campo no Jardim Namba foi realizada, então, para averiguar a ocupação atual, tendo como referência o projeto de arruamento e loteamento do bairro, de 1975. Procedi com a verificação da configuração urbana e triagem das casas que eram habitadas por nipodescendentes, de forma a averiguar a aplicabilidade do estudo.

Tabela 1 – Participantes que responderam ao questionário da pesquisa, 2022

nome na pesquisa	idade	geração	issei	ano chegada isseis	provincia
Glaucia	40	sansei	LM: avós	c.1936	LM: avô Fukushima, avô Oita
M.T.K.	71	nissei	pais	1929 sic	LP:Chiba LM:Nagoya (Aichi)
Alaor Tanno	78	nissei	pais	1914	Fukushima
Yukio	72	nissei	pais avósLM	1930 aprox	Koti
Mariana	31	sansei	avós		LP:Koti, LM:Tóquio
J.K.	41	sansei	avós	LM:1930avó,32 LP:	LM:Chiba avó, Aichi LP:Fukushima
Hatsue Shinomura	88	nissei	pais	LP:c.1925	LP:Guifu LM:Fukuoka
Dirce Kimiko Hirata Tanji	76	nissei	pais	LP:1913, LM:1929	Fukuoka
Thais	43	sansei	LM:avós LP:bisavós	bisavós: 1932	Wakayama, Yamaguti
Meg Cruz	64	nissei "ainoko	pai	não sabe	não lembrou
Mieka	99	nissei	pais	antes de 1922	Koochi
Masayuki	75	nissei	avós	1937	LP:Yamagata, LM:Hokaido
Alexandre	47	sansei	avós	LM: 1933 LP:1927	LM: avô Nara, avô Mie LP:Hiroshima
Celso Ioshimoto	67	sansei	avós		Coti
Mitie I.	71	nissei	pais	LP:1932 LM:1928	Wakayama, Yamaguti
H.K.K.	48	sansei	avós	não sabe	Nagoya, Kagawa, Hokkaido, Fukushima
Suely	70	nissei	pai, mãe	LP:1912 LM:1928	Fukuoka
Mario Sato	74	nissei	pai, mãe		Fukushima
Mitie	70	nissei	pai, mãe	não sabe	Gunma Saga
Alice Shizue Yoshiura	65	sansei	avós	LP:1929 LM:1931	LP:Fukuoka LM:Hiroshima
Solon	75	nissei	pai, mãe	LP:1931 LM:1939	LP:Yamanashi LM:Fukuoka
Lira Miura Sato	63	sansei	avós		LP:Okayama avó, LM:Kumamoto
Julia	74	nissei	pai, mãe		Hlogo, Ehime
Dilson Seiji Nakatani	37	sansei	avós		
Leonardo	46	yonsei	bisavós		
Tinae	71	nissei	mãe, avós P	1930	Kumamoto
Fabricao I. Fujisaka	47	sansei	LP: avós		Hiroshima, Fukuoka
Luca Akira Moutinho Fujisaka	24	yonsei	LP: bisavó		Hiroshima
EHK	47	sansei	avós		Hokkaido
H.O.M.	68	nissei	pai, avós LM	LP: c.1931	LP:Miyagui
Fumitake Kishida	83	nissei	pais	1936	Nagano
Jorgi Tatsumi	77	nissei	pai, mãe	LP: déc 20	LP:Osaka Okayama LP: Toquio

LM:lado materno
LP:lado paterno

Fonte: Planilha elaborada pela autora a partir dos dados obtidos no questionário, 2022.

Trinta e três casas foram contatadas e estas responderam como principais fontes de informação para compor o estudo, que privilegiou o testemunho, coletado por meio de respostas quantitativas e qualitativas ao questionário, acrescido de depoimentos orais (histórias narrativas) dos participantes, que demonstraram abertura para tanto, fornecendo informações em adição ao questionário. Três casas correspondem a recusas de participação (sendo que de uma delas, houve contribuição indireta de informações para suas irmãs, moradoras de casas vizinhas), além disso, três casas receberam, mas não retornaram o questionário, ou seja, aproximadamente 18% dos indivíduos, que respondiam pelas casas, não participou. Um ou mais moradores de cada endereço colaboraram, voluntariamente, em um total de 32 questionários respondidos.

As edificações que contam com um caráter de ocupação comercial ou tardias, como as quatro torres de prédios, Residencial Jardim Guedala, com entrada na Rua Dom Armando Lombardi, 390 e a Rua Engenheiro Affonso Bauer, 199, não foram incluídas na aplicação do questionário. Assim, também não o foram, os imóveis comerciais que ocupam a quadra, denominada na planta do projeto de arruamento e loteamento (Figura 1), simplesmente, como Rua 4, atual Av. Jorge João Saad (antiga Av. Antonico).

Tal quadra comercial é separada por uma área de recreio da avenida por onde apressam-se os automóveis, que trafegam entre as movimentadas avenidas da região. Nessa quadra, encontra-se o único ponto comercial gerido por nipodescendente no Jardim Namba: a banca de jornal Morumbi Cultural, administrada pela *nissei* (segunda geração) H.O.M.⁶, 68 anos. Ela e seu marido, são os únicos nipodescendentes moradores da Rua Antônio Bernardes de Oliveira (Rua 3 da Figura 1). Ambos residem neste endereço há 20 anos, mas pretendem mudar-se para o interior de São Paulo em breve⁷.

As construções na Antônio Bernardes, realizadas em sua maioria entre os anos 1980 e 1990, diferem do plano inicial de casas padronizadas em lotes de tamanho idêntico (10m x aprox. 25m). A maioria dos lotes, nesta rua, foi dividido pela metade, para construção de duas casas assobradadas. Tais construções posteriores foram iniciativas de cada proprietário, que se responsabilizou, particularmente, pelo projeto. Portanto, as construções posteriores à 1980 não tem as características arquitetônicas padronizadas das construções de 1975 à 1980 (casa de três quartos, dois banheiros, um lavabo, sala, cozinha, lavanderia, garagem e quintais) projetadas pelo engenheiro Setsuo Segui. É possível ver os padrões das construções de 75 à 80, nas ruas de topografia mais elevada, na Dom Armando Lombardi e na Professor Arnaldo Laurindo (Rua 1 da Figura 1).

No Jardim Namba, atualmente, há ainda sete lotes de terrenos sem construções e uma área verde de 4.503m², onde se encontra o Centro de Educação Infantil Indir São

6 A identificação dos colaboradores da pesquisa, segue a preferência assinalada pelos mesmos no questionário, assim, são chamados apenas pelas iniciais do nome, apenas pelo primeiro nome, ou pelo seu nome completo.

7 As informações relacionadas aos colaboradores, mencionadas no texto, foram fornecidas pelos mesmos, por depoimentos orais espontâneos, troca de mensagens e aplicação oral do questionário, quando solicitado.

Benedito, administrado pela prefeitura, com atividades suspensas desde 2020, em razão da pandemia, ainda permanecendo fechado no primeiro semestre de 2022.

Figura 2 – Ocupação do Jardim Namba, em 2022, com base no plano de loteamento e arruamento de 1975 e na pesquisa de campo



Fonte: Desenho da autora, 2022.

Além de levantar dados sobre história e memória familiar, língua, cultura, atividades cotidianas que gostam de desempenhar, relação com a casa e o bairro, no questionário, havia um item para anexar três fotografias, de antepassados issei. Cerca de 30 fotografias, além de três álbuns foram coletados, duas pessoas preferiram não compartilhar, por privacidade, quatro disseram que as fotos estavam com outros parentes, o mesmo número possui fotografias, mas não selecionou a tempo da pesquisa, e o mesmo número, disse que não possui fotos – uma por motivo de perda, a outra por descarte “com a morte dos que vieram do Japão”, outra não explicou o motivo e por fim, uma outra, que não as têm, “me falta”, diz.

Não apenas fotos antigas dos issei foram recebidas, imagens mais recentes também foram enviadas, bem como, retratos de outros personagens e lugares, além do pedido. Considerei algumas pertinentes para o estudo e as incluí, portanto, o critério de seleção de imagens se expandiu de acordo com o que foi fornecido pelos colaboradores da pesquisa. As imagens fotográficas integram-se a este artigo, cumprindo muito mais que um papel meramente ilustrativo ou subordinado ao conteúdo textual. Elas falam por si e protagonizam informações próprias dos materiais iconográficos, portanto, acrescido das legendas, convidam o leitor à observação e à interpretação.

Figura 3 –Em sentido horário, foto do passaporte de Fumi Mihara (nome de solteira), aos 16 anos de idade, 1929; na segunda foto, sentada, Maria Fumico Hirata (nome de casada) e Miguel Hayashi Hirata (de terno branco), com filhos e sobrinhos, em Bilac, São Paulo, 1939; casal Hirata em passeio em Foz do Iguaçu, nos anos 1970; casal Hirata comemora bodas de ouro, em São Paulo, 1980



Fonte: Composição de fotos realizada pela autora, acervo familiar de Dirce Kimiko Hirata Tanji e Suely.

2. O bairro: Jardim Namba

Figura 4 – Vila Progredior nos anos 1950/55, parte do que se tornou o Jardim Namba



Fonte: Acervo familiar de Jorge Tatsumi, 2022.

Quem avista, em 2022, as ruas do pequeno Jardim Namba, teria dificuldades em imaginar as colinas, com pinheiros, áreas de mata, córregos, poucas casas, porteiras, granjas e plantações, que conformavam a paisagem da região nos anos 1950. Conheceu bem essa realidade, o nissei, Jorji Tatsumi, 77 anos. Desde que nasceu, mora na região, em que sua família se dedicou à agricultura e mais tarde à avicultura. A granja da família, funcionou até 2006, na Rua Lício Martins Rodrigues, dando lugar mais tarde a uma concessionária de carros e atualmente está fechada. Jorji trabalhou na administração e logística do negócio familiar, e também na logística da Cooperativa Agrícola de Cotia (C.A.C.).

Dirce Kimiko Hirata Tanji de 76 anos também cresceu em meio a paisagem de chácaras, muitas delas de imigrantes japoneses. A nissei, de família numerosa, morava, desde 1949, onde hoje se encontra a Rua Clóvis de Oliveira, nas proximidades do Jd. Namba, para onde se mudou mais tarde. Dirce, viúva precocemente, dividiu-se entre três lugares para exercer a profissão de odontologista, um deles foi o C.A.C. Igualmente, seu cunhado, Mario Sato, 74 anos, esposo de sua irmã Suely, 70 anos, atendeu como médico na Cooperativa. Além deles, a avó de Masayuki, 75 anos, desde 1982 no bairro, foi parteira do C.A.C., em meados dos anos 1940.

Jorji Tatsumi conta que seu pai parou de plantar, ao passo que, se acentuava o processo de loteamento e urbanização do entorno. Em dias de chuva, a terra sem amparo das raízes, escorria em barro, descendo sobre as plantações, em direção ao riacho Antonico, que dava nome também à rua, atualmente, chamada Av. Jorge João Saad, que leva ao Estádio do Morumbi, sob a qual o riacho está soterrado. Jorji diz que

significativa aceleração urbanística ocorreu, com o evento da construção do estádio de futebol situado a um quilômetro do Jardim Namba. O Cícero Pompeu de Toledo, nome dado na inauguração de 1960, começou a ser construído sete anos antes, em meio a incrédulas opiniões, que segundo a história relatada no site do São Paulo Futebol Clube, descreviam a região como “no meio do nada” e criticavam “construir um estádio no meio do mato” (SERRA, 2017). O mesmo site descreve a região do outro lado do Rio Pinheiros como “fora da cidade”, portanto, até os anos 1950, toda zona onde se encontra atualmente o Jardim Namba, era considerada uma periferia da cidade, uma zona rural.

Figura 5 – Entorno do estádio do Morumbi, nas décadas de 1950 e 1970



Fonte: Arquivo histórico do São Paulo Futebol Clube, 2017.

Incredulidade semelhante foi direcionada às iniciativas de alguns antepassados dos atuais moradores do bairro. Guardam eles, documentos e recordações dos feitos dos issei de suas famílias, emigrados de diversas partes do Japão, no período pré-Segunda Guerra Mundial. Há issei desde a primeira fase do processo de imigração, de 1912/13, que enfrentaram as maiores dificuldades de adaptação, até imigrantes que chegaram logo antes da entrada do Brasil no conflito armado, em 1941, trazendo a experiência da fome causada pela guerra, a maioria, no entanto, aportou no início de 1930.

Quase todos imigrantes foram enviados em sua chegada para fazendas do interior paulista. Depois de passada uma fase de subsistência inicial, os issei sonharam e concretizaram feitos voltados à comunidade. Para citar alguns exemplos, fornecidos por seus respectivos descendentes, moradores do Jardim Namba, Nelson Yoshiura (1928-1975), sob críticas de delírio absurdo, tendo em vista a pequena cidade, fundou o Bastos Golf Clube; Kanishi (Fujimoto) Suehara, lecionou japonês por alguns anos, foi presidente do nihonjin kai de Promissão e presidiu a organização da festa do Cinquentenário da Imigração Japonesa; Toyotomi Iwasa (1885-1969), segundo relata seu neto Masayuki:

estudava comidas vegetarianas que faziam bem para a saúde e fazia livrinho em japonês que ele mesmo escrevia e distribuía no interior onde viviam os japoneses. Não cobrava nada e o prazer dele era difundir comidas que faziam bem a saúde. Foi entre 1962 a 1969. Era tudo de graça em troca de comida e hospedagem. Fazia palestras em kaikan (associações culturais) do interior. Ele ia de trem sozinho, carregando a sacola com livrinhos pesados. Ele dizia que a colônia precisava se alimentar bem.

Com o avanço do processo de urbanização na região, alguns issei também estavam entre os empreendedores, como a comerciante da Rua Santa Efigênia, Eiko Namba e o fundador da Motoradio, empresa de rádios para automóveis, Hiroshi Urushima. Eiko Namba, era amiga da família Tatsumi, e junto a Urushima, em 1975, teve seu requerimento de licença para arruamento e loteamento deferido pela prefeitura regional do Butantã. Os lotes do segundo proprietário, mais tarde, sob propriedade do banco Itaú, receberam a construção dos edifícios residenciais Jd. Guedala, únicos prédios do Jardim Namba. Na paisagem, já preparadas como terrenos, edificavam-se as primeiras casas, empreendidas pela construtora ISA Consultoria e Planejamento de Imóveis S/C Ltda, uma delas adquirida pela família de Fumitake (Fernando) Kishida, nissei, 82 anos. Reside até hoje com a família, na Rua Lício Marcondes do Amaral, mesma rua onde havia a granja da família Tatsumi, uma das poucas asfaltadas, em 1975.

Os pais de Fernando foram agricultores próximos as atuais ruas Sumidouro e Costa Carvalho, a poucos metros do rio Pinheiros, assim como diversas famílias de japoneses na região. Fernando formou-se em elétrica pela Escola Técnica Getúlio Vargas, mas não gostou de ser subordinado à chefia, optou por trabalhar como comerciante, na peixaria da família, na região do Largo de Pinheiros, que fornecia matéria prima para os restaurantes de culinária japonesa locais. Conta ele, que quando comprou a casa no Jardim Namba, “muita gente veio atrás”, “por amizade mesmo”. Foi através dele que outra moradora atual, Hatsue Shinomura, 88 anos, soube a respeito do Jardim Namba. Era uma rede de contatos que também inclui membros da família Ioshimoto, que residem em diversas casas avizinhas.

Figura 6 – Fumitake (Fernando) Kishida, seu irmão mais velho e sua mãe, na chácara em que residiam no bairro de Pinheiros, São Paulo, c.1945; a casa da família Kishida com plantação de abóboras a frente.



Fonte: Acervo familiar, Fumitake (Fernando) Kishida, 2022.

Conforme, o nissei Solon de 75 anos, morador do bairro, desde os anos 1990, resume, “a concentração de nipo-brasileiros no Jardim Namba deve-se à origem do loteamento: uma chácara, cuja proprietária era a família Namba. A imobiliária responsável era também de origem japonesa. De boca em boca, os patrícios compraram seu lote.” Corroboram com o depoimento, outros moradores, como Alice Shizue Yoshiura, nissei de 65 anos, que está no bairro desde 1974, ela descreve: “meu pai escolheu o City Caxingui e Jd. Namba, por ajuda de imobiliária e de amigos que já moravam neste bairro e nesta rua onde moro hoje.” Vemos, assim, que a ocupação urbana inicial do bairro estava permeada pela convivência social (amizade e parentesco) entre as famílias de imigrantes japoneses. Muitos deles conviveram anteriormente, desde a geração dos issei, principalmente, no bairro de Pinheiros, onde praticaram a agricultura e mais tarde, o comércio.

Três participantes da pesquisa citam a boa vizinhança como motivo de gostar do Jardim Namba. Com exceção de uma resposta, indiferente, todos assinalaram que gostam de morar no bairro. Há muitos moradores aparentados, portanto, há um fluxo natural de visitas entre essas casas. Ao contatar os vizinhos para participar da pesquisa, fui bem recebida, pela maior parte deles. O bairro é provido de serviços, entre

comércio, mercados, farmácias, escolas, etc., tal conveniência é destacada por 50% dos participantes, como fator positivo para morar no bairro. Isso faz com que haja uma locomoção a pé, conseqüentemente, há possibilidade de sociabilização entre vizinhos que se encontram.

O senso de coletividade é questão ressaltada aqui, já que sabemos sobre as diversas iniciativas coletivas praticadas nas fazendas do interior paulistano, para onde foram enviados muitos issei das famílias do Jardim Namba, na sua chegada ao Brasil. Mutirões, kassei (auxílio), trocas de mercadorias, empréstimos na base da confiança, foram comuns para os imigrantes japoneses e seus filhos, em meio a condições materiais difíceis e, possivelmente, devido à cultura de olhar coletivo da sociedade japonesa.

Tais ações coletivas que permeavam a convivência social da comunidade, não se desenvolveram em contexto urbano e foram desaparecendo ao passo da inserção dos nipodescendentes na sociedade brasileira e no capitalismo. Jorji Tatsumi relata que até meados dos anos 1950 havia dois nihongakkos (escolas japonesas) no Caxingui, que não existem mais e kaikans em Taboão da Serra e Campo Limpo.

Handa (1987) observa sobre essas ações coletivas afirmando que:

Fora de uma sociedade como a dos núcleos históricos de colonização—na qual seus membros se ligavam por um forte sentimento solidário, o de estarem todos compartilhando uma mesma condição, num mesmo período, num mesmo lugar — era natural que mesmo entre os imigrantes japoneses o comportamento se transformasse em algo à base do “negócio é negócio”, pois nas cidades, mesmo sendo vizinhos, cada qual tratava da sua própria vida. (HANDA, 1987, p.561)

Cinquenta e três por cento das pessoas que colaboraram com a pesquisa são nissei, na faixa dos 70, 80 anos, 37% são sansei em idades que variam entre 31 e 67 anos, dois yonsei (quarta geração), de 24 e 47 anos e uma pessoa que se auto declara ainoko, termo que no Japão é evitado por ter ganho tom pejorativo, mas que é ressignificado, graciosamente, por Meg Cruz, como filha do amor. No perfil dos moradores participantes há muitos aposentados, dentre eles, dois atendem e promovem encontros de sociabilidade – de jogos de cartas a eventos religiosos, de pescaria a Qi Gong (prática corporal chinesa), jantares a viagens. Além deles, três nissei citam no questionário como atividades preferidas, reunir-se com os amigos. Os demais moradores do bairro, socialmente convivem na esfera intrafamiliar, ou fortuita, com a vizinhança, quando os encontram nas ruas. Há destaque para quantidade de parentes que vivem em casas próximas entre si e há gentileza, principalmente, com os vizinhos nissei, que talvez guardem o gesto amistoso habitual de seus pais.

Yukio Ishimoto, morador do Jardim Namba há, aproximadamente, 30 anos, diz que o bairro “tem tudo perto, mas já foi melhor”, referindo-se à época em que a estação de metrô São Paulo– Morumbi ainda não havia sido inaugurada e as pessoas que circulavam eram conhecidas, não os estranhos que povoam as ruas atualmente.

O metrô foi promessa antiga, Tinae, mudou-se há 40 anos, pois era casada com um dos engenheiros que fazia parte do seu projeto, todos acreditavam que o metrô seria inaugurado sem muito tardar, mas a estação só abriu as portas em 2018.

Antecipando-se às transformações que o transporte trouxe, atendendo a uma população crescente, desde a primeira metade dos anos 1990, as avenidas que circundam o Jardim Namba, receberam abertura de shopping, e subsequentemente, redes de hipermercados, de mais comércios e de restaurantes de comida rápida, e assim, o tráfego de automóveis nas ruas que davam acesso às avenidas, aumentou, bem como os relatos de assaltos às residências, algo que inexistia anteriormente.

Embora cada casa da Rua Dom Armando Lombardi, nos anos 1980, possuísse em sua fachada pelo menos uma árvore, o que tornava as ruas aprazíveis e sombreadas, destas remanescem poucas, como se vê frondosas, preservadas pelo nissei Alaor Tanno, que as encheu de orquídeas, além de recentemente, ter feito uma horta ladeando a calçada da frente de sua casa. O desenvolvimento da infraestrutura trouxe novas configurações, os portões baixos deram lugar a portões altos, muitos dos quais automatizados e com câmeras de vigilância. Esta rua, larga, com acesso direto a avenidas, converte-se, gradualmente, em rua comercial. Metade das casas ocupadas por nipodescendentes, anteriormente, ainda o são. Eram seis casas (além do escritório imobiliário que ocupou a esquina, onde trabalhou o consultor imobiliário Shigeto Sato, que formalizava a venda da construtora ISA). Além das agitações, por conta da Escola Estadual Senador Adolfo Gordo, o maior movimento desta rua era causado, nos 1980, pela feira semanal, onde há, atualmente, um cruzamento de semáforos. No entorno da única área arborizada do bairro, planejada na planta como sistema de recreio (Figura 1), onde costumava funcionar a creche municipal CEI São Benedito, é possível avistar uma diversidade de pássaros, entre eles maritacas festivas, além de gambás, saruês e saguis que acabam buscando os fios de alta tensão, as ruas e as casas do bairro, onde, por vezes, são atropelados ou capturados por animais domésticos, situação que poderia ser evitada pela gestão municipal e manejo cuidadoso da área verde que os contemplese.

As ruas circundantes do Jardim Namba avançam em seu processo de verticalização e adensamento, é possível vislumbrar a conversão do bairro no que está previsto pelo mapa de zoneamento da subprefeitura do Butantã de acordo com os parâmetros do Plano Diretor Estratégico (PDE), do município de São Paulo, ou seja, em decorrência do metrô, a área do Jardim Namba (Figura 7), corresponde à sigla Zona Eixo de Estruturação de Transformação Urbana (ZEU). Parece que a qualidade “tranquila”, que foi mais citada pelos moradores do bairro para descrevê-lo, pode mudar radicalmente. O bairro, que há 60 anos, era considerado periférico, está completamente inserido na malha urbana de São Paulo.

Em seu texto *Senso Estético na Vida dos Imigrantes Japoneses*, de 1988, Tomoo Handa (Utsunomia, 1906 – Atibaia, 1996), deixa um importante testemunho que mostra, primeiramente, qual era a prática e entendimento de arte, há um século atrás, que acompanhou os imigrantes japoneses em sua travessia transoceânica, cujas vivências de formação haviam se dado, em um Japão do período Meiji (1868-1912), Taishō (1912-1926) e início do Showa (1926-1989).

Conforme Handa, “quando imigramos para o Brasil, a modernização (ou a europeização) do Japão mal havia começado (cerca de 40 anos após o seu início, isto é, por volta de 1908), e nessa época a vida rural em geral se conservava integral e tipicamente como era de tradição.” (HANDA et al., 1988, p. 16). Dentro da tradição japonesa, o conceito-prática de arte, difere fundamentalmente do conceito e prática predominantes no Brasil, cujos meios de legitimação, circulação e função, se mostram, fortemente, vinculados à tradição europeia.

A própria citação de Handa, utiliza o termo “vida estética ou artística”, mostrando de antemão, que arte é aquela que é vivenciada, no domínio do cotidiano, o que se confirma nas suas categorias “a” e “b”. Notamos nas categorias um duplo movimento, na primeira, “a”, “o senso estético encontrado no vestuário, na alimentação e na moradia”, o olhar estético/artístico nutre o cotidiano em seus objetos de uso mais banais e indispensáveis; em “b”, “o senso estético representado nas artes incorporadas à vida cotidiana, tais como, o canto, a dança, a música instrumental, a representação teatral, o ikebana, o jardim, o bonsai, o haikai e o tanka”, o olhar estético/artístico está expresso por meio de linguagem simbólica, mas se voltam, igualmente, a inserção no dia a dia.

Assim, como em um círculo, senso estético e vida nutrem-se, de forma dinâmica. Conforme sintetiza o artista, que imigrou em 1961 para o Brasil, Kazuo Wakabayashi (Kobe, 1931 – São Paulo, 2021), “o artista precisa viver”. Em qualquer uma das categorias, descritas por Handa, a vida é inalienável à arte e a arte à vida, uma nutre e objetiva o melhoramento da outra, por isso, quando emprego o termo arte-vida, refiro-me a esta tradição oriental, da qual o Japão faz parte.

Algumas destas expressões estéticas/artísticas, habitantes da vida diária no oriente, ficam excluídas da categoria artística no conceito europeu de arte, como os arranjos florais, os jardins, a cerâmica, os livros, etc. Na cultura ocidental moderna a categoria artística está atrelada, tradicionalmente, ao modo expositivo, que no passado era ambientado no contexto aristocrático e mais tarde burguês. Paralelamente, conforme as campanhas militares europeias, se expandiram sobre povos de outras bases culturais, como as de Napoleão Bonaparte, no século XVIII, houve saque e o acúmulo de objetos de outras partes, que geraram a construção de lugares para abrigá-los, mais tarde, tornando-se acessíveis ao público maravilhado. Assim:

Os museus foram criados na Europa praticamente dois séculos antes do Japão; tais espaços públicos, até em Tóquio e Quioto, não existiam até o fim do século XIX. (...) muito da arte criada até então, nunca foi destinada a ser vista ou apreciada pelo que agora nós chamamos

de público geral, que não existiu até passadas várias décadas do período Meiji, que começou em 1868. (RIMER, 2003, p. XVIII)

A tradição europeia cultivou em sua base, a ambivalência aristotélica entre práxis e poiesis, a diferenciação da faculdade de resolver problemas e da manualidade, da faculdade poética e teórica, o que fundamentou a criação de categorias artísticas bastante distintas. Com este entendimento, a arte de função contemplativa sempre se encontra sob denominação diferencial, sem predicativos, das que possuem traço manual marcante ou de uso no cotidiano, sendo estes categorizados como artesanato, artes e ofícios, artes aplicadas, arte popular, design, etc. Estes objetos multifuncionais (que possuem função estética e função utilitária) chegam até a ser considerados peças de museu, conforme adquirem valor histórico, porém, não se equiparam ao valor conferido a categorias exclusivamente contemplativas, como é o caso da pintura ou da escultura, por exemplo.

A dicotomia práxis, poiesis não pertencia à cultura japonesa, a função prática, não era entendida como um impedimento à sua condição artística, sendo mérito, na realidade, a inserção do belo no cotidiano, já que fundamentalmente, está ligada aos princípios do Taoísmo, de Lao Zi (c.600a.C.–500a.C.). O entendimento divergente sobre o papel que a arte deve ocupar na vida das pessoas, no oriente e no ocidente, faz com que no primeiro, seja possível às pessoas ordinárias o exercício estético/artístico, enquanto no segundo, a atividade esteja relegada a alguns especialistas ou profissionais, os artistas.

No Japão, conforme as linguagens artísticas citadas por Handa na categoria “b”, vemos o princípio das artes Dō, 道, caminho, cujos preceitos não se baseiam na expressão do indivíduo, ou na afirmação de sua singularidade ou novidade, mas na cópia de modelos antigos para apreensão e desenvolvimento da vida presente. Até, atualmente, visitando o Japão, é possível observar que há atenção ao organizar e significar o cotidiano, mesmo nos estabelecimentos mais comuns, ou na apresentação dos alimentos, etc. O senso estético é amplamente exercido.

“O senso estético japonês, especialmente aquele que constitui a tradição viva dentro da vida cotidiana da população, não pode quase nunca ser dissociado da vida que se leva no Japão.” (HANDA et al., 1988, p. 14). Por este motivo, o Brasil, com outra base sociocultural, outra língua, outro clima, se apresentou difícil aos imigrantes, do período Meiji, Taishō e Showa. Handa, imigrante, aportado em 1917, constata, “devido ao impacto do novo modo de vida brasileiro, nossa vida ficou toda desorganizada, num grau inimaginável aos meros observadores. (HANDA et al., 1988, p. 16).

Figura 8 – Obasan (tia, possível parente da família Ishimoto) e gaijin (literalmente, estrangeiro, aqui para se referir a não orientais), nas proximidades do Rio Ribeira, Iguape, década de 1940.



Fonte: Acervo familiar, Yukio Ishimoto, 2022.

4. Os moradores do Jardim Namba

A diferença entre o modo de vida dos japoneses que, emigraram ao Brasil, e o modo de vida local, principalmente, no início do processo de imigração (desde 1908), certamente, significou um choque. Conforme estruturaram-se, eles conseguiram amenizar algumas dificuldades da vida cotidiana, onde podiam exercer alguns costumes e preferências, porém, a seleção do que foi descartado ou desenvolvido localmente se balizava bastante pelo olhar dos moradores imigrados há mais tempo, os ditos brasileiros.

Chamados de inassimiláveis por estes, pelas diferenças fenotípicas e culturais, os imigrantes japoneses se preocupavam em não se tornar alvo de chacota e crítica. Para tanto, omitiram diversas formas de expressão, como o canto (HANDA *et al.*, 1988, p. 10), o carregar crianças nas costas, o amamentar sem pudor, a posição que lhes era natural, de cócoras (HANDA, 1987, p. 296). Assim, passaram por um cerceamento do próprio corpo. Pelo depoimento espontâneo de muitos *nissei*, outro momento posterior, bastante dificultoso, foi o período da Segunda Guerra Mundial e os anos subsequentes.

Figura 9 – Quitanda da família Ishimoto, na Rua Augusta, São Paulo, outubro de 1939. Da esquerda para direita, Otōsan (pai de Kiyomi), Takanori, Kiyomi (pai de Yukio), Emiko (mãe de Yukio), Kayako (bebê), Yoshimo, Michiko (bebê), Okāsan (mãe de Kiyomi), Obāsan (tia de Kiyomi), Hiroko (bebê), Ojīsan (tio de Kiyomi).



Fonte: Álbum de Kiyomi e Emiko Ishimoto, acervo familiar, Yukio Ishimoto, 2022.

Morador do Jardim Namba, desde 1992, Yukio, nascido em 1949, cujo pai issei, Kiyomi, havia bem se estabelecido com sua quitanda, aberta em 1938, no bairro da elite paulistana, Cerqueira César, recorda de uma memória de menino, “Após a Segunda Guerra, vizinhos da família (não japoneses), pediam e até gritavam para não falar em japonês.” Tratou de não aprender a língua japonesa. No bairro do Jabaquara, por volta de 1944, o avô de Masayuki, foi preso três vezes “porque falou em japonês em público”, e ele também relata a sua experiência, “quando eu ia comprar pão as mulheres brasileiras

me xingavam para ir embora do Brasil por eu ser japonês. Imagine com cinco anos não sabia destas coisas!!!”.

Mesmo entre vizinhança japonesa, em Pinheiros, Fumitake (Fernando) Kishida, conta que o pai foi preso, pelo mesmo motivo. A tensão nas relações civis, decorrente da política de Estado, que já havia encerrado as atividades dos veículos de comunicação nacionais em japonês e das escolas levantadas pelas colônias dos imigrantes, não se restringia à cidade de São Paulo. Em Londrina, onde havia muitos nipodescendentes, meu avô, Tomoo Kase, foi abordado por um policial, conterrâneo japonês, aproximadamente em 1942, comentando sobre o clima: “ii tenki desu ne” (está um dia bonito, não é?), ao que respondeu, “unn, ii tenki desu” (sim, um dia bonito), sendo levado à delegacia, por esse episódio (por falar em japonês), para passar a noite.

Essas memórias familiares nos mostram que a situação social, econômica, geográfica e até étnica, em períodos de confrontos armados, são substituídas por outra ordem, para além da moral, instalando-se, dessa maneira, uma situação conflituosa que perdura por vários anos consecuentes, pois foi sentida também pelos que nasceram no período pós-guerra.

Assim, nestes meados de século XX, houve no Brasil, pelo menos, uma década de repúdio a qualquer aspecto japonês, que marcou os rumos da cultura e da identidade nipo-brasileira, a saber, um afastamento coagido da língua japonesa (já enriquecida por características linguísticas locais) e a preocupação de tornar-se brasileiro, como mostra o contundente depoimento de Massaru Arrita, no vídeo documental dirigido por David Leal, Perigo Amarelo.

Levantei que, entre os moradores do Jardim Namba que responderam ao questionário, 14 de 32 pessoas, ou seja, 43%, não utilizam a língua japonesa para se comunicar em casa; o mesmo número, 43%, utiliza algumas palavras e frases apenas; uma, utiliza ocasionalmente no trabalho, mas muito pouco em casa; e três nissei, menos de 10%, utilizam a língua japonesa no cotidiano – Mieka, 100 anos de idade, que quando jovem retornou ao Japão; Hatsue Shinomura, 88 anos, cujo marido é japonês originário de Hokkaido; e Solon, 75 anos, que morou no Japão por quase 10 anos e foi responsável pelo mercado oriental na empresa brasileira em que trabalhou. Vemos que uma exceção pode manter a língua dos seus pais. Uma característica da cultura nipo-brasileira surge: apesar da aparência fenotípica japonesa, preponderantemente, falamos em português.

Perguntados a respeito da identidade, oferecemos destacar uma entre três opções: japonês, brasileiro, nipo-brasileiro. 26, de 32, ou seja, 80%, escolheram nipo-brasileiro; um, selecionou japonês, não sabendo explicar o motivo; e cinco, destacaram a opção brasileiro, dentre os quais, dois são nissei, cujos relatos do período expandido de guerra foram mencionados anteriormente.

A convivência com aspectos culturais híbridos, entre a brasileira e a japonesa, sem, no entanto, sê-los à sua semelhança, podem ser vistos na alimentação, nos objetos pertencentes à esfera doméstica, nas atividades realizadas no tempo livre. Podemos destacar que as últimas e o âmbito doméstico são consideradas importantes para a

pesquisa, pois a existência de um senso estético, que permeia o cotidiano, assim como foi costume do modo de vida do japonês comum, é o foco, como apontamos anteriormente. Não estamos lidando, portanto, com pessoas que optaram pela atividade artística como profissão, como alguns imigrantes e descendentes o fizeram. Primeiramente, tentamos elencar o que há de específico na cultura nipo-brasileira do Jardim Namba, através de perguntas relacionadas a cultura material e aos hábitos e atividades desempenhadas no tempo livre, posteriormente, tentaremos refletir sobre a possibilidade de associar estas questões a um senso estético.

5. Vida dos moradores do Jardim Namba

5.1 Alimentação

Quase 100% dos participantes possuem uma alimentação a que chamam de nipo-brasileira. Ela inclui, tanto elementos da culinária brasileira, como feijão, feijoada e carnes, embora estes em quantidades reduzidas, ao mesmo tempo que inclui muitos elementos da alimentação japonesa, obviamente, com particularidades de preparo locais, como os citados: *gohan* (arroz japonês), *missoshiro* (sopa a base de pasta de soja), *tsukemono* (conserva de legumes), bastante consumo de legumes e verduras, *karê* (*curry* ao modo japonês), temperos japoneses (*hondashi*, *sakê*, açúcar, *shoyu*), *tofu*, cozidos japoneses, peixes e doces japoneses.

5.2 Objetos específicos

A pergunta era: “você considera que há em sua casa objetos que não haveria na casa de pessoas sem ascendência japonesa?” A que, aproximadamente, 20% (sete pessoas) responderam não. Dentre os 80% restantes, pedimos para elencar e explicar a significância dos objetos diferenciais. Quinze pessoas mencionam utensílios de cozinha e cerâmica; nove dizem ter objetos decorativos na casa associados à cultura japonesa, que para um não tem significado, para outros evocam memórias afetivas, emoções, saudades; quatro pessoas mencionam ter *hotokessama* ou *butsudan* (pequeno altar em memória aos antepassados e/ou divindades); e, finalmente, três mencionam ter móveis ou *futon* (coberta japonesa). A *nissei* Julia, 47 anos, diz possuir um “oratório com fotos de familiares já falecidos, (o que) significa respeito e reverência.” A *nissei* H.O.M. diz que no espaço em que guarda as fotos de seus antepassados, faz suas orações matinais, é um espaço íntimo.

Segundo Romer (2012) sobre os hábitos japoneses, “a veneração aos ancestrais está profundamente enraizada na história e cultura japonesas, e não é surpreendente que os rituais domésticos associados a esses sistemas de crenças continuem prevalecendo no Japão contemporâneo” (ROEMER, 2012, p. 34). Observamos que algo desta tradição tenha perdurado no Brasil.

5.3 Espaço que mais gosta da casa e o por quê

Em resposta de campo dissertativo, nem todos explicaram o motivo de gostar de determinado lugar, nove pessoas escolheram a sala, por causa da convivência familiar ou para estudar, ler, ver televisão, trabalhar ou acessar internet; oito elegeram o jardim ou quintal; seis, o quarto, pois aí descansam, lêem, assistem filmes, têm privacidade; e três preferem a cozinha, pelo convívio ou porque gostam de cozinhar. Podemos notar que as preferências de habitação dos nipo-brasileiros incluem tanto um apreço pelo convívio com outras pessoas da casa, quanto pela necessidade de ficar só.

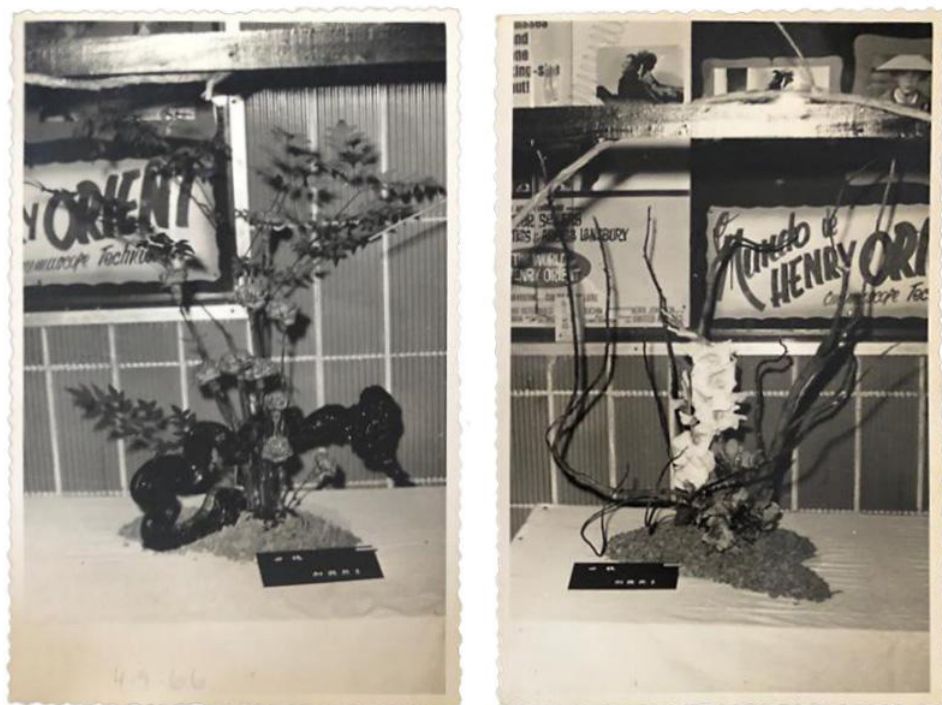
5.4 Atividades que gosta de fazer rotineiramente

Nesta pergunta de resposta aberta, diversas atividades cotidianas de predileção são mencionadas, porém, somam, significativamente, mais do que outras, a jardinagem ou cuidar das plantas, subtotal de 10 menções; e fazer algum tipo de atividade física, 17 menções, agrupando todos os esportes, ginásticas e condicionamentos físicos, além de caminhadas. Atividades como ler, assistir tv, filmes, séries, viajar, ver amigos, cozinhar, orar ou meditar, são mencionadas, em média, por quatro pessoas. Outras atividades menos frequentes, são citadas por uma ou duas pessoas, como cuidar da casa, costurar, dançar, cantar. O trabalho também aparece como atividade a que se dedicam com gosto os nipo-brasileiros do Jardim Namba, seis o citam, podendo haver uma característica interessante desta cultura, a indistinção entre trabalho e lazer. O nissei, M.T.K., 71 anos, declara, “Um princípio dos meus pais, estudar e ter profissão com humildade, honestidade e dignidade. Este foi o legado e herança que recebi dos meus pais”. Notamos também que as atividades mais apreciadas – cuidar das plantas e exercícios físicos – ocorrem em espaços abertos, não dentro da casa.

5.5 Atividades relacionadas à cultura japonesa

Este tópico se refere às categorias “b” de Tomoo Handa (HANDA *et al.*, 1988, p. 12), relacionadas à vida estética, mencionadas anteriormente. Foram listadas em forma de opções de múltipla escolha, as seguintes atividades: *ikebana*, *chanoyu* (cerimônia de chá), haikai, *shodô*, jardinagem, artes marciais, música, atividade autoral que se relaciona com a cultura japonesa, ou outra. O resultado, disparadamente, aponta para a atividade predileta pela maioria: a jardinagem, totalizando doze pontos; seguido por música japonesa, seis pontos; gastronomia e artes marciais pontuou dois cada; haikai, atividade autoral, *chanoyu*, resultaram em um cada; e além destes, quatro pessoas dizem ter feito alguma das atividades listadas no passado, porém, não atualmente.

Figura 10 – ikebana com pedriscos no lugar de vaso cerâmico, cobrem vidro baixo com kenzan (base de espetos de metal) e flores (azaleia, rosa), galhos e troncos, coletados do próprio quintal de Maria Teruco Kase, autora, exposição em hall de shopping após curso, Londrina, 1966



Fonte: Acervo familiar, Juliana Kase, 2022.

Considerações a respeito da parte V: Jardins

Muitos dos jardins públicos de inspiração japonesa realizados no Brasil, existem em razão de datas comemorativas a partir de iniciativas políticas locais ou diplomáticas. Handa os criticava pois conforme ele: “o que neles se encontra não passa de cópia de arte japonesa, jamais uma grande obra de arte e, muito menos, algo que transmitisse a sensibilidade ou a ideia do Japão.” (HANDA et al., 1988, p. 36). A afirmação se reitera pelo estudioso de jardins japoneses, norte-americano, David Slawson (1941-2021), para ele, a cópia da aparência, através do uso de estereótipos e de materiais sem consideração pelo entorno ou pelo sentido do jardim, seria “uma interpretação literal da tradição – o caminho inferior (tradução da autora).” (SLAWSON, 2001). Segundo o mesmo autor:

O segundo (caminho), mais elevado, para a autenticidade, segue uma abordagem metafórica da tradição. Aqui, a inspiração para o projeto vem de dentro – dos desejos e da cultura de quem vai usar o jardim, do local e seus arredores (incluindo a paisagem regional) e dos materiais disponíveis localmente. Enquanto aqueles com uma compreensão superficial da tradição tendem a aderir mais rigidamente à convenção, aqueles com uma compreensão mais profunda são livres para responder à situação e, ao fazê-lo, rompem com o precedente. Meu professor, Kinsaku Nakane, colocou desta forma: “O design do jardim japonês é totalmente livre.” David Engel, que foi aprendiz de Tansai Sano em Kyoto na década de 1950, lembra a insistência frequente de seu professor de que “sinto-me livre ao projetar jardins. ‘Não se deixe reprimir por ideias e práticas esgotadas e desgastadas’, dizia ele”. (SLAWSON, 2001)

Assim, a aparência dos jardins da população colaboradora da pesquisa, não guarda semelhança formal aos niwa (jardins) japoneses, nem pretendem ter. Não estamos tratando de jardins públicos, nem de projetos paisagísticos, mas de quintais, espaços domésticos, que ocupam as frentes e os fundos das casas. Sem serem feitos para o olhar do outro, senão para a sua própria vontade contemplativa e uso, a atividade expressa o que lhes passa internamente, seu gosto, seu olhar estético. Não há como evitar que as conformações dos jardins sejam resultantes de sua experiência de vida, e portanto, sejam reflexos legítimos da história dos nipo-brasileiros no Brasil.

Quando olhamos para os issei, encontramos a experiência de enormes contrastes culturais, decorrentes da urgência de agir para sobreviver materialmente, sem tempo e condições de observar ou escolher, baseando-se em questões de ética, razão, estética, gosto. Em meio ao estranho ambiente em que se encontraram, a necessidade de subsistir e a ignorância frente à natureza dos trópicos levou à cópia impensada de ações dos seus conviventes. Os imigrantes japoneses agiram como os colonos europeus, e seus empregados caipiras e caboclos, mesmo que isso pudesse não lhes corresponder.

Figura 11 – Queimada após desmatamento, s.d.



Fonte: O imigrante japonês, 1987, de Tomoo Handa, pág. 223.

Para um povo que amava as plantas, “como toda a redondeza era utilizada como pasto, não se podia sequer plantar flores para distração. E os japoneses amam a vegetação, mais que aos animais.” (HANDA, 1987, p. 206), mas não conseguia entender o que tinha a sua frente ““inferno verde” é um termo perfeitamente adequado para descrever uma região de mata virgem, nunca antes desbravada pelo homem.” (HANDA, 1987, p. 213), surge a contradição, neste processo de assimilação.

Passada a urgência material, para os descendentes desta geração que viveu paradoxos intensos, após nossos pais e avós terem sido “escravos assalariados” (HANDA, p.133, 1987), temos a possibilidade de fazer o que a primeira geração estava impossibilitada de fazer: sermos livres e agirmos de acordo com nosso mundo interior. Os jardins e plantas cultivadas pelos moradores do Jardim Namba, mostram variedade, contrastes, contradições, hibridismos, vão de momiji (*Acer palmatum*) trazido do Japão, a matsu (pinheiro) de plástico, abundantes nantem (*Nandina domestica*, oriunda do leste asiático), alimentícios não convencionais no Brasil como shissō (*Perilla frutescens* (L.) Britton) e convencionais como couve (*Brassica oleracea*).

De maneira bem particular, cumprem os quesitos de bom jardim de Slawson “um bom jardim resulta quando o designer está sintonizado com três fontes essenciais de informação e inspiração: as necessidades e desejos das pessoas para quem o jardim está sendo criado, a natureza do local e da paisagem circundante e a natureza dos materiais

disponíveis localmente” (SLAWSON, 2001). Os jardins do Jardim Namba, atendem a demandas pessoais de quem os criam, refletem a cidade de São Paulo, havendo muitos vasos que contém espécies variadas, cada uma delas, ligada a uma história própria.

Imagem 12 – Rua do Jardim Namba, 2022.



Fonte: Foto da autora, 2022.

Considerações finais

*Vapor no vidro
Reflexo duma mente
Destino fosco*

Luca Akira Moutinho Fujisaka,
yonsei, 24 anos, morador do Jd. Namba

Sobre o aspecto estético/artístico no processo de assimilação dos japoneses no Brasil, Tomoo Handa diz, “o passado de nossas vidas no concernente ao senso artístico, é a história do fracasso. Mas acredito que a vida cultural do imigrante japonês só teria sido possível depois de passar por essa derrota”. Evidentemente, para Handa, com sua sensibilidade artística e referenciais do Japão do período Meiji, tal sentimento de perda parece inevitável.

Todavia, visto que o Japão, também seguiu seu curso de mudanças culturais ao longo do século XX, principalmente, no recomeço do sistema imperial e após a derrota na Segunda Guerra Mundial, a dimensão estética, nomeada por Handa, distanciou-se do cotidiano, até para os que lá permaneceram, dando lugar a influências de outras culturas, conforme eram entendidas localmente. Sobre o primeiro momento histórico moderno, Meiji, o desenvolvedor da prática seítai-ho, voltada para a qualidade de vida e saúde, Haruchika Noguchi (1911-1976), diz:

O controle de informação governamental também ocorreu junto ao novo sistema educacional, estabelecido em 1872. Com seu currículo construído inteiramente sobre teorias ocidentais, o sistema de educação se tornou um baluarte do processo de ocidentalização. O sistema educacional tendencioso, que de novo, glorifica os estudos ocidentais, levaria o intelecto e a sensibilidade dos japoneses rumo a ignorância e desdém de sua própria cultura tradicional.

Até certas disciplinas como a arte, a música e a educação física, foram designadas para cultivar a sensibilidade estética dos estudantes – sem mencionar as disciplinas mais gerais – foram fundamentais para o desmantelamento da cultura tradicional, estimulando o processo de ocidentalização. (NOGUCHI, 2004, p. 10)

Portanto, houve mudança no modo de vida dos japoneses, tanto para os que se deslocaram geograficamente, quanto para os que se mantiveram nas ilhas, em momentos diversos da primeira metade do século XX. As alterações radicais no *modus vivendi*, em um curto período, inevitavelmente, mudaram o exercício do mundo sensível por meio do senso estético e artístico e também mudaram a sua participação no espaço doméstico, sendo substituídos por outros objetos, produtos da indústria. Passados os momentos mais graves de dificuldades materiais, há espaço para cuidar da dimensão estética, porém, partindo das memórias dos eventos aqui vividos, onde não é possível execrar o que pode parecer de mal gosto.

Não enalteçamos o que já é formatado como bom gosto, pois podemos estereotipar a tradição, deixar de reconhecer outras formas de expressão, ou mesmo não reconhecer os fatos do processo de assimilação, como diz o ainu (povo originário que ocupava o norte da ilha de Honshū e a ilha de Hokaido), Kitahara Jirōta Mokottunas: “alguns dizem que a identidade é construída pelo conhecimento da cultura tradicional, mas eu não me tornei num ainu por aprender a língua. Eu era um ainu por não saber de nada.”

O estado da vida estética é incerto, o que podemos observar é que a prerrogativa para a exercer existe, para ir além do exclusivamente utilitário e o exclusivamente contemplativo. Levando em consideração a afirmação do poeta-editor nissei Massao Ohno (1936-2010), as sementes do sentimento poético são eternas, então, podemos esperar que germinem, de acordo com as condições da época.

Sob o nome, o asfalto, os jardins bem cuidados e os rostos orientais que ainda saúdam vizinhos, senti enterrada uma história nipo-brasileira, da qual faço parte, a qual dediquei-me a investigar e registrar. Os movimentos passados nos fizeram chegar ao momento atual. No caso da história nipo-brasileira, tais movimentos têm início desde o mar navegado pelos imigrantes até seus filhos, netos e bisnetos. Com o olhar voltado a saber como outros nipodescendentes vivem no presente a sua vida estética, tão primordial para a cultura dos nossos antepassados, podemos, talvez, pensar para onde ela caminha.

Participaram desta pesquisa os moradores do Jardim Namba em 2022: Jorji Tatsumi, Dirce Kimiko Hirata Tanji, Suely, Hatsue Shinomura, Fumitake (Fernando) Kishida, Yukio, Masayuki, Tinae, Luca Akira Moutinho Fujisaka, Alaor Tanno, Juliana Kase, Meg Cruz, Mariana, Mario Sato, Thais, Mieka, Alexandre, Celso Ioshimoto, Mitie I., Alice Shizue Yoshiura, Mitie, Solon, Lira Miura Sato, Julia, Dilson Seiji Nakatani, Leonardo, Fabricio I. Fujisaka, E.H.K., H.O.M., Glauca, M.T.K.

Referências

- EDITOR por Editor. Direção: Juliana Kase. São Paulo: Wasurezuni, 2019. 1 vídeo (75 min), documentário, HD, cor.
- GESTÃO urbana SP. Arquivos do Zoneamento. Prefeitura de São Paulo. Disponível em <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/zoneamento/arquivos/>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- HANDA, Tomoo et al. Senso estético na vida dos imigrantes japoneses. In: BARDI, P. M (org.). *Vida e Arte dos Japoneses no Brasil*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubrian, 1988.
- HANDA, Tomoo. *O Imigrante Japonês: História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
- JOZUKA, Emiko; JONES, Jones. Hafus estão em alta no Japão, mas mestiços dizem se sentir

estrangeiros no país. CNN Brasil, 23 set. 2020. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/hafus-estao-em-alta-no-japao-mas-mesticos-dizem-se-sentir-estrangeiros-no-pais/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MOKOTTUNAS, Kitahara Jirōta. Speaking in Ainu: Cultural and Personal Recovery. Nippon, 2020. Disponível em: https://www.nippon.com/en/japan-topics/g00848/?fbclid=IwAR0xw1abnQJVftHEAEvX5fegv5G2Ehi3z2hV254udVK_LqsbndgCaNTVUI0. Acesso em: 20 jul. 2022.

NO MEIO do nada. São Paulo Futebol Clube. Disponível em <http://www.saopaulofc.net/spfcpedia/a-historia-do-spf/morumbi>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NOGUCHI, Haruchika. The Idea of the Body in Japanese Culture and its Dismantlement. *International Journal of Sport and Health Science*. v. 2, p. 8-24, 2004.

OHNO, Massao. [Dedicatória]. In: SAVARY, Olga (trad.). Basho, Buson, Issa. O Livro dos Haikais. São Paulo: Massao Ohno; Roswitha Kempf/ Editores, 30 jun. 1980. 1ª ed., p. 9.

PERIGO Amarelo. Direção: David Leal. Rio de Janeiro: Kabidela Produções, 2015. 1 vídeo (47min), documentário, cor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YUYECJkEET4>. Acesso em: 20 jul. 2022.

RIMER, Thomas J. An Afterword Posing as a Foreword: Some comparative and miscellaneous thoughts on talent and training. [Prefácio]. In: JORDAN, Brenda G.; WESTON, Victoria (ed.) Copying the Master and Stealing His Secrets: Talent and Training in Japanese Painting. Honolulu: University of Hawaii Press, 2003. p. XVIII.

ROEMER, Michael K. Thinking of Ancestors (and Others) at Japanese Household Altars. *Journal of Ritual Studies*, v. 26, n. 1, p. 33-45, 2012. Disponível em: www.jstor.org/stable/44368846. Acesso em: 19 jul. 2021.

SERRA, Michael. A Saga da Construção do Morumbi Futebol Clube, 2 out. 2017. Disponível em <http://www.saopaulofc.net/noticias/noticias/morumbi/2017/10/2/a-saga-da-construcao-do-morumbi>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SLAWSON, David. Authenticity in Japanese Landscape Design. Brooklyn Botanic Garden, 2001. Disponível em https://www.bbg.org/gardening/article/authenticity_in_japanese_landscape_design. Acesso em: 20 jul. 2022.

ROEMER, Michael K. Thinking of Ancestors (and Others) at Japanese Household Altars. **Journal of Ritual Studies**, v. 26, n. 1, p. 33-45, 2012. Disponível em: www.jstor.org/stable/44368846. Acesso em: 19 jul. 2021.

SERRA, Michael. A Saga da Construção do Morumbi Futebol Clube, 2 out. 2017. Disponível em <http://www.saopaulofc.net/noticias/noticias/morumbi/2017/10/2/a-saga-da-construcao-do-morumbi>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SLAWSON, David. Authenticity in Japanese Landscape Design. Brooklyn Botanic Garden, 2001. Disponível em https://www.bbg.org/gardening/article/authenticity_in_japanese_landscape_design. Acesso em: 20 jul. 2022.

MULHERES NIKKEI E O ALIMENTO: A RELAÇÃO DAS GERAÇÕES FAMILIARES COM A COMIDA

NIKKEI WOMEN AND FOOD: THE FAMILY'S GENERATIONS RELATIONSHIP WITH FOOD

Lara Nishimura Vian¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo expor os resultados da Pesquisa de Iniciação Científica realizada acerca da relação das gerações de mulheres de famílias nipo-descendentes com a alimentação. Para tal, foram realizadas entrevistas com as mulheres de núcleos familiares pertencentes ao grupo, devido à importância da oralidade para a preservação dos costumes analisados. A pesquisa se propôs a estudar a alimentação da comunidade japonesa no Brasil a fim de tentar compreender a criação e transmissão de sua cultura. Assim, foi possível levantar conclusões sobre as convergências entre as falas das entrevistadas e compará-las com a bibliografia do tema.

Palavras-chave: memória; alimentação; nipo-brasileiros; gerações

Abstract: The article aims to present the results of the research carried out on Brazilian women of Japanese ancestry and their relationship with food. For such, interviews were made with women from family nucleus that belonged to this ethnic group, due to the importance of the orality for the preservation of the habits analyzed. The research proposed to study the food of the Japanese community in Brazil in order to try to understand the creation and transmission of their culture. Finally, conclusions were built based on the convergences between the interviewee's speeches with the bibliography available.

Keywords: memory, eating habits, Japanese-Brazilian, generations

1 Graduanda em Bacharelado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) pela Universidade de São Paulo (USP)

1. Introdução:

Dentre os diferentes fatores que caracterizam a comunidade japonesa no Brasil, podemos destacar a alimentação como um dos elementos mais marcantes. Desde a chegada dos primeiros imigrantes, houve o esforço de se estabelecer meios de se adaptar pratos japoneses para a realidade brasileira e, mais tarde, a produção de ingredientes importantes para a alimentação do grupo, como o missô² e o shoyu³. Isso permitiu que a comunidade nipo-brasileira mantivesse seus hábitos alimentares ligados à cultura japonesa. Durante décadas, tais hábitos permaneceram quase que exclusivamente restritos aos nikkei. Progressivamente, contudo, eles passaram a integrar o repertório alimentar de não-imigrantes, como evidencia a popularização do sushi no Brasil a partir dos anos 80.

Como observado por Denise Amon e Renata Menasche sobre a comida como narrativa da memória social “Por si só, essa familiaridade gerava uma sensação de intimidade, também não questionada, com esse **grupo desconhecido que comia igual, um sentimento de identidade com a comunidade**”⁴. Assim, a comida japonesa pode ser considerada um dos fatores que ajudam a definir o grupo. Ou seja, ela é um elemento com o qual grande parte da comunidade nipo-brasileira teve contato ao longo de sua vida e que a ajuda a se reafirmar como grupo. Estudar a alimentação de *nikkeis*⁵ é, portanto, uma porta de entrada para compreender o grupo e como este preserva sua cultura, uma vez que a comida faz parte dela e é um dos aspectos mais evidentes que têm sido preservados entre as gerações.

A partir da concepção de que há uma aglutinação social em torno da comida, a pesquisa da preservação e adaptação da alimentação de gerações de famílias *nikkei* fez sentido. Ora, as gerações de uma família são capazes de relatar partes importantes da trajetória da comunidade que não foram registradas por escrito. A partir de diferentes perspectivas, sendo a dos mais novos parcialmente constituída pelos relatos de seus pais e avós. Ou seja, através do relato da geração mais recente, é possível distinguir aspectos que lhes foram transmitidos oralmente pelos mais velhos e ainda a sua própria percepção sobre eventos e costumes. Entrevistar duas ou três gerações de pessoas de uma mesma família permite, então, ouvir os mais velhos e, ao mesmo tempo, ouvir, na fala dos mais novos, o que os mais velhos lhe contaram e o que eles próprios observam.

Assim, para fins práticos, tendo em vista que a pesquisa é uma Iniciação Científica e que, portanto, seu tempo é curto, entrei em contato com a Associação da Província de

2 Pasta feita de soja e arroz triturados e fermentados.

3 Molho de soja.

4 AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 11, n. 1, 2008. p. 15

5 Segundo o Dicionário Prático japonês-português Michaelis, é um termo japonês utilizado para designar descendência japonesa

Toyama (Kenjinkai⁶ de Toyamaken⁷), a fim de delimitar o grupo que seria entrevistado a partir de sua origem, o que afinou o universo que estaria sendo pesquisado⁸. A escolha da associação foi feita devido ao vínculo da instituição com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), onde eu estudo. O Kenjinkai oferece bolsas de estudos para alunos do curso de Letras-Japonês, mantendo-se próximo aos estudos de língua e cultura japonesa. Ainda, pensando no universo da alimentação, notei que faz sentido privilegiar o papel das mulheres das famílias, por reconhecer que são elas quem, no geral, cozinham e se responsabilizam por transmitir grande parte da cultura alimentar para seus filhos e netos.

2. Metodologia:

A escolha de entrevistar mulheres de uma mesma família caminhou junto com a necessidade de apoiar a pesquisa na *História Oral*, já que, como apontado por José Carlos Sebe⁹, é sua matéria dar ouvido às vozes de pessoas e grupos que não tiveram sua história registrada no saber oficializado¹⁰. Mesmo que existam documentos, livros e produções do audiovisual sobre a comunidade japonesa no Brasil, sua história é pouco acessada por pessoas de fora da comunidade por diversos fatores, como o fato de muitos destes registros estarem em japonês ou concentrados em arquivos de centros e associações *nikkei*. Obras como a de Tomoo Handa são, em sua maioria, consumidas pela própria população *nikkei* e por pessoas que se interessam pelo tema e buscam conhecê-lo. Portanto, seria errado entender a história de pessoas nipo-brasileiras como não registradas por escrito, por existirem livros sobre a comunidade, mas é importante reconhecer que **muito** não foi registrado (ou está sendo registrado agora). Além disso, existem partes da história nipo-brasileira que não foram registradas, mas que permanecem na memória de seus integrantes, sobretudo dos mais velhos, o que torna coerente a realização de entrevistas com o grupo, prevenindo, assim, que estas sejam

6 Esse tipo de associação é composta, geralmente, por pessoas que nasceram ou são descendentes de imigrantes da região.

7 O nome das províncias japonesas, no japonês, é sempre composto pelo sufixo ken, o qual indica que a região x é uma província, ou seja, a província de Toyama é chamada de Toyamaken, a de Akita, por sua vez, é Akitaken.

8 A delimitação do grupo estudado foi necessária para que a pesquisa fosse possível, uma vez que o estudo de um grupo grande envolveria o diálogo com um número de pessoas maior, podendo, também, não oferecer um senso de coletivo, coisa que uma associação, no caso o Kenjinkai de Toyamaken, possibilitou.

9 MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Loyola. 1996. pp. 197.

10 Sebe descreve o saber oficializado como geralmente sendo registrado por escrito. Nesse caso, concordo com ele, mas também entendo o conceito como sendo aquilo que é comumente conhecido pela maioria da população, por reconhecer que existem livros sobre a comunidade nipo-brasileira, mas que seu conteúdo não faz parte do que é difundido no saber dos demais brasileiros

totalmente perdidas com o tempo. Ademais, a História Oral oferece mecanismos para pensar e preparar as entrevistas e os passos que as antecedem e sucedem; em outras palavras, seu uso permitiu que o planejamento da pesquisa fosse feito pensando em suas etapas, questões e possíveis situações que poderiam acontecer no seu decorrer.

Pensar nas vivências que as entrevistadas poderiam trazer em suas falas levou ao estudo da Memória, tendo em vista a seguinte passagem escrita por Pollak:

“A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.”¹¹

Ora, se estamos falando de hábitos e vivências que são transmitidos de geração para geração, estamos falando, então, de elementos que são constantemente acessados pela memória de uma família, a qual tenta manter na memória dos jovens certos hábitos praticados pelos mais velhos. Hábitos estes que funcionam como uma espécie de agente coercitivo para a manutenção do grupo.

O estudo de um grupo mostrou, também, a necessidade de entender a Memória Coletiva e como a memória das famílias entrevistadas e do grupo do qual elas fazem parte (descendentes de pessoas que vieram de Toyama e que integram o Toyama Kenjinkai) poderia ser entendida.

Em suma, a pesquisa se apoiou nestes dois campos, que auxiliaram na sua construção através de reflexões provocadas pelas leituras feitas, além de ajudarem na construção de seu cronograma e na metodologia utilizada para o planejamento das entrevistas e sua realização.

a. As entrevistas:

O contato com o Kenjinkai de Toyama foi feito via e-mail com seu atual presidente, Toshio Ichikawa, que se mostrou à disposição para ajudar a encontrar famílias associadas ao Kenjinkai que se interessassem em participar da pesquisa. Um e-mail explicando a pesquisa foi enviado aos associados. Ainda, uma das associadas, que foi também entrevistada, a mãe da família K, ajudou a contatar famílias que poderiam colaborar com a pesquisa por se encaixarem nos seguintes critérios: origem em Toyamaken e ter seu núcleo familiar composto por mulheres em suas diferentes gerações. A quantidade de pessoas interessadas não foi igual ao esperado, pois, inicialmente, pretendia-se

11 POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, n. 3, 1989, p. 9

conversar com até seis famílias com pelo menos três gerações. No fim, somente quatro famílias se prontificaram a conversar, e eu pude entrevistar duas gerações de três delas e três gerações apenas de uma.

Entrei em contato com as pessoas que demonstraram interesse em colaborar para marcar uma primeira conversa. A ideia era me apresentar e falar um pouco da pesquisa a fim de tornar o processo um pouco mais próximo e humano, visto que as entrevistas aconteceram via Internet e, portanto, não nos encontramos pessoalmente. Este primeiro contato possibilitou que o diálogo fosse mais próximo, ou seja, menos impessoal do que apenas uma simples troca de mensagens ou e-mails. A partir da conversa que tive com cada uma das participantes, pude entender um pouco melhor quem elas são e, conseqüentemente, planejar um roteiro mais específico para a entrevista que aconteceu posteriormente.

b. O roteiro:

O planejamento das entrevistas aconteceu de acordo com o proposto por Verena Alberti em *Manual da História Oral*, em que a historiadora aborda o caminho a ser seguido e mostra suas implicações.¹² Embora reconheça a importância do Manual proposto por Sebe, entendi que a proposta de Alberti seria mais adequada para me auxiliar no processo do planejamento das entrevistas. Enquanto Sebe provoca reflexões sobre diversos aspectos da História Oral e, ao longo da obra passa pelas etapas de uma pesquisa de História Oral, Alberti busca ir ponto a ponto de uma pesquisa, se ocupando, assim, em destrinçar as etapas e suas implicações. Assim, entendi que o Manual de Verena Alberti me daria um apoio maior para a parte de esquematizar a pesquisa, enquanto o de José Carlos Sebe me ajudaria a entender a História Oral e a refletir sobre seus aspectos, tais quais o alcance da História Oral, quem a utiliza e para quem ela é utilizada.

Dessa forma, a estrutura de pesquisa foi preparada de acordo com o proposto pela historiadora. Após o estudo de trabalhos sobre o tema da pesquisa, o roteiro que foi usado nas entrevistas foi produzido e, posteriormente, um mais específico para cada entrevistada foi elaborado, tendo em vista que um primeiro encontro já havia acontecido, o que possibilitou pensar em perguntas pautadas em informações de sua biografia mencionados ao longo da conversa. Assim, produção do roteiro usado nas entrevistas foi realizada após a pesquisa sobre o tema da pesquisa; posteriormente, após a primeira conversa com as participantes, foi criado um roteiro mais específico que abordasse questões pessoais de cada uma delas, por exemplo: se tem filhos, se cresceu em colônia japonesa, onde cresceu, onde mora atualmente, entre outros. Assim, foram elaborados três roteiros gerais pensados para cada uma das gerações (*issei*, *nissei* e *sansei*) que seriam entrevistadas e, levando em conta aspectos pessoais de cada uma delas, questões foram adicionadas ou removidas.

12 **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004 [2ª ed. Reimpressão] [1ª ed. publicada com o título: *História oral: a experiência do CPDOC*].

c. As conversas:

Tendo em vista as circunstâncias nas quais nos encontramos desde 2020, as entrevistas foram realizadas via Internet, a fim de evitar riscos de saúde para entrevistadas e entrevistadora.

Não é ideal a realização das entrevistas virtualmente, visto que conversas pela internet podem sofrer interrupções técnicas, como instabilidades na rede que impedem a chamada de vídeo, as quais não aconteceriam presencialmente. Entendo que a realização de entrevistas online evitam que a dinâmica de receber alguém em casa¹³ não aconteça e, ainda, não me permite conhecer o ambiente da cozinha, ou seja, analisar os seus componentes, como ingredientes e utensílios, por exemplo. No entanto, nem todas as entrevistadas residem na cidade de São Paulo – onde a sede do Kenjinkai se encontra. Assim, a internet possibilitou que eu pudesse entrevistar mulheres que talvez não conseguisse encontrar presencialmente caso fosse determinado que as entrevistas fossem presenciais. Além disso, utilizei o Zoom e o Google Meet na maioria dos casos - em um caso específico precisei utilizar o telefone celular -, plataformas que possuem um mecanismo para gravar a chamada, o que facilitou a gravação das entrevistas para que eu pudesse transcrevê-las posteriormente.

No geral, as conversas levaram entre uma e duas horas, entrando, assim, no tempo estimado por Alberti. Não houve a necessidade de nos estendermos e, salvo o caso de uma entrevistada que estava com o áudio falhando um pouco, não houve a necessidade de marcar uma segunda entrevista com as entrevistadas. O tempo variou de acordo com o modo que as participantes falavam: algumas contavam histórias e produziam falas longas, enquanto outras iam direto ao ponto e emitiam falas curtas¹⁴.

d. Familiaridade com a entrevistadora:

A minha proximidade pessoal com a cultura nipo-brasileira por ser *sansei*¹⁵ (filha de uma mulher *nissei*) se mostrou, em alguns momentos, um fator benéfico para o entendimento de grande parte das falas das entrevistadas. Conhecer certas tradições, alimentos, palavras, trejeitos e hábitos impediu que se perdesse algum tempo explicando

13 Não quero dizer aqui que as entrevistadas **deveriam** me receber com algum tipo de comida ou o que fosse (e nem quero dizer que esperaria que elas o fizessem). Mas seria interessante analisar, caso eu fosse até as suas casas e elas preparassem algo para me oferecer, pois **isso também faz parte de sua relação com a comida** e diz respeito a como a sua alimentação funciona. Seria interessante observar se elas ofereceriam *ochá* (chá japonês) com bolo de fubá, por exemplo. Ainda, isso poderia me dar indícios sobre como elas me entendem, pois caso houvesse alimentos “mais *nikkei*” na mesa, poderia ser que elas estivessem demonstrando através de sua escolha que reconhecem que eu também faço parte de um grupo que elas integram.

14 Um hábito japonês que se sobressaiu entre as respostas curtas foi o de responder com um “Uhm” em momentos de afirmação, em que se poderia dizer alguma palavra, ou até mesmo uma frase, afirmativa.

15 Netos de imigrantes japoneses.

certas questões – como o comer mochi¹⁶ no Shogatsu, conhecer grande parte dos pratos citados por elas, alguns programas de bolsa oferecidos pelo governo japonês, a lenda do momotarō, entre outras questões.

Não digo que fui entendida como igual pelas entrevistadas, pois existem muitas diferenças entre as minhas vivências e a delas, uma vez que não cresci em colônia ou muito próxima aos clubes e a comunidade *nikkei* como boa parte delas; e, afinal, não faço parte do Kenjinkai de Toyamaken e tampouco sou neta de imigrantes que tenham nascido na região. Apesar disso, acredito ter estabelecido uma familiaridade com a realidade que elas me contaram viver e com os cenários de suas histórias. Em alguns momentos as entrevistadas fizeram o movimento de me perguntar sobre certos aspectos de minha vida pessoal, acredito que para tentar entender a minha dinâmica familiar e o meu interesse pela comunidade nipo-brasileira, visto que não sou filha de pai japonês.

3. A transformação da alimentação *nikkei* na literatura:

Em seu livro “O Imigrante Japonês”, Tomoo Handa buscou descrever aspectos da chegada e fixação dos japoneses que imigraram para o Brasil. Dentre os diversos temas abordados no livro, é possível notar que o autor citou um ponto que se revelou importante: a alimentação. O autor explora em alguns pontos de seu livro as adaptações feitas pelos *isseis*¹⁷ a fim de reproduzir receitas e alimentos japoneses com os ingredientes encontrados no território brasileiro, apontando, ainda, um pouco para as preferências de cada geração ao descrever que, ao contrário dos *isseis*, os *nisseis*¹⁸ não fazem questão de consumir o *ochazuke*¹⁹, “esquecendo” deste alimento²⁰.

Nesse sentido, é possível perceber que quando Handa descreveu as transformações dos hábitos alimentares dos imigrantes japoneses e seus descendentes como, por exemplo a utilização de fubá para a produção de *dangô*²¹ e a produção de *tsukemono*²² com mamão verde, falava não apenas daquilo que os nutria. Ou seja, falava sobre como estes se integravam à comunidade brasileira e os meios através dos quais, sobretudo os *isseis*, encontravam para manterem-se próximos da cultura que lhes é familiar. O autor

16 Lê-se moti. Alimento feito com arroz glutinoso triturado e depois cozido. Parece uma goma, que pode ser manuseada, moldada e até mesmo recheada. Sua textura é macia e um tanto mole.

17 Imigrantes japoneses.

18 Filhos de imigrantes japoneses.

19 Prato feito com chá verde e arroz cozido, podendo ter complementos como nori (alga).

20 HANDA, Tomoo. **O Imigrante Japonês História de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz ; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987. pp. 538

21 Bolinho feito de mochiko (farinha de arroz glutinoso), parece um pouco com o mochi.

22 Curtido japonês, pode ser feito com diferentes tipos de alimentos, como pepino, rabanete ou gengibre por exemplo.

ainda apontou para as divergências entre os imigrantes e seus filhos, mostrando que nem todos os pratos consumidos pelos *isseis* eram igualmente significativos para os *nisseis*, o que provocou, então, o “esquecimento” de certos pratos e, possivelmente, a falta de contato dos *sanseis* com estes.

Vale lembrar que as condições alimentares vividas pelos imigrantes japoneses não permaneceram as mesmas ao longo dos anos. A fase inicial, ou seja, os primeiros anos da imigração, contou com uma dificuldade maior em reproduzir receitas devido à falta de ingredientes, como a soja utilizada no preparo de missô e shoyu. Em um segundo momento, com o aumento da renda das colônias, um maior fluxo de mercadorias pôde acontecer e a produção em grande escala de shoyu teve início²³, resultando no enriquecimento das opções de tempero dos *nikkeis* e a possibilidade de tal grupo cozinhar. A partir dos anos 1940, houve o crescimento da quantidade de alimentos importados no Brasil devido aos esforços dos imigrantes para terem ingredientes japoneses disponíveis em suas vendas²⁴. De 1954 em diante, o número de restaurantes japoneses na cidade de São Paulo começou a crescer, com inaugurações em bairros que não a Liberdade devido a popularização do sushi entre os brasileiros. A terceira fase da vivência dos imigrantes foi marcada pela intensificação da aceitação da comida japonesa - sobretudo do sushi - pelos brasileiros e com o conseqüente crescimento do número dos restaurantes e o maior acesso a refeições e produtos japoneses²⁵.

4.1.1 As entrevistadas:

As entrevistas foram realizadas com quatro núcleos familiares, sendo estes divididos da seguinte maneira:

23 HANDA, Tomoo. **O Imigrante Japonês História de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz ; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987. pp. 171.

24 HANDA, Tomoo. **O Imigrante Japonês História de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz ; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987. pp. 579

25 Ver MORI, K. As condições de aceitação da culinária japonesa na cidade de São Paulo - por que os brasileiros começaram a apreciar a culinária japonesa?. Estudos Japoneses, [S. l.], n. 23, p. 7-22, 2003.

Família	Geração familiar	Idade	Geração imigratória
H	Mãe	83 anos	<i>issei</i>
	Filha	43 anos	<i>nissei</i>
	Neta	27 anos	<i>sansei</i>
K	Mãe	65 anos	<i>nissei</i>
	Filha	36 anos	<i>sansei</i>
M	Mãe	73 anos	<i>issei</i>
	Filha	44 anos	<i>nissei</i>
S	Mãe	78 anos	<i>nissei</i>
	Filha	50 anos	<i>sansei</i>

Um ponto importante que observei a respeito das gerações foi que a comparação entre gerações familiares (avó, mãe, filha) se mostrou mais relevante que a imigratória. Por exemplo, pensar nas aproximações das falas de nisseis, no caso **desta pesquisa**, não fez tanto sentido como pensar nas de mães, uma vez que duas nisseis podem ter uma diferença de idade significativa e, portanto, podem estar em momentos diferentes de suas vidas (uma pode ser avó e estar na casa dos 70 anos, enquanto a outra está na casa dos 40 e, conseqüentemente, exercendo uma função diferente em seu núcleo familiar).

Temos, portanto, três grupos: o das mais velhas, composto pelas mães das quatro famílias; o intermediário, composto pelas filhas das famílias H, M e S (embora a filha da família H não seja mãe, mas que, por ser tia de uma das entrevistadas, com a qual morou por um tempo e por observar o comportamento dos sobrinhos ao longo de seu crescimento pode ser colocada aqui, já que entendo que ela esteja mais perto de integrar esse grupo do que o terceiro); e o das mais novas composto pela neta da família H e a filha da K.

4. Comida regional?

Um dos aspectos culturais que tentei explorar nas entrevistas foi a questão de uma memória coletiva sobre algum prato típico de Toyama ou algum aspecto de sua culinária. A província de Toyama se localiza na região de Hokuriku (costa do mar do

Japão) na porção central de Honshu²⁶. A região é banhada pelo Mar do Japão e sua costa forma a Baía de Toyama, o que favorece a pesca. Ao longo da pesquisa feita sobre a comida na região, pude notar a forte presença de peixe e frutos do mar nos pratos típicos - o que faz sentido já que grande parte de Toyamaken está em contato com o mar - como *masazushi*²⁷ e o *hotaru-ika*²⁸.

Algumas entrevistadas mencionaram o Festival do Japão como um momento de produção e venda de dois ou três pratos típicos de Toyama, mas, ao que me parece, o consumo destes pratos não é frequente em suas famílias, estando mais ligados ao Festival e a um momento de fazerem algo ligado à região da qual seus pais e avós vieram. O Festival em si cumpre um papel de reunir o Kenjinkai para a produção e venda destes pratos, sendo estes geralmente dois: *sukiyakidon*²⁹ e *korokke*³⁰. A barraca também vende *karê*³¹, tempura e alguns doces, mas o que chama a atenção é que nenhum dos pratos vendidos é típico de Toyama³². Quando questionadas sobre quem participa do preparo dos alimentos para o Festival do Japão, as entrevistadas responderam que, no geral, são as mulheres que acabam ficando responsáveis pela produção do que será vendido. A mãe da família K contou que cada um dos pratos tem uma pessoa responsável por sua coordenação e em seu discurso apenas citou nomes femininos ao falar sobre quem coordena qual prato preparado para o Festival do Japão.

Um segundo ponto que apareceu na fala de algumas entrevistadas foi o fato de a comida de Toyama ter um tempero um pouco mais adocicado quando comparada com a de outras regiões. Apesar de a questão do tempero com açúcar ter aparecido sutilmente na fala de algumas entrevistadas, o tema não me pareceu uma questão relevante para a maior parte das delas. Surpreendentemente as entrevistadas não apresentaram similaridades alimentares relacionadas à região de Toyama, mas sim um prato geralmente servido em festas e celebrações: o *sekihan*³³, que não é um prato exclusivo da província. Os denominadores comuns entre as preparações nomeadas

26 Ilha maior que compõem o arquipélago Japonês.

27 Um tipo de sushi feito com truta crua e arroz cozido. Os ingredientes são embrulhados na folha de bambu e prensados em uma forma redonda.

28 Espécie de lula encontrada na baía de Toyama.

29 Carne bovina refogada com ingredientes cenoura, repolho, cebola e shitake temperados com óleo de gergelim, mirim e shoyu.

30 Espécie de croquete japonês.

31 Prato japonês feito com curry, legumes e carne. É geralmente consumido com arroz japonês.

32 Encontrei a lista das comidas vendidas no Festival do Japão de 2019, o que acredito ter sido a edição mais recente do Festival. É interessante ver como muitas barracas vendem alimentos típicos de sua região e, ao mesmo tempo, pratos mais “genéricos”, como mochi, yakissoba e onigiri, são também vendidos. <https://hashtag.com.br/menu-do-22o-festival-do-japao/>

33 Prato feito com arroz glutinoso e feijão azuki cozidos no vapor.

pelas entrevistadas fugiram da regionalidade de Toyama e se aproximaram de pratos comuns entre a comunidade nipo-brasileira (como o missoshiro, o *furikake*³⁴, o *gohan*³⁵, o *karê*³⁶ e o *mochi*, pratos que podem até ter surgido em certas partes do Japão ou ter suas especificidades em cada província, mas que, hoje no Brasil, são vendidos e consumidos sem rótulos, ou seja, são entendidos como japoneses e não como de uma província específica do país).

Ora, a originalidade dos pratos nipo-brasileiros não é, no geral, marcada nos festivais e restaurantes japoneses, salvo em casos como o do Festival do Japão ou eventos ligados diretamente aos grupos de cada província, nos quais a memória coletiva relativa à região é evocada. A tese de Janine Collaço se encaixa neste contexto, pois, como observado em seu estudo de doutorado sobre imigrantes italianos, as regionalidades dos imigrantes acabaram sendo deixadas de lado quando estes começaram a se relacionar entre si no Brasil. Houve a formação da comunidade italiana-brasileira em função de como estes eram vistos pela sociedade; suas diferenças ficaram menos evidentes em função de sua articulação como comunidade de imigrantes italianos no Brasil³⁷. Assim, o que se observou neste trabalho indica que algo similar se passou com a alimentação da comunidade japonesa no Brasil, uma vez que a regionalidade alimentar não parece ser marcada no cotidiano das entrevistadas e em grande parte de suas comemorações.

i. comida nipo-brasileira:

A filha da família K ainda conta que uma de suas preocupações na época em que realizamos a entrevista estava relacionada com o acesso à comida asiática em Berlim, para onde estava de mudança:

“Eu tô tentando **achar apartamento num bairro que tem o... uma rua só de restaurante asiático, que eu me sinto um pouquinho mais em casa** é... mas vai ser difícil, assim, porque... dentro de casa a gente faz o que a gente quer, a gente cozinha o que a gente quer, então eu acho que vai ser um pouquinho mais simples, assim. **Eu achei loja de ingredientes brasileiros, dá pra fazer pão de queijo, dá pra fazer tudo.** E acho que com culinária japonesa dá pra fazer”

No caso da mãe da família M., fazer batata frita foi um meio de se conectar com a menina brasileira que estava morando no Japão e que precisava de um gostinho

34 Tempero que se coloca em cima do arroz. É composto por peixe seco, ovo, algas, entre outros elementos.

35 Arroz japonês.

36 Prato geralmente comido com arroz japonês, é feito de uma base de curry que o torna um caldo grosso que contém legumes e carne.

37 COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. **Sabores e memórias:** cozinha italiana e construção identitária em São Paulo. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. pp. 73

parecido com o de casa para se animar. A percepção da comida “sem sal” demonstra seu costume com o tempero brasileiro com o qual estava habituada.

“E quando eu tava lá, pediam pra eu fazer **comida brasileira** né, como... [inaudível] eu falei “É diferente, o feijão no nihon usa pra fazer doce, mas no Brasil come salgado” e tentei... **fiz, aí o meu tio reclamou, ele falou “Nossa que coisa ruim, como que cês comem isso” né?** Eles, é, não têm feijão salgado né, e gorduroso assim. E na época, tinha uma menina que esteve lá e que praticamente foi adotada né, daqui pra, com uma parente dela. **Aí ela falou assim “olha, tá difícil, o que será que né”, porque ela tava, assim, meio em depressão, e ai me chamou pra eu fazer alguma coisa. Aí eu falei assim “Vamo fazer batata frita”, né?** Aí é uma coisa que assim eu achei na hora assim né que... é criança né? Aí eu falei assim “Olha, arruma batatas que eu vou fazer batata frita” **E ela comeu batata frita!** Então falei “Nossa”. Que na época **não se usava mais muito lá no nihon né. Batata era, assim, fazia cozidos né.** Então essas coisas que eu lembro. (...) Ah, no começo eu falava, eu reclamava “**Mamãe, aqui a comida é sem sal, sem gosto, né?**” Aí “Não se preocupe! põe um pouquinho de sal e pronto!” [risada] né? [risada]”

O discurso acima se aproxima um pouco do anterior por evocar um aspecto interessante: as influências brasileiras nos hábitos alimentares da comunidade nipo-brasileira. Ora, a filha K buscou restaurantes asiáticos perto de sua futura casa, mas também contou que achou um mercado brasileiro. Este ponto é importante para ressaltar que, apesar de estarmos falando de uma alimentação de uma comunidade de imigrantes japoneses e suas gerações, a comida brasileira aparece em seus relatos de alguma forma, visto que **estes residem no Brasil** e, portanto, o desenvolvimento de sua alimentação esteve ligado ao que se come no país e no que é possível encontrar na região na qual se situaram³⁸. Como observou Halbwachs em “*A Memória Coletiva*”³⁹ não há grupo ou atividade coletiva que não se ligue ao espaço no qual está situado. Seria impossível que grupos que se deslocaram para outras regiões não se adaptassem ao local e não desenvolvessem a sua própria Memória Coletiva.

A fala da filha da família K sobre o Natal de sua família se enquadra no que estou apontando aqui, por mostrar como uma celebração que não é tradicional japonesa (por ser cristã) foi adotada pela comunidade nipo-brasileira por ser fortemente celebrada no Brasil. Ou seja, houve adesão a feriados brasileiros pelos nipo-brasileiros e a adaptação de tais ocasiões, como a comida de festividade japonesa no Natal, por exemplo.

38 Para mais, ver NISHIKIDO, Linda Midori Tsuji. **Hábitos alimentares esmerilhados pelos imigrantes japoneses do pós-guerra no Amazonas (1953-1967):** a reconstrução do passado através da memória. 2017. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

39 HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Edições Vértice, São Paulo, 1990. Traduzido a partir da 2ª edição do original francês.

“Cada tia traz um prato que dá pra alimentar a família inteira então, assim: tem cinco vezes a quantidade necessária e tem de tudo, então tem **sushi** e tem um tio que vai no Ceasa de madrugada pra comprar o **sashimi** e não sei o que lá. Todo ano ele vai lá e traz umas frutas também, ele é o tio o responsável por fazer isso. A minha mãe faz tipo, prepara o sashimi e faz os pratos que ela sempre faz no final do ano, aí tem outra tia que faz **coxinha** muito bem, então ela faz coxinha no final do ano, aí tem outra tia que... aí sabe, começa a misturar. A primeira vez que o meu marido passou o natal aqui ele ficou chocado. Ele disse: “Erika nada faz sentido aqui”. “Entra na dança e faz um temaki de tender e come. Tá tudo certo aqui” [risada] porque **tem peru, tem tender, tem temaki, tem sashimi, tem coxinha e depois vai lá tem pavê e tem fricassê**, tipo, tudo misturado, sabe?”

Portanto, a comunidade japonesa no Brasil é conectada ao Japão e a memória dele, por dividir em grande parte de sua alimentação, folclore, músicas e hábitos, mas, ao imigrar para o Brasil, os japoneses que imigraram para cá se adaptaram à nova região, formando, assim, uma **coletividade própria**. Ora, a comunidade nipo-brasileira tem sua própria história: a Shindo Renmei⁴⁰ faz parte dela, as associações fazem parte dela, o mochi de mandioca faz parte dela, o tsukemono de mamão verde faz parte dela, **o gohan com feijão faz parte dela**. O Japão de fato exerce sua influência nos *nikkeis* brasileiros, é possível ver como o matcha, por exemplo, está presente nas prateleiras da Liberdade e como muitos outros alimentos, cosméticos e objetos, mas não é possível dizer que os nipo-brasileiros partilham uma memória coletiva com os japoneses, que tudo o que acontece lá afeta a comunidade daqui. São duas comunidades que partilham o passado e parte do presente, mas não andam necessariamente juntas.

5. Entre *baachans*, mães e filhas:

A figura das avós – chamadas de *baachans/obaachans*⁴¹ –, como citado anteriormente, é forte na comunidade nipo-brasileira, chegando a ser quase que um personagem caricato no imaginário *nikkei* por ser associado a objetos, hábitos e até mesmo uma personalidade que é, em certas partes, comum entre as diversas avós japonesas. Sua presença na memória das entrevistadas é forte e muito perceptível. Muitas das falas sobre as *baachans* das entrevistadas nos transportaram para lugares de afeto e lembranças do que estas cozinhavam e faziam em suas casas.

Ao longo das entrevistas busquei questionar as entrevistadas sobre como estas entendem o vínculo de suas avós com a comida. O que chamou atenção é que as *baachans* são descritas como as pessoas que fazem/ faziam certos pratos japoneses e que marcaram as respectivas entrevistadas, já que elas acabavam ajudando a fazer ou ficavam olhando que estava sendo feito pelas avós.

40 Grupo terrorista de japoneses nacionalistas que viviam no interior do estado de São Paulo, que defendiam que o Japão tinha vencido a Segunda Guerra Mundial e acabaram assassinando e ferindo outros *isseis* que diziam que o Japão havia perdido a guerra.

41 Lê-se *baatiãn*.

“Quando eu era criança, assim, eu não tenho muita lembrança, assim, né? Mas acho que depois de mais velha, de quando eu lembro, eu acho que... Eu até não mencionei, eu lembrei agora, né? **Minha baachan sempre faz mochi, né, pro ano novo.** Então a gente sempre... eu via ela fazendo. Ela coloca lá o mochigome⁴² de molho e tal, ela faz, aí ela faz no microondas mesmo. Então tipo... **Aí a gente até ajuda, a gente segura pra baachan mexer e tal, então acho que isso é uma... a gente participava... a gente participa junto, né?** Até acho que às vezes, quando a gente vai fazer alguma comemoração, vai fazer sushi, né? Então todo mundo vem, a gente ajuda, cada um enrola, algumas pessoas enrolam o sushi, outras pessoas fazem outras coisas, né? **Então a gente tem bastante costume, e acaba cozinhando junto né?**” (neta da família H) grifo meu

“A minha avó, quando ela era viva, a gente ia visitar e ela abria o armário e começava a abrir os pacotes de bolacha, potinhos e manju, sabe? **Ela fazia bem manju**⁴³. Ah, tem uma tradição que... enfim, vai.. vai voltando. Desculpa vai tá meio aleatório a história [risada]. **Tinha um momento do ano que era mágico pra mim** e acho que pra todos os meus primos que **era o final do ano que a gente ia fazer mochi.** Meus avós tinham o pilão de bater mochi mesmo, no braço e a gente fazia mochi rosa e branco. **Aí era aquela coisa, PEUN, minha avó dobrando o mochi, meu avô martelando aquele negócio e meus primos fazendo as bolinhas.** Essa é uma memória muito forte pra mim, pra mim, **a minha vó é a fazedora de mochi.** Mochi e manju pra mim.” (Filha da família K) grifo meu

Para os japoneses, comer mochi⁴⁴ no *Shogatsu* (Ano Novo) é um ritual para trazer prosperidade para o ano que se inicia. Ajudar as avós a fazer o mochi no final do ano⁴⁵ tem em si um significado especial por aproximar as netas do preparo de algo que será consumido em um momento único. É algo feito em grupo em uma data especial. É um momento em que se reproduzem tradições e que vem com a expectativa da sua realização – assim como a filha K disse “*um momento do ano que era mágico*”. O Ano Novo vinha com a antecipação de que o mochi seria feito pela *baachan* e que elas a ajudariam a fazer, fosse fazendo as bolinhas ou segurando a vasilha para a avó mexer a massa de arroz.

A filha da família M comenta que também se lembra de comer mochi que seus avós faziam na virada do ano quando criança. Entretanto, a memória de sua avó cozinhando que trouxe para a entrevista foi de quando sua avó fazia algumas marmitas para uma associação chamada ACREPA (Associação Cultural e Recreativa da Vila Paulicéia). Embora a ajuda não fosse para alguma ocasião familiar e sim para um evento de uma associação, é possível perceber que a produção dos *makizushi* ficou na memória da filha M e que sua lembrança de sua avó é um pouco parecida com as trazidas anteriormente, por ser ligada a um evento pontual e que o ato de ajudar e observar a *obaachan* na

42 Arroz glutinoso.

43 Bolinho feito de farinha de trigo geralmente recheado com doce de feijão azuki, podendo ser assado ou feito no vapor.

44 Podendo ser em preparos, como no ozoni - prato que se parece com uma sopinha, é feita com caldo de peixe e contém ingredientes variados como legumes, alga, naruto (pasta de peixe) e o mochi - ou até mesmo com shoyu e açúcar ou o mochi recheado com anko (pasta doce de feijão azuki).

45 Ano Novo em japonês.

cozinha estava presente em tais ocasiões. O ato de ajudar a *baachan* a preparar um alimento é em si um momento de aproximação entre as duas gerações que, apesar de um pouco distantes em idade, interagem de forma que os mais velhos passem os legados e tradições para seus netos⁴⁶. Dessa forma, garantem que estes tenham um contato com aspectos culturais de sua comunidade.

“Isso. Makizushi, né, ela fazia bastante. É... niguri⁴⁷, assim. Então ela pedia o... como que chama? Não é sekihan, tem um outro nome, mas tinha sekihan também. E aí ela fazia essa... Como se fosse um... linha de produção, né? Então ela falava: “Ó, tem que fazer... tem que... é... tem rolinho, aí tem que colocar o nori, é... e aí tem que colocar uma quantidade lá exata de arroz, e aí tem que colocar o recheio, né?” Colocava... o... tinha uma ordem, né? Colocar o ovo. É, enfim eu não lembro agora os ingredientes, né, mas... E aí fazia um rolinho, né? E tinha um jeito certo de fazer o rolinho, e aí era... treinar né? Colocar na linha de produção, né? Mas eu lembro que algumas vezes ela acabava introduzindo isso.”

É interessante perceber que estes três relatos evocam momentos de celebração e, portanto, não falam de uma alimentação do dia a dia. Ou seja, as memórias levantadas pelas entrevistadas não dizem respeito ao seu cotidiano, mas sim a celebrações e eventuais momentos que fogem da rotina regular e que, portanto, carregam tradições e momentos que eram antecipados por elas - o que torna sua memória afetiva relacionada à comida de celebração e, portanto, a momentos específicos do ano.

i. Comemorações:

Um dos aspectos que tentei explorar em relação à alimentação das entrevistadas mais novas foi o seu consumo e preparo de alimentos para si, ou seja, se estas cozinham comidas japonesas para si ou se buscam ter o contato com tais pratos no seu dia a dia fora da casa dos pais. Em grande parte, a resposta é que de fato elas demonstram ter uma alimentação composta por comidas japonesas ou por ingredientes japoneses. A neta da família H conta que faz questão de comer gohan em casa; a filha K mencionou em diversos momentos de sua entrevista a preocupação que também tem em comer arroz japonês em casa, mesmo que seu marido seja habituado a comer batata como carboidrato na refeição.

Entretanto, um ponto que me chamou a atenção foi o fato de que em diversos momentos tais entrevistadas deram a entender que, embora façam ou busquem estes alimentos um pouco mais básicos e comuns de serem feitos, o consumo de alguns pratos em específico parece

46 BLOCH, Marc, *Mémoire Collective, tradition et coutume*. A propos d'un livre récent. *Revue de Synthèse Historique*. Paris, 1925, Tomo 40, número 14, pp. 79

47 Bolinho de arroz japonês cozido.

acontecer quando estão em grupo. Tanto a filha da família H quanto a neta H comentaram sobre se reunirem na casa da mãe H em família e preparar refeições juntas:

“A primeira pergunta é ‘Vamos fazer o que?’. **A gente não se preocupa é com o que a gente vai fazer, mas o que que a gente vai comer.** ‘Ah, vamos fazer de churrasco?’, ‘Vamos fazer não sei o que?’, ‘Não, você vai fazer tal coisa’, ‘Ah, você faz tal coisa’, né? Então realmente **a comida realmente, eu acho que é uma coisa que une, de fato, todo mundo naquele momento**; todo mundo de boca cheia se tá bom ou não tá. (...) E outra coisa que eu acho bacana também fazer é sukiyaki. Suki-yaki eu acho legal também. E isso também, na verdade, é meio recente (comer Suki-yaki em família), mas quando dá pra fazer, **o pessoal junta, faz e fica fazendo na mesa** e está tudo certo assim, sabe?”

Ora, se reunir para comer e ainda preparar o alimento é uma ocasião relevante, por mostrar como a comida realmente media a socialização do indivíduo. Ainda mais no caso de um grupo ligado pela ascendência japonesa, é interessante perceber que há a produção de uma refeição *nikkei*, mesmo que nem sempre as reuniões sejam aconteçam em torno de sukiyaki, mochi ou o que seja. Estas ocasiões parecem evocar a memória coletiva do grupo que está junto, parece ser uma ocasião na qual os familiares podem se reunir e comer um prato que lhes seja de comum gosto; é um momento para estarem juntos compartilhando uma comida que eles fizeram em conjunto e que faz parte da sua comunidade.

O discurso da filha M caminha nesse sentido, por mostrar que, quando não estão com seus pais ou irmãos no ano novo, não costuma consumir o mochi, mas, recentemente, quando passou a virada do ano com seu irmão, houve o consumo do mochi. Ou seja, **em conjunto** com seu irmão, a entrevistada lembrou da tradição, coisa que não fazia quando passava o Ano Novo com outras pessoas.

“A gente acabou passando um pouco mais junto, aí a gente lembra ‘Ah, mas poxa, o mochi traz sorte, então vamos fazer o mochi, vamos comprar o mochi’”.

Uma fala curiosa da filha da família S. foi a respeito de sua filha quando estávamos falando sobre a relação de seus filhos com o fazer comida, uma vez que a entrevistada tem um filho e uma filha que saíram de casa para fazer faculdade. Ela conta que sua filha tem bastante contato com outros colegas de curso que também são nipo-descendentes e que estes se reuniram para cozinhar:

“Mas sabe o que que é interessante, assim? Porque a minha filha, na faculdade, ela tem uns amigos bem japoneses também, sabe? Esses dias eles tavam fazendo takoyaki⁴⁸. Que engraçado, né?”

48 Bolinho feito em uma forma redonda que o deixa parecido com uma bolinha. Geralmente é recheado de polvo.

Apesar da reunião da filha da entrevistada ser com amigos e não em família, estes também fazem parte da comunidade *nikkei*. Fazer *takoyaki*, mesmo que entre amigos, se aproxima dos eventos descritos anteriormente; se reunir com um grupo de pessoas também nipo-brasileiras possibilita um ambiente parecido com o ambiente familiar das outras entrevistadas, por criar um ambiente propício para que tais jovens reproduzam entre si um hábito que, possivelmente, seus familiares têm.

A comida de celebração foi, portanto, um ponto que se sobressaiu nas falas das entrevistadas, superando a comida cotidiana. A alimentação festiva se diferencia da diária a partir de seu valor gastronômico e social, ou seja, enquanto a comida consumida cotidiana tem valor benéfico para o dia a dia, a comida festiva está presente em espaços sociais nos quais acontece o consumo e apreciação de comidas especiais⁴⁹. O espaço criado pelas reuniões de família (e até mesmo de amigos) possibilita que o grupo despenda um tempo maior para cozinhar comidas que não são possíveis de comer no dia a dia, seja por sua complexidade ou por não serem práticas de serem feitas para poucos, como no caso do *sukiyaki*.

ii. Mochi:

Dentre os relatos, podemos destacar o papel que o mochi cumpre na memória e na demonstração de afeto entre as entrevistadas. Já falamos sobre como a lembrança das *baachans* fazendo mochi no final do ano está na memória de suas netas, mas esse alimento apareceu em diversos momentos ao longo das entrevistas, chamando a atenção.

A mãe da família K conta que seu filho mora nos Estados Unidos e é casado com uma mulher chinesa, com quem teve uma filha. Sua neta apesar de distante da avó, convive com aspectos culturais japoneses, como histórias para crianças e comidas, sobretudo o mochi, o qual K. faz para ela e ensinou sua nora a fazer para que o alimento esteja disponível mesmo quando não estiver por perto.

“E quando, e quando eu estou nos Estados Unidos, também eu faço o mochi lá, né? Eu faço o de microondas e... Bom, acho que é por isso que a minha neta gosta de mochi. Ela adora, assim, mochi. E aí ela associa agora com bolinho de momotarō⁵⁰, sabe? Aquele... Como que chama aquele mochi lá o... kibidango⁵¹, sabe? Aí dei uma pesquisada parece que lá em Los Angeles usa o kinako⁵², né? E tem nome de kibidango, sabe? Faz um bolinho pequenininho redondinho e faz o acabamento com kinako. Aí eu ensinei a minha nora e minha neta adorou, sabe? Aí toda vez ela fala: “Eu quero bolinho de momotarō”, né? [risada]”

49 POULAIN, Jean-Pierre (org). *Dictionnaire des cultures alimentaires*. Paris: Presses Universitaires de France. 2012.

50 História japonesa sobre Momotarō, um menino que saiu de dentro de um pêssego. <https://www.japaoemfoco.com/a-lenda-do-momotarō-menino-pessego/>

51 Bolinho feito de arroz glutinoso, geralmente servido em um espetinho com três ou quatro unidades. Se assemelha ao mochi.

52 Farinha de soja torrada.

Outro relato que chamou a atenção foi o da filha S quem contou que por sua mãe morar em uma cidade do interior de Goiás onde não se encontram produtos japoneses com facilidade, ela manda mochi e alguns outros ingredientes para que ela tenha acesso a eles:

“É! Compro aquele mochi japonês, assim, que que tem uma validade longa né? Então eu mando pra eles”. (filha S)

“Mochi no Shogatsu, a minha filha manda pra mim mochi de São Paulo, né? Aí eu faço zoni. Aí família inteiro come, para dar sorte [risada] no ano inteiro [risada]. “Tem que comer esse mochi para dar sorte” eu falo pra eles, aí eles comem” (mãe S)

iii. Cuidado:

O relato que acabamos de ver sobre a filha enviar mochi para a mãe introduz um tema importante de nosso estudo: o cuidado que as entrevistadas demonstraram ter entre si de oferecer comida uma para a outra. A fala da filha H ilustra bem a preocupação que as entrevistadas demonstram ter quando alguém querido vai visitá-las:

“O arroz. Ela faz a questão de comer o gohan. Então assim por exemplo, eu raramente comprava um arroz japonês. Raramente. Mas por causa dela aí eu tive... assim, por causa dela tive que comprar olha só. Mas assim, por causa dela, acabei é... comprando mais o japonês, e de fato, arroz japonês é mais gostoso mesmo. Que mais, por exemplo? Eu acho que, né... **não sei se é por causa dela ou mais é porque, por conta do cuidado, né? É... então eu fazia mais é... comida com tempero mais comida de casa, sabe? Mais com tempero japonês.**

Seu relato diz respeito ao período no qual sua sobrinha - a neta da família H-, que morou com ela. Ora, por saber que sua sobrinha estava acostumada com o tempero da casa de seus pais, já que esta cresceu na casa em que seus avós também moram, buscava cozinhar com “tempero mais comida de casa”. A filha H ainda relatou que sua mãe, por saber que uma de suas noras vai visitá-la, faz comida que ela gosta:

“A minha cunhada, uma das minhas cunhadas que é brasileira, ela adora *inari*⁵³, e aí ela sabe quando minha cunhada vai e ela faz questão de fazê. ‘Ai, a Ciça gosta de inari’”.

Ainda na entrevista realizada com a filha H, um relato importante que acredito ilustrar muito bem o cuidado que as entrevistadas descreveram observar ou ter para com familiares e pessoas próximas:

53 Feito com tofu frito que é aberto como uma espécie de bolsinha. É recheado de arroz cozido e temperado.

“Um tempo atrás, há um pouco mais de um ano atrás, eu conheci um rapaz na rua, né? *Nikkei*. Na rua que eu digo, assim, em situação de rua. Aí um dia eu falei: “Nossa, tá frio eu vou lá ver o cara tal”. Falei: “Nossa tá frio, o que que eu posso levar pra ele? O que eu posso fazer de comida pra ele que ele vai gostar por que ta frio?” Aí eu fiz o quê? *Karê*?!”

Ora, *karê* é um alimento que popularmente grande parte da comunidade nipo-descendente come no frio. É, no geral, um prato que se come em casa, que não se acha comumente em restaurantes⁵⁴ O fazer *karê* com a finalidade de oferecer para uma pessoa em situação de vulnerabilidade e no frio é reproduzir exatamente esse hábito de ter um cuidado com a pessoa para quem está se oferecendo a comida. Especialmente o *karê* é, nessa situação, um alimento que traz um certo impacto, justamente por ser muito consumido no frio e ter consigo o caráter caseiro, e, portanto, a memória de casa, uma memória afetiva.

O cuidado que aparece na fala das entrevistadas não parece ser parte de um consenso social de se dar para o outro esperando receber em troca diretamente, mas sim que se mantenha o ciclo de oferecer comida para familiares, conhecidos ou até mesmo desconhecidos quando estes precisarem e, sobretudo, quando estes forem em sua casa. O exemplo da tia que fazia gohan para a sobrinha porque sabe que ela gosta e está acostumada é uma reprodução do que ela descreveu que sua mãe faz, ou seja, preparar comidas que a visita gosta porque sabe que ela gosta. O exemplo do *karê* é parecido com este, tendo em vista que é uma comida geralmente consumida pelos *nikkei* e que remete a casa, a conforto, ou seja, há todo um cuidado envolvido em fazer *karê* para alguém também nipo-brasileiro.

Considerações finais:

A partir da exposição realizada é possível notar a relevância das mulheres nipo-brasileiras do Kenjinkai de Toyamaken para a manutenção da cultura de sua família e comunidade. São elas quem cozinham em casa e que, em muitos momentos, ensinam suas filhas e netas a cozinhare e, sobretudo, a terem contato com certas tradições, como o preparo do mochi para o Shogatsu e o Sekihan para momentos de celebração. Sua presença na associação se mostra como uma extensão de seu trabalho em casa por organizarem e se responsabilizarem por articular o ponto principal da barraca do Festival do Japão: a comida.

O recorte do grupo mostrou uma certa uniformidade da comida nipo-brasileira, a qual não parece ter as regionalidades japonesas marcadas no cotidiano de sua comunidade. Esta observação se mostra um ponto interessante de ser investigado e suscita diversas questões que infelizmente não poderão ser exploradas aqui.

54 Salvo em cidades que tenham grande influência da comunidade japonesa, não é comum encontrar restaurantes que servem este tipo de comida.

Interessante perceber como a comida nipo-brasileira é por si só um grande indício de que os nikkeis do Brasil são como uma ramificação do Japão que carrega fortes elementos nipônicos, mas que, também, incorporou elementos marcantes do Brasil em sua alimentação. A ceia com coxinha, sashimi e tender é, portanto, resultado dessa mistura que formou a comunidade japonesa-brasileira, que, por mais que beba da fonte cultural japonesa, é definitivamente também brasileira.

A potência que estas mulheres mostram ter para com sua comunidade e com seus filhos - os quais também participam, de certa forma, das associações e que, futuramente podem vir a assumir as funções hoje exercidas por suas mães e parentes - se mostra de extrema importância a partir da ótica de que, se não fosse por seus esforços de continuarem a ajudarem a promover eventos do Kenjinkai e, ao mesmo tempo, a manterem tradições e transmitir memórias, tradições e até mesmo o folclore japonês para seus descendentes, possivelmente a cultura nipo-brasileira seria diferente da que conhecemos. Portanto, os esforços dos imigrantes – talvez possamos falar *das* imigrantes – em adaptar os ingredientes de alimentos para o que era encontrado no Brasil décadas atrás, antes que o comércio de produtos asiáticos crescesse e a oferta de temperos e ingredientes facilitasse o consumo de certos pratos, pode ser considerado uma evidência de sua perseverança em relação à manutenção de sua cultura de origem, que, como qualquer cultura, está sempre sujeita à transformação.

Apesar de, como visto, nem todas as tradições serem mantidas por suas filhas e netas de maneira individual, a persistência das associações e grupos nipo-brasileiros, sejam estes coletivos, grupo de jovens de Kenjinkais, ou mesmo de amigos, se mostra relevante para que as reuniões de seus integrantes aconteçam e, conseqüentemente, que tradições e o consumo de certos alimentos se reproduzam. Assim, os encontros funcionam como um momento para se praticar hábitos alimentares, que não são reproduzidos quando o indivíduo se encontra em outros grupos por, talvez, não ter com quem partilhar a memória que circunda aquele prato ou por não ser algo regularmente consumido em outros meios.

Logo, podemos concluir que, de fato, estas mulheres são focos irradiadores de cultura, sendo esta, em muitos aspectos, transmitida pela comida que é por elas preparada e servida aos seus filhos, filhas, netos e netas, conectando-os, assim, com a cultura com na qual cresceram e, em certos casos, ajudaram a desenvolver. A partir desta sua ação (de alimentar sua família) suas filhas e netas se alimentam da cultura nipo-brasileira, tornando-se, desta maneira, repositórios da memória que lhes fora transmitida, podendo, futuramente, reproduzir os hábitos de suas ancestrais, seja exatamente como aprenderam ou da maneira que conseguirem colocar seus descendentes em contato com a cultura.

Referência bibliografia:

- ALBERTI, Vera (org.). **História Oral desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.
- _____. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004 [2ª ed. Reimpressão] [1ª ed. publicada com o título: *História oral: a experiência do CPDOC*].
- AMANDO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos e Abusos da História Oral** [oitava ed.]. Rio de Janeiro: FGV, 2017. [1996; 1998; 2000; 2001; 2002; 2005; 2006; 2006]
- AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 1, 2008.
- BLOCH, Marc, Mémoire Collective, tradition et coutume. A propos d'un livre récent. **Revue de Synthèse Historique**. Paris, 1925, Tomo 40, número 14, pp. 73-83.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; Takeuchi, Márcia Yumi. **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: EDUSP, 2010.
- COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. **Sabores e memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n o 72, agosto 2000
- _____. Relatos orais, imigração e infância. **Oralidades**, Ano 3, nº 6, jul/dez 2006.
- _____. Vivências diferenciadas entre três gerações de japoneses em São Paulo. **Travessia: revista do migrante**, nº 35, 1999, p.10-6.
- HANDA, Tomoo. **O Imigrante Japonês História de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz ; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987
- HIRANO, Sedi; Carneiro, Maria Luiza Tucci. **Histórias Migrantes caminhos cruzados**. São Paulo, Humanitas, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Edições Vértice, São Paulo, 1990. Traduzido a partir da 2ª edição do original francês.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora da Unicamp, 1990, Campinas
- LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, [2001]
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MORAIS, Fernando. **Corações Sujos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- MORI, K. As condições de aceitação da culinária japonesa na cidade de São Paulo - por que os brasileiros começaram a apreciar a culinária japonesa?. *Estudos Japoneses, [S. l.]*, n. 23, p. 7-22, 2003.

- NISHIKIDO, Linda Midori Tsuji. **Hábitos alimentares esmerilados pelos imigrantes japoneses do pós-guerra no Amazonas (1953-1967): a reconstrução do passado através da memória.** 2017. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz da História Oral diferente?. **Projeto História**, 14º volume, fevereiro de 1997.
- _____. História, memória e significado de um massacre nazista em Roma. **Oralidades**, ano 2, vol. 3, jan/jun 2008.
- POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**. 2003, v. 16, n. 3 [Acessado 24 Fevereiro 2022], pp. 245-256. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732003000300002>
- POULAIN, Jean-Pierre (org). **Dictionnaire des cultures alimentaires**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.
- OCADA, Fábio Kazuo. Recordações de um fragmento da imigração japonesa no Brasil. **Ruris**, vol. 6, nº 1, março de 2012.
- _____. Uma reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, nº49, jul/dez de 2006.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)**. São Paulo, Humanitas, 2008
- WAKISAKA, Katsunori (org.) **Michaelis: dicionário prático japonês-português**. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 2003.

Edição especial dos artigos dos pesquisadores bolsistas 2021-2022

Revisão:	Autores
Capa e produção editorial:	Shinji Tanaka
Diagramação:	Simonia Fukue
Coordenação geral:	Leiko Matsubara Morales
Comissão de Pesquisa:	Profa. Dra. Leiko Matsubara Morales Dr. Masaki Furusugi Prof. Dr. Miguel Palmeira Profa. Dra. Monica Setuyo Okamoto Profa. Me. Sandra Terumi Suenaga Kawabata Prof. Dr. Silvio Miyazaki
Patrocínio:	Fundação Kunito Miyasaka Fundação Katsuzo Yamamoto Sanyo Agropecuária Ltda

Centro de Estudos Nipo-Brasileiros
Rua São Joaquim, 381 3o. Andar cj 35
CEP 01508-900 São Paulo, SP, Brasil
Tel. 55-11-3277-8616
E-mail: contato@cenb.org.br